

NILCE DA PENHA MIGUELES PANZUTTI

A CAMINHO DA TERRA: A MATA

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Mariza Corrêa.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em / / 2002.



BANCA

Profa. Dra. Mariza Corrêa (orientadora)

Profa. Dra. Guita Grin Debert

Profa. Dra. Maria José Teixeira Carneiro

Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoy

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes Luchiari

AGOSTO/2002

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Panzutti, Nilce da Penha Migueles
P196c A caminho da terra : a Mata / Nilce da Penha Migueles
Panzutti. – Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador : Mariza Corrêa.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mata Atlântica. 2. Estação ecológica – Juréia-Itatins.
3. Ecologia humana. 4. Áreas subdesenvolvidas – Camponeses.
5. Movimentos rurais. 6. Agricultura – Aspectos sociais – Juréia-Itatins. 7. Migração. 8. Anomia. 9. Turismo. 10. Posseiros.
11. Reservas naturais. I. Corrêa, Mariza. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

A CAMINHO DA TERRA: A MATA

Resumo:

A pesquisa refere-se aos impactos sócio-ambientais causados pela criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins e pelo desenvolvimento das atividades de turismo sobre **Itinguçu**, um bairro situado na fronteira rural-urbana próximo à cidade balneária de Peruíbe, Estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada com a observação direta do agrupamento social e entrevistas de profundidade com 25 famílias de moradores, ex-moradores e profissionais que atuaram e atuam no local há muitos anos. Analisa as alterações no modo de vida e o conflito que se estabelece entre os interesses da população e a administração local, bem como entre preservação da natureza e preservação humana. Tendo como contexto a Estação Ecológica, analisa ocupação do bairro iniciada em fins do anos 60 por migrantes de origem nordestina, o conflito armado da década de 80, a organização social e econômica dessa população de origem camponesa, baseada fundamentalmente na agricultura de subsistência e nas atividades do turismo local. Analisa a estrutura e organização, as relações entre os gêneros e a desagregação familiar causada pelas dificuldades de reprodução social.

ON THE LAND WAY: THE FOREST

Summary:

The research refers to socio -environmental impacts caused by the creation of the Juréia-Itatins Ecological Station and by the tourism activities development in **Itinguçu** a neighborhood located close to the rural-urban border of bathing resort city of Peruíbe, State of São Paulo. The research was carried out through a direct observation of the social group as a whole and profundity interviews of each local living families, farmer-residents and professionals that had act at the place for many years. It analyzes the alterations in their way of life and the conflict established between the population interests and the local administration, as well as between nature and human preservation. In the context of the Ecological Station, it analyzes the neighborhood occupation that begun in the end of the sixties by Northeastern migrants; the armed struggle that occurred in eighties decade; the social and economical organization of farmer population, based fundamentally in the subsistence agriculture and in the local tourism.activities. Analyzes the social structure and organization of the group, gender relationships, and the family disaggregation caused by social reproduction difficulties.

**Ao Ralph, Melissa, Marcelo, Luciana e
Giuliana**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: A Estação Ecológica Juréia - Itatins	15
1. Antecedentes Históricos da Região	24
2. Caracterização Sócio-Econômica	40
3. Moradores da Juréia	50
4. O Significado da Estação	55
CAPÍTULO II: Itinguçu Esperança de Vida e Trabalho	61
1. A Ocupação do Bairro	83
2. A Migração para o Bairro	99
CAPÍTULO III: Conflitos e Condições da Terra	113
CAPÍTULO IV: De Posseiros a Moradores	135
1. Posseiros de Itinguçu	137
2. O Modo de Vida	150
3. O trabalho em Itinguçu	155
CAPÍTULO V: Família e Relações de Gênero	181
1. A (Des)organização Familiar	183
2. Casamento, Maternidade e Sexualidade	196
3. Relações entre os Gêneros	210
CONCLUSÃO	225
BIBLIOGRAFIA	235
ANEXOS	243
1. Decreto Estadual n. 24.646 de 20 Jan. 1986	245
2. Lei Estadual n. 5.649, de 28 abr. 1987	246

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E FOTOS

Figura 1 - Mapa do Estado de São Paulo com a localização da Região do Vale do Ribeira

Figura 2 - Localização da Estação Ecológica Juréia Itatins - EEJI.

Figura 3 - Mapa com comunidades da EEJI.

Figura 4 - Desenho do Bairro Itinguçu

Quadro 1 - Frequência de famílias X comunidades.

Quadro 2 - Atividades desenvolvidas na EEJI.

Quadro 3 - Atividades do Chefe da família.

Quadro 4 - Distribuição dos residentes - EEJI - 1995.

Quadro 5 - Relação de parentesco entre os moradores - EEJI.

Quadro 6 - local de criação dos moradores - EEJI.

Quadro 7 - Ano de chegada na comunidade - EEJI.

Quadro 8 - Ano de chegada na área - EEJI.

Quadro 9 - Área de domínio definitivo ou relativo e áreas sub - júdice - 1998.

Quadro 10 - Áreas pendentes de regularização fundiária -1995.

Foto1 - Estrada para EEJI.

Foto 2 e 3 - Antigos moradores.

Foto 4 e 5 - Caminho para Itinguçu.

Foto 6 e 7 - Estrada para Itinguçu.

Foto 8 - Entrada de Itinguçu, barracas 1,4 e 5.

Foto 9 - Largo das barracas, barracas 2, 1 e 4.

Foto 10 - Largo das Barracas, Silvana em frente às barracas 4 e 5.

Foto 10a - Largo das Barracas, barracas 3, 2 e 1

Foto 11 - Barraca 5 - Maria (agente de Saúde), Fátima, Gabriel, Henrique e Nestor .

Foto 12 - Escola.

Foto 13 - Posto de Saúde.

Foto 14 e 15 - Travessia do Rio Itinguçu na vazante.

Foto 16 - Caminho para a Cachoeira do Paraíso.

Fotos 17 e 18 - Vistas parciais da Cachoeira Paraíso.

Foto 19 - Caminho dos sítios após o Rio Itinguçu .

Foto 20 - Casa do sítio de Adão, Mariano e D.Joana.

Foto 21 - Casa do sítio de Justino e Alaíde.

Foto 22 - Família de Justino e Alaíde, Cleusa e Juventino.

Foto 23 - Família de Adalício e Antonieta, Simone, Bethania, Caique e Carolina.

Foto 24 - Casa do Sítio do Guarda Parque

Foto 25 - Casa do sítio de Selma.

Foto 26 - Interior das Casas (Sítio)

Foto 27 - Interior das Casas (Sítio)

Foto 28 - Mulheres Fazendo Doce de Banana - Década de 80

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

EEJI - Estação Ecológica Juréia-Itatins

DPRN - SAA - Divisão de Proteção dos Recursos Naturais

CUT - Central Única dos Trabalhadores

COATI - Organização Não Governamental

PROTER - Programa da Terra

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

SUDELPA - Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista

SEAF - Secretaria de Assuntos Fundiários

SMA - Secretaria do Meio Ambiente

IAMA - Instituto Antropológico e Meio Ambiente

USP - Universidade de São Paulo

PUC - SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UMJI - União dos Moradores de Juréia-Itatins

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido Social Democrático Brasileiro

DRPE - Divisão de Reservas e Parques Estaduais

UEAC - Unidade Educacional de Ação Comunitária

CPT - Comissão da Pastoral de Terra

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho gostaria de agradecer ao Instituto de Economia Agrícola - IEA, pela oportunidade de realização do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Ao Instituto Florestal pelo acesso à documentação e dados sobre o universo pesquisado; pelo apoio recebido do Escritório da Estação, nas pessoas de Cláudia, Joaquim e Otto e da Equipe do Litoral Sul através de Fausto, Ana Lúcia e Marcita.

A Richard Domingues Dulley, Diretor do Centro de Estudos em Política e Desenvolvimento - IEA, pelo apoio durante o período de realização do trabalho.

A CAPES e UNICAMP pela bolsa que contribuiu para a sua viabilização. A Profa. Dra. Mariza Corrêa, orientadora, pela oportunidade e confiança depositada no meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Mauro William B. de Almeida e Profa. Dra. Guita Grin Debert pelo privilégio de contar com suas valiosas arguições e sugestões no exame de qualificação.

Ao Edu A M. Bastos, pelas discussões sobre os caminhos e descaminhos deste trabalho.

Aos moradores e moradoras de Itinguçu que se dispuseram a compartilhar suas vidas tornando possível a pesquisa.

A Maria Magdalena Matte Hiriart, Melissa Migueles Panzutti e Vera T. Francisco, pela companhia e colaboração no levantamento de campo e Elaine Zangheri pela transcrição de fitas.

A Irene Francisca Luccato, amiga e inestimável profissional, pelos serviços de reprografia. A Regina Maria S. Santa e Roseli Clara Rosa Trindade por trabalhos de edição, inclusive de fotos. A Vandete P. N. Medeiros e Aparecida J. da Silva do Núcleo de Informação e Documentação do Instituto de Economia Agrícola, pela colaboração e eficiência na obtenção dos títulos e elaboração da bibliografia.

As amigas do Instituto de Economia Agrícola, Sonia Santana Martins, Denyse Chabaribery, Ana Vitoria V. M. Monteiro, Regina H. V. Petti, Ikuyo Kiyuna, Maria Célia M. de Souza pelo convívio e palavras certas nos momentos oportunos.

A todos os colegas do Instituto de Economia Agrícola que dividiram comigo o cotidiano durante a realização do trabalho.

Ao companheiro Ralph pelo estímulo e contribuições constantes. Aos meus queridos Vicentina, Melissa, Marcelo, Luciana e Giuliana que entenderam o período de espera e apreensão que envolve a realização de uma tese.

Registro aqui que eventuais erros e omissões, contidos neste trabalho, são de minha inteira responsabilidade.

INTRODUÇÃO

I - Introdução

Este estudo analisa e interpreta os impactos da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins sobre a população do bairro de Itinguçu, centrando-se na análise do modo de vida, nas relações familiares e de gênero, compreendendo as décadas de 1970 a 2000. A hipótese central do trabalho é a de que para os moradores do núcleo de Itinguçu, a criação da Estação Ecológica, além de uma estratégia governamental de conservação, estabeleceu uma nova forma de relação do homem e da mulher com a natureza. O objetivo mais amplo deste trabalho é trazer novamente à discussão a questão das populações moradoras das Unidades de Conservação que vivem numa estreita relação com a Natureza, na dependência da interação entre homens/mulheres no espaço geográfico e seus componentes. Espera-se também contribuir para a formação de um banco de dados sócio-econômicos e etnográficos sobre as populações moradoras das Unidades de Conservação.

Meu interesse pelos povos da floresta começou quando acompanhei tangencialmente discussões do projeto "Can Traditional Forest-Dwellers Self-Managed Conservation Areas? A probing experiment in the Juruá Extractive Reserve, Acre, Brazil" financiado pela MacArthur Foundation, coordenador pelo Prof. Mauro Almeida, juntamente com a Profa. Manuela Carneiro da Cunha e o Prof. Keith Brown. Após o contato com a literatura sobre gênero durante o curso da Pós-Graduação, e a leitura dos trabalhos do Prof. Mauro sobre a Reserva Extrativista do Alto Juruá (ALMEIDA 1987, 1993, 1991, 1989, 1984, 1992), instigou-me a curiosidade sobre o modo de vida e as relações de homens e mulheres que habitam espaços onde é fundamental a preservação da natureza.

Em 1996, em contato com a Equipe do Litoral Sul, do Instituto Florestal,

órgão responsável pela administração da EEJI, na pessoa do Fausto Pires de Campos e técnicos que atuavam há muitos anos na região, tive a oportunidade de consultar documentos das diversas Unidades de Conservação, optando pela Estação Ecológica Juréia-Itatins.

A Estação Ecológica Juréia-Itatins está situada na Região do Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, considerada a “Amazônia Paulista”, não apenas pelo fenômeno das enchentes, como pela percentagem de florestas (73,3% da área total) e terras desmatadas e abandonadas (13,5%)¹. Apresenta questões importantes sobre a relação entre preservação do meio ambiente e o destino das populações residentes. A Juréia, situada na região mais pobre do Estado de São Paulo e lugar de difícil acesso, montanhoso, coberto de mata, abrange o remanescente conjunto dos ecossistemas que compõem a Mata Atlântica concentrado na região sudeste do País.

A Mata Atlântica apresentou-se como uma possibilidade prática de realização da pesquisa, dada a sua proximidade para os trabalhos de campo. Desta forma estaria eu me ocupando com os povos de floresta, com a relação homem-natureza, meio ambiente e qualidade de vida, que eram meus interesses primordiais.

Há várias décadas vem sendo alertada a diminuição da capacidade produtiva do espaço e da base dos recursos em diversas regiões do mundo, conseqüência da degradação dos recursos naturais –solo, água, florestas, biodiversidade, atmosfera–, significando riscos para toda a forma de vida no planeta.

¹Relatório do Grupo de Trabalho para Planejamento Agrícola Integral do Vale do Ribeira, 1968, citado por Queiroz, 1969.

Alterações nesse curso dependem de se encontrar soluções para os problemas a partir do conhecimento originado da própria população envolvida. Em termos práticos dependem do planejamento e gerenciamento local dos recursos naturais, compatibilizando o espaço e a capacidade dos recursos a serem utilizados e de uma sustentabilidade onde se incluam e se integrem as esferas ecológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas.

A intensificação tecnológica da agricultura, a integração agricultura-indústria nas últimas décadas, associadas à internacionalização das economias inviabilizam, agora mais do que nunca, a integração dessa população rural já anteriormente excluída, forçando a busca de alternativas econômicas não agrícolas para sobrevivência. Essas fortes razões justificam o estudo que procure soluções e visem a preservação das populações em condições tão precárias.

Experiências internacionais têm demonstrado que a expulsão de moradores dessas áreas não contribui para a melhor conservação dos espaços naturais. Além disso, as populações deslocadas das áreas transformadas em parques ao perderem sua base de subsistência material e cultura vêm comprometida a sobrevivência.

O estudo dos excluídos da riqueza, dos pobres, nas sociedades modernas deve ser observado da perspectiva dos antagonismos de uma economia globalizada, além dos problemas sociais e necessidades de mudança locais.

A EEJI insere-se na categoria estatista (Viola e Leis, 1992), sua criação pressupõe que a qualidade ambiental é essencialmente um bem público que somente pode ser resguardado eficientemente através de uma incisiva intervenção normativa, reguladora e promotora do Estado. Os mecanismos de comando e controle neste caso têm um papel fundamental. O caráter controlador do Estado,

todavia, tem encontrado resistência da população moradora da Juréia que informa ter a sua criação dificultado a sobrevivência e reprodução.

O processo de desapropriação para fins de utilidade pública da área iniciou-se em 1980 para a implantação de usinas nucleares na Ponta do Grajaú, quando a área era administrada pela NUCLEBRAS, de âmbito federal. Somente mais tarde é que passa para a jurisdição estadual – Decreto 24.646/86 de 20.01.86.

Após a criação da Estação Ecológica inicia-se a aplicação das medidas restritivas e de conservação dos ecossistemas naturais difíceis de conciliar com a ocupação humana existente. A caça, o extrativismo, a implementação de espécies vegetais e animais com a nova legislação, passam a ser objeto de restrições que dificultam significativamente a vida dos moradores.

A Estação Ecológica da Juréia-Itatins é uma Unidade de Conservação onde a preservação da população humana depende de novas formas de utilização dos recursos naturais e da reordenação das atividades econômicas. Essas novas formas, no entanto, deverão ser cuidadosamente estudadas, levando-se em conta o contingente humano, sua organização social, familiar, suas relações com a natureza. Programas estratégicos que não comprometam a sustentabilidade nestes tempos de globalização e desemprego, são fundamentais no sentido de que tais medidas não venham contribuir para aumentar a exclusão social.

Essa Unidade de Conservação onde se acham inseridos os 22 núcleos de população apresenta ambigüidades na relação homem-natureza onde coexiste devastação e preservação do espaço lado a lado; agricultura versus recursos naturais e onde a existência de homens e mulheres foi esquecida na legislação de

criação.

Sob este aspecto, é imprescindível conhecer os limites possíveis dessas relações dentro de padrões compatíveis de conservação ambiental e níveis dignos para a população moradora. O impacto da criação da Estação Ecológica sobre o modo de vida dos moradores deve ser cuidadosamente avaliado pois a perda da base material e cultural compromete a sobrevivência, já que aí desenvolvem suas atividades agrícolas de subsistência, pesca, caça, extrativismo e comércio.

Itinguçu reúne aspectos especiais, além do fato de ser um núcleo de população dentro de uma Unidade de Conservação cujas finalidades são o estudo científico, o ensino e a pesquisa. Está situado na fronteira rural-urbana do município de Peruíbe; é ocupado por moradores antigos, mas nascidos em outras regiões do estado e do País; apresenta a ambiguidade de pertencer jurisdicionalmente ao Município de Iguape, mas manter relações administrativas com Peruíbe, dada sua proximidade e facilidade de acesso. Embora situado dentro de uma Estação Ecológica, é um local turístico, pois possui a Cachoeira Paraíso, muito visitada por pessoas que freqüentam a cidade balneária de Peruíbe. Finalmente, o núcleo tem uma história de resistência e luta pela terra.

Saliente-se, no entanto, que entre o projeto e o levantamento de campo houve uma importante mudança. O que nos conduziu inicialmente a esse núcleo foram as informações sobre o conflito armado ocorrido na área. Todavia, durante a realização do trabalho de campo dificuldades se apresentaram para a obtenção dos depoimentos a respeito do conflito, tanto da parte dos homens quanto das mulheres. As mulheres diretamente envolvidas no episódio, ainda residentes no local, resistiram às investidas no sentido da reconstrução histórica do episódio.

A ida ao campo implicou pois numa mudança do núcleo da observação. A família passou a ser o foco das atenções já que ficou claro nessa primeira etapa que nela se encontravam os aspectos cruciais dos impactos da criação da Unidade de Conservação. Optou-se, por isto, centrar o foco da pesquisa para o modo de vida dos moradores e moradoras ainda residentes, esperando obter indiretamente dados que permitissem um entendimento das questões de família e gênero, assim como dos impactos promovidos pela criação da Unidade de Conservação sobre a vida desses "moradores". Dessa mesma forma emergiram os dados sobre o conflito ocorrido. Em alguns depoimentos os nomes das pessoas foram trocados, para não expô-los já que o importante aí são as situações.

A criação da Estação Ecológica institui a condição de morador, que em suas práticas cotidianas, dadas as restrições legais, se alteram, interfere na hierarquia familiar, alterando os valores internos da família ao subtrair do chefe de família o papel de provedor e de autoridade. Devida a impossibilidade de *reprodução* social os filhos são obrigados a elaborar projetos de vida fora da agricultura, desenvolvendo atividades novas e paralelas do comércio destinado aos turistas.

O trabalho de campo foi realizado em várias etapas em 1998, 99 e 2000. Em 98 foi feito o trabalho de contato para a introdução da pesquisa na área, identificação e seleção de sujeitos e temas a serem abordados. Em 99 e 2000 foram realizadas as investigações dos casos a partir da descrição minuciosa da realidade social e do conhecimento indireto da experiência pessoal comum a homens e mulheres. Pesquisou-se um total de 30 indivíduos (homens e mulheres) mediante o controle de fatores significativos (idade, sexo, tempo de permanência na atividade, participação em ações sociais relacionadas com a criação da Reserva,

acessibilidade, disposição a cooperar com a pesquisa). Totalizando 21 famílias (aproximadamente 126 pessoas), presentes hoje em Itinguçu, incluiu casais acima de 40 anos, jovens casais (acima de 20 anos), solteiros e adolescentes. Dentre essas 11 são famílias completas formadas por pai, mãe e filhos; 4 famílias incompletas formadas por pai e filhos ou mãe e filhos; 1 família composta só por irmãos; 5 homens sós. Enfim, a partir dos questionários foram definidas as pessoas cujas histórias expressam maior significado para os objetivos propostos. Procurou-se obter um quadro do modo de vida de famílias moradoras da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, famílias estas que pertencem ao segmento de renda situado no limite da subsistência.

Pela força natural como foi encontrada na realidade social pesquisada, a família se coloca como a instituição adequada para análise intensiva. Enquanto estrutura aglutinadora e mantenedora da organização social, continua a ter forte significado para os indivíduos como estratégia de reprodução social e sobrevivência.

Para esse universo após pesquisa preliminar de reconhecimento foi realizado o trabalho de campo onde foram colhidos os depoimentos de profundidade direcionados por roteiro com espaço para o discurso livre. Os temas abordados referiram-se a agricultura familiar, realidade sócio-econômica, organização social, modo de vida, meio ambiente e preservação, políticas públicas, situação fundiária, organização familiar, estação, preservação, migração, trabalho, relações de gênero (sexualidade, casamento, maternidade).

Sobre esses temas foram entrevistados também moradores que deixaram Itinguçu e profissionais que atuam ou atuaram na área (funcionários do Instituto

Florestal, Agente de Saúde, Professor, ONG, funcionária do antigo DPRN-SAA; políticos da câmara municipal de Peruíbe).

Como recurso complementar foi observada a comunidade reunida com autoridades locais - Diretor e funcionários da EEJI e autoridades políticas - vereadores de Peruíbe, representantes do Secretário do Meio Ambiente, CUT, COATI - ONG nomeada pela Promotoria Pública de Peruíbe, da Secretaria de Educação de Iguape, da Associação dos Moradores de Barra do Una, do Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e PROTER-Iguape - em discussão de seus problemas mais urgentes relacionados ao comércio local.

Para a reconstrução histórica, além da pesquisa documental e bibliográfica ouviu-se a história oral dos moradores.

Os relatos das situações vividas pelos indivíduos, ordenadas cronologicamente possibilitou a reconstrução da realidade e das relações interpessoais. As diversificações, colocando destaque sobre o espaço e fatos sociais, forneceram os elementos interpretativos relativos às mudanças sociais e ao trabalho que condicionaram a existência individual.

As particularidades biográficas foram buscadas relacionando os casos particulares com as questões amplas, no que se refere aos temas fundiários, aos movimentos migratórios interregionais, ao processo de transformação e inclusão da sociedade nacional e local na modernidade, na era da comunicação e na economia globalizada.

Os símbolos² marcantes encontrados na vida cotidiana dessa população são:

² Os símbolos fundamentados na espontaneidade e no sentimento podem ser encontrados não apenas nas ocasiões das festas mas na vida cotidiana, numa estreita relação entre pontos de referência ideal e momentos de vida, entre desejo e ação, entre presente e futuro, ambos baseados no passado. A utilização de um símbolo nunca é fortuita e a escolha por um certo ícone como sinal de comunicação, expressa em geral uma vontade de diálogo sem intermediários entre população e

a terra, a família e a propriedade, bastiões da sociedade tradicional. Por estes se bateram a vida inteira. A busca da terra enquanto viabilizadora da plantação e do meio de existência sobre o qual tenham o domínio. O trabalho sobre a terra é a única certeza da sua capacidade enquanto indivíduos, enquanto chefes da família. É a segurança do seu conhecimento aplicável a uma realidade. Este parece ter sido o móvel de vida desses moradores. Saíram do Nordeste ou de Minas em busca da liberdade da autodeterminação, num campo específico, a agricultura. Liberdade esta que implicava no abandono da condição de empregado, no abandono da relação de subordinação.

Sem condição e ambição, buscaram a terra para "apossear" e fazer a única coisa que lhes desse autonomia: plantar. Por isso viveram, arriscaram suas vidas e defenderam a bala suas "posses".

A propriedade é o sonho desses moradores acalentado até hoje. Um sonho cuja realização tem se adiado ao longo desses, aproximadamente, 30 anos de permanência na área e até hoje ameaçado de não se realizar.

Na preocupação com a interpretação da teoria, envolvendo a compreensão da relação entre o sujeito e o objeto de análise para nós, mais que entre o particular e o todo, retomamos KINCHELOE, 1991 (in KINCHELOE et McLAREN, 1994). quando afirma que a forma como analisamos e interpretamos os dados empíricos deve estar condicionada à forma como esses foram estruturados teoricamente e para o fato de que o que chamamos informação envolve sempre um ato do julgamento humano, uma interpretação.

Por essa razão torna-se relevante registrar que os roteiros para a coleta de

dados de campo foram inspirados e elaborados a partir da leitura de autores como: A. Cândido, Ruth Benedict, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Peter I. Berger e Thomas Luckmann, Emílio Willems e A.I. Richards.

As entrevistas foram realizadas por um período médio de uma hora e meia e máximo de duas horas e meia. O término da entrevista se deu na maior parte dos casos com a cessação das perguntas ou com a ação adequada mas finalizadora da pesquisadora que convencionou o tempo de duração no máximo de duas horas para não cansar o entrevistado. Às pessoas que possuíam uma opinião formada e que tinham ainda muitas coisas a dizer, foi estendido o tempo de entrevista mas mesmo estes não excederam a três horas.

As respostas dos pesquisados foram estimuladas por questões, mas foi dada a liberdade para tais depoimentos mesmo quando fugiram um pouco do interesse imediato da pesquisa.

Embora tenhamos entrevistado homens e mulheres, os dados obtidos não correspondem a uma equanimidade buscada. Os próprios entrevistados tiveram a oportunidade de se deter mais ou menos nesta ou naquela questão, resultando disto algo significativo. As mulheres responderam longa e indiretamente sobre as questões do gênero, relações marido mulher, sexualidade, maternidade, modo de vida, ao contrário dos homens. Às questões de política, conflitos fundiários e participação social as mulheres mostraram-se reticentes, quando não, afirmaram desconhecimento. Por essa razão determinadas questões têm mais a perspectiva do gênero feminino e outras do masculino. Os homens estavam mais preocupados em saber para que estávamos querendo saber deles. Foram objetivos, às vezes lacônicos quando não, declaradamente agressivos.

Assim, o trabalho apresenta no **Capítulo I - A Estação Ecológica Juréia-Itatins** uma retrospectiva da região do Vale do Ribeira com o objetivo de situar o contexto natural, econômico, social e político no qual se inscreveu a Estação Ecológica Juréia-Itatins. No desenvolvimento histórico da região e nas práticas locais busca-se as prováveis razões para a ocupação e os contornos dos fatos mais recentes.

No **Capítulo II - Itinguçu Esperança de Vida e Trabalho** analisa-se a formação do núcleo Itinguçu da perspectiva do processo de migração - deslocamento da população rural das regiões menos desenvolvidas para as mais adiantadas e da transferência de mão de obra dentro da dinâmica da industrialização e urbanização do País. Conta a história da ocupação a partir de documentos e de depoimentos colhidos dos próprios moradores. Apresenta-se, também, uma caracterização do bairro, que existe desde antes da criação da EEJI. Aspectos fundiários locais e as dificuldades existentes devidas à complexidade da malha fundiária que se estende por toda a região do Vale do Ribeira .

O **Capítulo III – Conflitos e Condição da Terra** traz um relato dos conflitos de terra ocorridos na área na década de 80 e os atuais. Sobre o conflito armado ocorrido na década de 80, parte-se de informações documentais, em jornais da época e de depoimento de profissionais que atuaram no local.

O **Capítulo IV - De Possseiros a Moradores** - traça um paralelo entre a trajetória dos moradores de Itinguçu e as transformações ocorridas com o processo de expulsão de agregados e parceiros do latifúndio no final do século XIX. A partir de dados obtidos no levantamento de campo traz a caracterização da organização social dos moradores de Itinguçu, informa o perfil, a estrutura social, bem como da

dinâmica das atividades de produção e comércio do grupo.

No **Capítulo V – Família e relações de gênero** – aborda a (des)organização familiar; trata da interação dos membros da família, como estão distribuídos os direitos e as obrigações, as responsabilidades sobre a manutenção da prole, a transmissão da propriedade, a (des)obediência à autoridade paterna. Procura-se entender os significados dos tipos de família como ela se constitui e se mantém, partindo dos aspectos do modo de vida, da organização familiar: casamento, maternidade, sexualidade e das relações entre os gêneros.

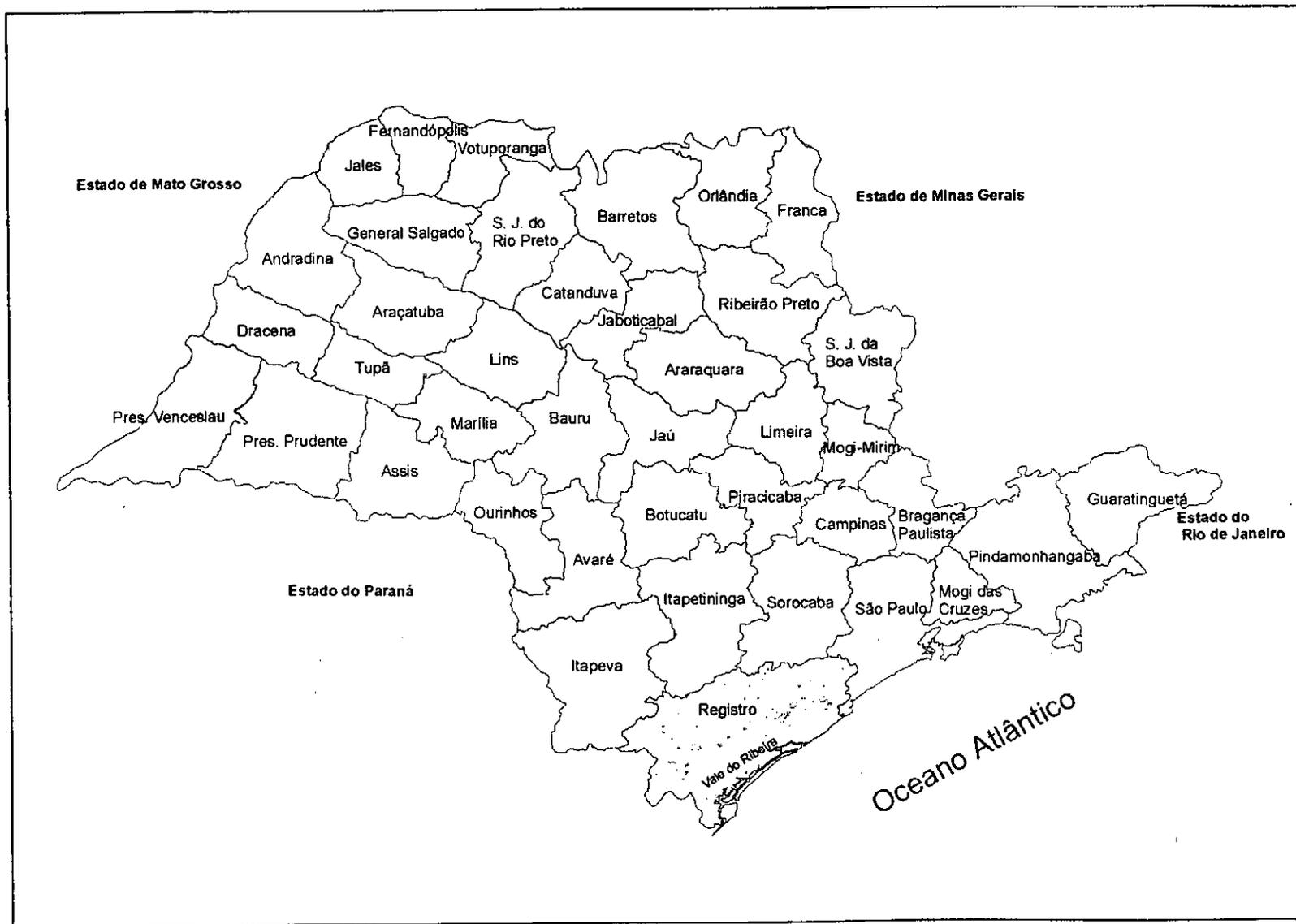
Na **Conclusão**, considerando-se as questões propostas pela pesquisa no que se refere às alterações sociais, culturais e ambientais, discute-se a hipótese norteadora do estudo; os impactos da criação da Estação sobre o modo de vida e as relações familiares e de gênero; a alteração das relações entre os moradores com a Natureza.

Este trabalho surge da convicção de que o cientista social tem, no mundo moderno, a reponsabilidade de estudar e relatar os fenômenos sociais, tentando compreendê-los. A grande massa de populações excluídas, habitantes de espaços rurais e urbanos de países em desenvolvimento, componentes da grande parcela da população mundial, não pode ser ignorada, por todas as razões, incluindo-se a de que, contingencialmente desempenham papel crucial no cenário mundial.

Com este intuito, o trabalho mostra como a transformação de um espaço, através da implantação de uma política preservacionista afeta o modo de vida e a organização de um grupo social. Em outros termos, como a criação da EEJI altera a vida dos moradores de Itinguçu e desorganiza a base de sua sociabilidade, a família.

CAPÍTULO I: A ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS

Figura 1 - Estado de São Paulo, Divisão por Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR).



Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).



E.E. JURÉIA-ITATINS

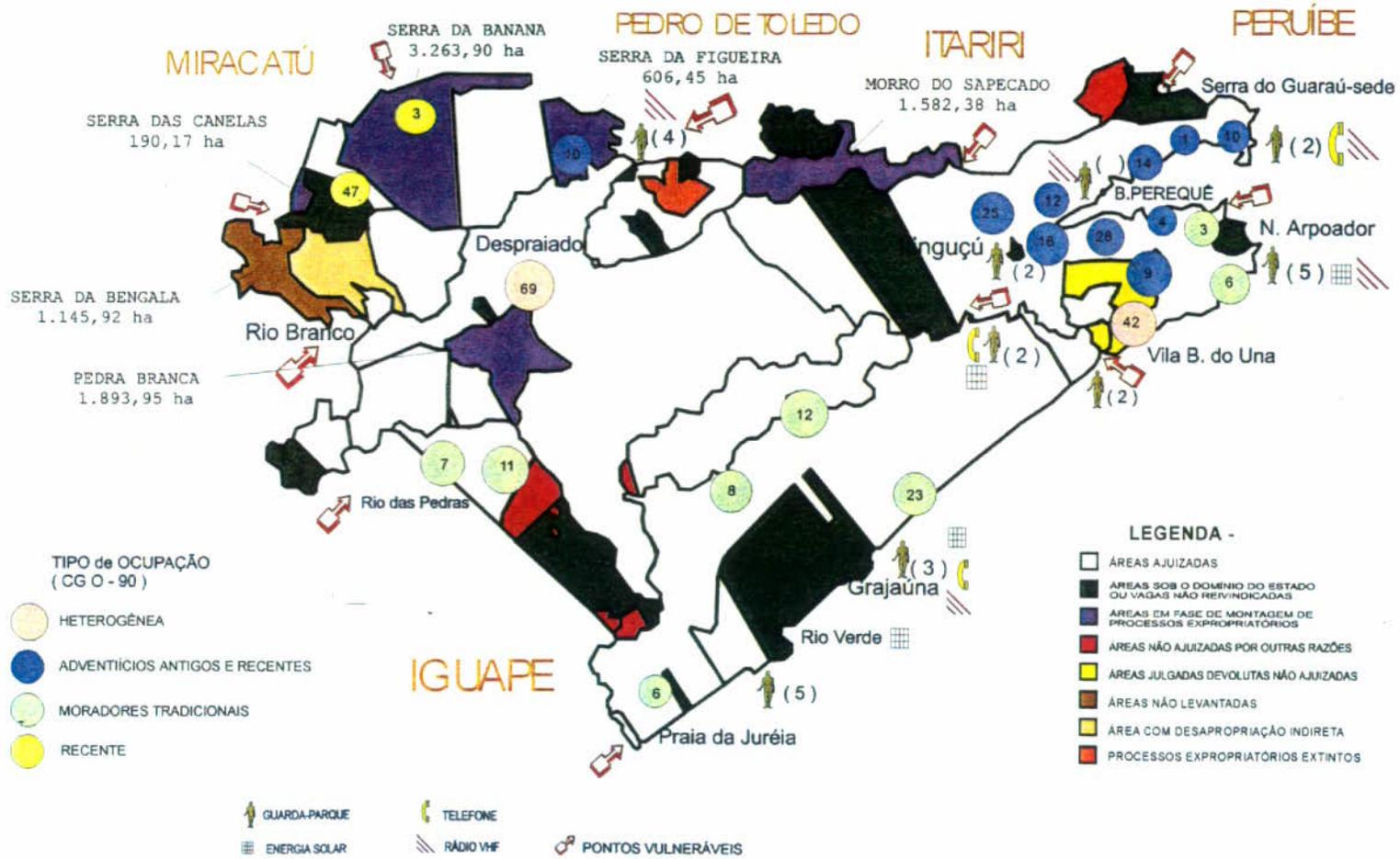
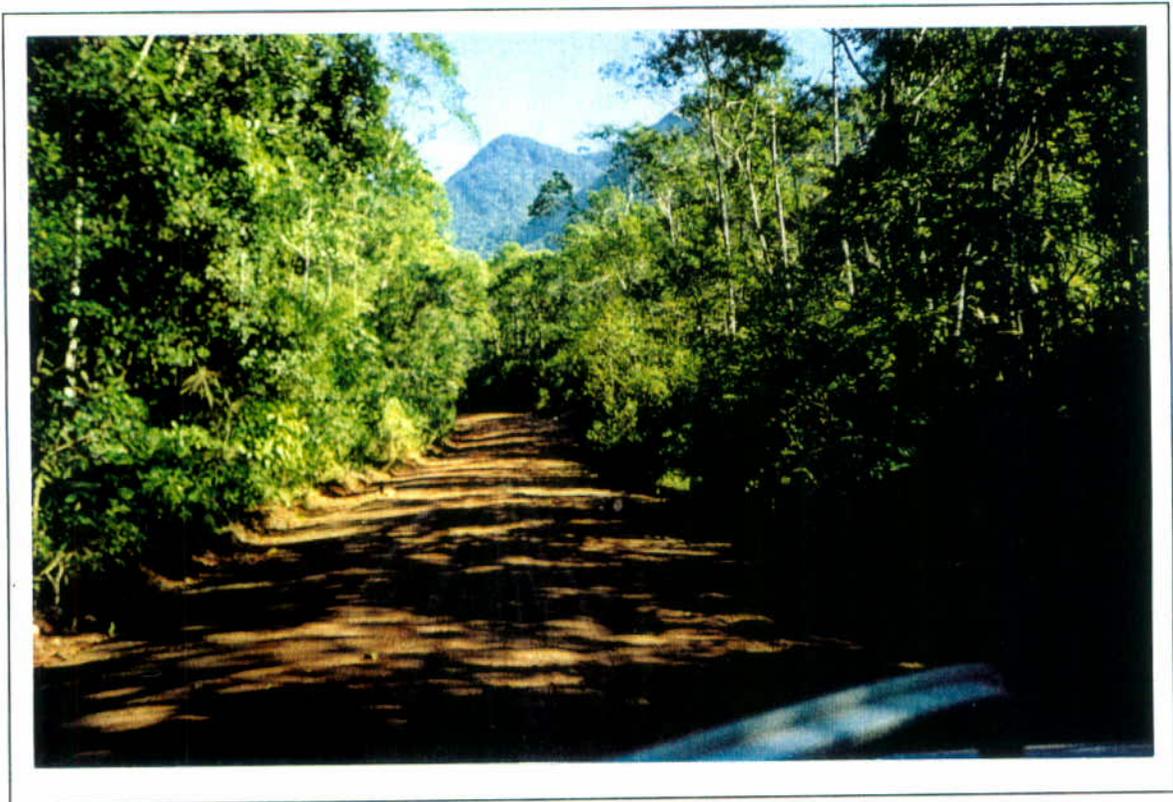


Figura 3 - Mapa com Comunidades da EEJI

Foto 1 - Estação Ecológica Juréia - Itatins



CAPÍTULO I - A ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS³

Este tópico tem o objetivo de realizar uma breve retrospectiva da Região do Vale do Ribeira, com o objetivo de situar o contexto natural, econômico social e político no qual se inscreveu a Unidade de Conservação, pensando com isto facilitar o entendimento dos diversos fatos que antecederam e sucederam a sua criação.

No desenvolvimento histórico e nas práticas sociais encontramos determinantes de diversos traços da sua conformação atual. Encontramos também as possíveis razões para o povoamento local e nas políticas públicas ali encetadas identificamos as motivações e contornos dos fatos mais recentes.

Dessa caracterização parece relevante salientar que a criação da Estação marcou definitivamente a população local, estabelecendo limites às atividades desenvolvidas para a sobrevivência.

Se na instância econômica coibiu as atividades extrativistas, de caça e práticas agrícolas, no âmbito social e político erigiu uma nova categoria, a de “morador da Estação”, definindo e redefinindo uma identidade social, com sérios desdobramentos para esse agrupamento humano.

Situada no sul do litoral paulista (Vale do Ribeira) dista aproximadamente 200 km. da cidade de São Paulo. O acesso à área pode ser tomando-se a BR-116 e por aí chegar às cidades de Itariri e Iguape ou através do sistema Imigrantes-Anchieta em direção à Santos e pela BR-101 até a cidade de Peruíbe.

³Criada pelo decreto estadual 24.646, de 20/01/86, englobou a antiga Reserva Estadual de Itatins, criada pelo decreto federal n. 31.650, de 08/04/58. Por não ter sido criada em terras de domínio público, como preceitua a lei 6.902/81, foram editados quatro outros decretos de utilidade pública englobando toda a sua área (decretos 26.714, 26.715, 26.716 e 26.717). Com o objetivo de assegurar a integridade dos ecossistemas, flora e fauna existentes, bem como proporcionar sua utilização para fins educativos e científicos, foi sancionada a lei estadual n. 5.649 de 28/04/87. Foi englobada pela APA – Área de Proteção Ambiental de Cananéia, Iguape e Peruíbe, criada pelo decreto federal n. 90.347 de 23/10/84 e 91.892 de 06/11/85 acrescentando áreas aos limites da referida APA. Através do decreto federal 91.889 de 05/11/85 foi criada como ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico da Ilha do Ameixal. Por intermédio do Condephaat (Conselho de defesa do patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo foram tombados o Maçoço da Juréia pela resolução 11 de 25/07/79; a Serra do Mar e de Paranapiacaba pela resolução 40, de 06/06/85.

A EEJI—Estação Ecológica Juréia-Itatins possui uma área de 79.270ha. abrangendo os municípios de Itariri, Miracatu, Iguape e Peruibe, integrada pela reserva de florestas da Serra dos Itatins área territorial destinada ao estabelecimento dos índios Guaranis. Região de clima tropical subquente, super úmido, com temperatura média de 22,7°, tem alta pluviosidade, sendo fevereiro e março os meses mais chuvosos.

A área da Estação possui uma rede hidrográfica principal formada pelos rios Una e do Prelado (ou Comprido) que circunda o maciço da Juréia, o Grajaúna, o Verde, o Descalvado, o Branco, o do Carvalho, o Cacunduca, o Guarú, o Rio das Pedras, o do Espreado e o Itinguçu. Engloba parte das serranias costeiras e das planícies fluviolitorâneas do litoral sul do Estado de São Paulo, onde se verificam inúmeras elevações com altitudes entre 40 a 150 metros. O maciço da Juréia tem altitudes em torno de 870 metros. O solo da mata é fortemente ácido, sem grande riqueza nutricional, enquanto o solo de mangue é significativamente mais rico.

Último reduto de vegetação nativa no Estado de São Paulo, é cercada de ambigüidades onde se verificam ao mesmo tempo devastação e conservação dos recursos naturais, resultado da apropriação e privatização da natureza. Têm-se verificado nas últimas décadas sérias alterações no 'habitat' das espécies vegetais, animais e humanas.

Essas alterações decorrem de um contexto mais amplo, onde o avanço do desenvolvimento econômico transgride os limites naturais, induzindo a reações desordenadas e freqüentemente destruidoras, que desequilibram o ambiente e resultam em sérios prejuízos para a floresta. As alterações dos ecossistemas

desestabilizam também o modo de vida das populações que dependem dela, induzindo-as a práticas nem sempre conservacionistas.

A Estação é uma das categorias das unidades de conservação mais restritivas pois destina-se a conservar áreas representativas de ecossistemas naturais onde serão realizadas pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, a proteção do meio ambiente natural e o desenvolvimento da educação conservacionista.

Nessa área protegida, o cultivo de roças familiares e a extração de produtos da mata foram proibidos. Desmatar é crime passível de multa e extrair palmito é passível de prisão tanto quanto a caça de animais selvagens.

No entanto, os moradores que sempre viveram na área têm consciência de que não devem roçar perto da água, nem nos topos de serra e não são contra as leis de preservação ambiental, mas essas leis que foram implantadas sem considerar a presença humana local, e sem a participação desses moradores, dificulta a sobrevivência daqueles que não tem outras alternativas de renda.

Muitas famílias foram obrigadas a abandonar a área após a implantação das políticas de proteção ambiental, outras resistiram e permanecem no local até hoje cultivando suas roças, muito embora enfrentando de tempos em tempos as ameaças de serem deslocados como é o caso de Itinguçu que veremos mais adiante.

A E.E.J.I. abriga hoje 22 comunidades - das quais Itinguçu faz parte. Heterogêneas quando à origem, atividade e grau de interação e conhecimento em relação à natureza, possuem fortes laços de parentesco entre os moradores não só

tradicionais, mas outros, existindo profunda relação histórico-cultural do morador com a área, denotando uma força determinada pelo espaço geográfico.

1. Antecedentes históricos

Analisando-se a vida da população que habita a EEJI hoje, observam-se traços característicos do perfil histórico da região.

O Vale do Ribeira constitui uma faixa que vai dos municípios próximos da Capital de São Paulo, até as cercanias de Curitiba, e no litoral desde as proximidades de Peruíbe ao norte até Paranaguá ao sul. Considerada como a região mais pobre do Estado de São Paulo, é contudo muito rica em recursos naturais, encontrando-se aí o que resta da Mata Atlântica no estado – total de 5% nos dias de hoje (DIEGUES, 1995:114). A região abriga consideráveis recursos minerais e hídricos. É uma região cujo acesso ainda é difícil pelas péssimas condições das poucas estradas e permanece à margem do processo de desenvolvimento econômico. Neste cenário é que se apresenta a Estação Ecológica Juréia-Itatins.

A região foi foco de numerosas iniciativas de criação de núcleos coloniais com elementos estrangeiros da mais variada procedência, sem contudo chegar a uma ocupação satisfatória, que inicialmente se restringiu à faixa litorânea. É em PETRONE (1966), que encontramos as informações desse período. O povoamento pré-colombiano deixou traços culturais e étnicos na área que se cruzaram com o europeu. A chegada dos europeus se fez por volta de 1531. O isolamento, especialmente em relação ao interior, favoreceu a fixação de moradores que viviam provavelmente de alguma pesca, lavouras de subsistência e atividades de coleta. Na área de Iguape, o caminho para o interior foi indicado aos primeiros povoadores

(primeiras bandeiras) pelo sistema fluvial navegável. A partir de meados do sec. XVII as incursões para o interior se tomam mais freqüentes, tendo em vista a possibilidade de encontrar jazidas de ouro. O ouro torna-se, na ocasião, o primeiro empreendimento econômico em escala comercial. O ouro de lavagem, no entanto, define uma forma muito rala e descontínua de povoamento, acompanhada da presença de roças efêmeras para subsistência margeando o rio.

No sec. XVIII Iguape definiu-se como expoente regional, onde se instala uma casa de fundição valorizando economicamente as terras interiores. As atividades agrícolas limitavam-se à culturas de subsistência em sistema de roças. A partir do segundo quartel a lavoura sofreu um incremento relativamente grande, desenvolvendo-se especialmente a lavoura de arroz com concomitante montagem de várias máquinas de beneficiamento. O caráter disperso e fugaz do povoamento permanece por longo tempo. Parecia não haver condições sociais, econômicas, religiosas e político-administrativas para a concentração de pessoas em torno de um embrião de cidade. (PETRONE, 1966)

A atividade agrícola dividia espaço econômico com a construção de barcos e, em sendo esta itinerante e predatória, promovia o deslocamento constante de posseiros ao longo das margens fluviais. Os produtos cultivados permaneceram sendo o arroz, cana, feijão, milho, fumo, mandioca, batata doce, etc. A criação de animais não tinha expressividade. Porcos, gado vacum e cavalos eram produzidos em pequena escala. O café igualmente.

No conjunto, no entanto, a zona da Baixada do Ribeira continuou a ser domínio das terras devolutas que, embora parcamente povoada, estava em condições de ser conquistada. A tomada de terras por posseiros intensificava-se e já

em 1896 despertava a atenção dos poderes públicos.

“A prática...com tendência a desenvolver-se amplamente, consiste na destruição do mato virgem, salteadamente, nos pontos de melhor terreno, para formação de capoeiras que constituem título à posse ou a preferência na posse como pretensas benfeitorias” (PETRONE, 1966, citando Relatório da Secretaria da Agricultura de 1896, p. 215).

Esse sistema tradicional em uso em toda Baixada, com o objetivo de erguer um abrigo e o de abrir uma clareira para dar espaço para uma lavoura de subsistência, foi o que norteou a formação do bairro focalizado, Itinguçu.

Ainda, conforme Petrone, esse tipo de ocupante foi responsável pela penetração através dos altos cursos dos rios secundários e o início da ocupação, embora rala e espaçada, das zonas de encostas dos morros da região. Os que ocuparam terras em grande escala nesse sistema foram ainda os principais responsáveis pelos problemas que na atualidade caracterizariam os aspectos relativos à legalidade da propriedade das terras (PETRONE, 1966).

Nos séculos XIX e XX passaram pela região italianos, espanhóis, eslavos, alemães, japoneses, americanos, portugueses, belgas, dinamarqueses, africanos, ingleses, irlandeses, austríacos, lituanos, sírios, húngaros, poloneses, russos, ucranianos, suíços e suecos, distribuídos pelas colônias de Iguape, Cananéia, Pariquera-Açu, Registro, Katzura, Sete Barras, Moya Triestre e Santa Maria. O autor registra a vinda de confederados norte-americanos entre 1865-70 que assim eram chamados por ser a maior parte do sul daquele país.

Poucos imigrantes, no entanto, permaneceram na região que em meados do século XIX era uma das áreas do Estado com menor presença de estrangeiros.

Consta inclusive que poucos são os imigrantes nacionais na região. Diversas razões são apontadas pelo autor para a não permanência de estrangeiros. As condições físicas da região, área quente e úmida, nitidamente tropical; a desilusão do colono face à realidade encontrada – suas matas eram citadas como de excelentes índices de fertilidade e constantemente referidas com possibilidades de obter sempre bons resultados em todas as culturas. Na prática apresentava dificuldades climáticas e a área não se prestava a culturas de climas temperados a que estavam afeitos. As técnicas trazidas na bagagem cultural não se aplicavam.

A alternativa encontrada foi a aplicação em suas propriedades de um sistema de rotação de solos, com técnicas utilizadas pela população cabocla que encontrou aqui. Esse sistema por sua vez não evoluiu para um sistema melhorado de rotação de solos, mesmo nas lavouras comerciais, com exceção da cultura do chá. Sem adubação esgotaram-se os solos frágeis, favorecendo a erosão (PETRONE, 1966).

Outras razões levantadas para a não fixação dos colonos na região foi a dificuldade de circulação e acesso aos mercados. Ausência de estradas e caminhos vicinais e a precariedade da navegação fluvial dificultavam o escoamento de uma produção comercial, sem falar da insatisfatória administração colonial.

Entre as culturas da Baixada do Ribeira, de caráter permanente, registram-se a banana, o café, o chá, arroz, cana, feijão, mandioca e milho, laranja, tangerina, cacau e seringueira, assim como o fumo, o abacaxi, a batata inglesa e a batata doce.

As lavouras permanentes da banana, do chá e café tiveram, desde o início, um caráter comercial, na fase da grande lavoura monocultora do país. No século XX a segunda lavoura permanente introduzida foi a banana, que começou a interessar a região especialmente a partir da década de 30. O município de Iguape se destaca

nesse período pela quantidade dos bananais. Penetrou na região ao longo da faixa de terras marginais à linha Santos-Juquiá.

A variedade Cavendishii, banana nanica, essencialmente comercial localizou-se principalmente nas várzeas, relativamente boas e subindo os morros. A formação dos bananais da região verificou-se por empreitada ou à "meia". Embora com rendimentos mais baixos nas áreas de morros, a cultura se expandiu nessas áreas. Justifica-se essa localização pelo valor da lavoura e pela possibilidade de um pequeno espaçamento entre as touceiras, aproveitando melhor o terreno. Presta-se essa cultura a parcelamentos em pequenas propriedades. A relativa facilidade de plantio, com colheita no decorrer do ano todo e o valor da produção influenciaram o desenvolvimento da cultura na região.

Os moradores de Itinguçu vieram a partir de 60 atraídos por essas condições da cultura. A maior parte deles tiveram bananal e alguns ainda os conservam.

Uma das dificuldades para a prosperidade dos empreendimentos agrícolas da Baixada, incluía-se aí, também de Itinguçu, é a inadequação entre o tipo da agricultura de manutenção itinerante, que exige áreas maiores para ao menos haver a rotação de culturas e o tipo de propriedade – o sítio – de proporções menores.

Reportando-se à ocupação do solo da Baixada do Ribeira, PETRONE (1966) refere-se ao "capuava"⁴, ocupante das zonas de mata, especialmente nas áreas que ficaram à margem da circulação fluvial, que se definiu no processo de povoamento baseado na penetração e posse, pela utilização de zonas de mata. O "capuava" para o autor é considerado um tipo residual que na década de 50 já não tinha mais

⁴ Capuava: definido como um tipo humano característico habitante dos morros e grotões das áreas mais afastadas dos eixos de circulação, em contraposição do "ribeirinho", o tradicional habitante das margens dos principais rios, cultivador de arroz (PETRONE, 1966 p.93)

representação expressiva de 20 anos anteriores. Em certas áreas de povoamento demasiadamente rarefeito, esse é o único povoador. Suas atividades são limitadas a zonas de serras em grande parte ainda cobertas por matas. Tais zonas constituíam-se como que últimos refúgios do tipo. Esse tipo de penetração em áreas praticamente despovoadas é atribuída ao processo de legalização da propriedade da terra que, na maior parte das vezes, se faz em seu prejuízo. A presença do capuava está associada à compreensão do fenômeno do "posseiro" que na Baixada, como em outras áreas, teve papel relevante. O "posseiro" – indivíduo que se estabelece em uma área, sem possuir títulos de propriedade, fazendo aí algumas benfeitorias – vive em terras onde se instalaram seus antepassados, sem que possa apresentar qualquer título. Foi a ponta de lança do povoamento e devassador de áreas não ocupadas, contribuindo para criar as primeiras condições de organização econômica do território onde se instala. Sua economia é organizada na base de uma agricultura de subsistência ou de manutenção, praticada com técnicas rudimentares e na forma itinerante, em "roças" freqüentemente inferiores a um hectare, tendo áreas relativamente extensas para aproveitar. Extensas reservas de solos à disposição em grandes superfícies com revestimento em matas associado ao fogo como técnica constituíram os elementos característicos da agricultura desse povoador. O "capuava" apresentado por Petrone em muito se assemelha ao que observei dos moradores em Itinguçu. MENDONÇA E MENDONÇA (s/d) se refere a um tipo cultural das regiões serranas que se assemelha ao que existe no interior do Estado de São Paulo, denominado de caipira⁵. QUEIROZ (1992) diferentemente de MENDONÇA E MENDONÇA (1992) não associa o "morador"

⁵A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática. CANDIDO (1964) in MENDONÇA E MENDONÇA (s/d).

da Juréia ao caipira, nem tampouco ao camponês, argumentando que essas denominações não são apropriadas por sugerirem um modo de vida ligado basicamente ao trabalho agrícola, o que nem todos os moradores praticam. Para esse autor, os moradores da Juréia têm estilos de vida que congregam o rural (camponês), o litorâneo (o caiçara). Os moradores de Itinguçu, no entanto, se assemelham muito com o tipo cultural das regiões serranas de que falam MENDONÇA E MENDONÇA (1992), PETRONE (1966). Há que se ter em conta apenas que, com o passar dos anos e com a intensificação das relações com o meio urbano, o desenvolvimento dos meios de comunicação, observa-se o processo de “aculturação” à sociedade moderna com a perda dos traços originais.

A Região do Vale do Ribeira atraiu cedo o povoamento, chamando a atenção de interessados em processos de colonização, particulares e administração pública. Mesmo assim, não se entrosou com o desenvolvimento do Estado e apesar de sua posição geográfica tornou-se uma espécie de sertão do litoral.

Na década de 60, no entanto, verifica-se um processo de valorização da região atribuído principalmente pela melhoria no sistema viário regional – parte da BR-2 que unirá a cidade do Rio de Janeiro a Porto Alegre e pelo interesse do governo estadual que através de um Plano de Ação convergiu uma série de medidas para a área (PETRONE, 1966).

Nessa mesma década, os planos desenvolvimentistas do governo militar, preocupado com áreas consideradas isoladas e pouco desenvolvidas, abriram diversas rodovias. É desse período a construção da rodovia Rio-Santos, como a Transamazônica e a Belém-Brasília, como parte do “Programa de Integração Nacional” e com o objetivo de ocupar espaços vazios e acelerar o desenvolvimento.

A construção da rodovia Rio-Santos em direção ao litoral norte em 1972 e da BR-116 na década de 60 ligando o litoral sul do estado de São Paulo provocaram dramáticas transformações na região. Aberta com o fim de atrair indústrias, acirrou consideravelmente os conflitos de terra que já existiam. Concomitantemente à abertura da BR-116 a região é atingida pelo Plano Estadual de Colonização, ocasião em que maciços investimentos governamentais ocorrem, após o movimento de guerrilhas que ali se deram. Atividades de guerrilha são motivadoras da ação governamental em planos de desenvolvimento da área (PAOLIELLO, 1992)

Até a década de 70 a região pauta-se pela agricultura de subsistência e permanência de imensas áreas de terras devolutas, baixa concentração populacional e, ainda na década de 90 é considerada área de fronteira agrícola.

A partir dos anos 70 ocorrem à região grandes empresas mineradoras e agropastoris, madeireiras e imobiliárias. Acirra-se a luta pela posse da terra com a atuação de grileiros através de mecanismos ilegais e violentos. Verifica-se a expulsão de posseiros das áreas que ocupam.

A baixa concentração populacional, a dificuldade de acesso, o relevo acidentado e a pobreza do solo para a agricultura foram os fatores que levaram à escolha do local pelos militares que projetavam construir usinas nucleares (acordo Brasil-Alemanha); por Lamarca que pretendia aí organizar a guerrilha revolucionária; pelos arquitetos que projetavam construir um refúgio em meio à natureza.

Em contrapartida e oposição a tais projetos surgem grupos de ecologistas das cidades vizinhas (Iguape, Peruíbe, Itanhaém e São Paulo) que se mobilizam para transformar a área numa unidade de conservação ambiental.

Na década de 70 a Juréia, lugar isolado, belo e exótico já constava também

de planos de preservação da Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, transformando-a em Unidade de conservação. Esta sociedade juntamente com a Sociedade em Defesa do meio Ambiente de Iguape denunciam a degradação resultante da implantação do projeto imobiliário – construção de um condomínio de luxo para mais de 70 mil pessoas - na Praia do Rio Verde. O autor do projeto do condomínio era o arquiteto Jorge Willheim, que se tomaria mais tarde Secretário do Meio Ambiente.⁶

Os planos das empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos, apesar de inicialmente aprovados, foram interrompidos um ano depois, por intervenção do governo militar que desejava construir duas usinas nucleares no morro do Grajaúna, ao lado do Maciço da Juréia (QUEIROZ, 1992).

O decreto n. 84771 de 04/06/80 evidencia as intenções do governo federal na construção das usinas. Numa tentativa de evitar as críticas ao seu programa nuclear por parte de ecologistas imediatamente após cria o decreto n. 84.973 de 29/07/80 onde as usinas nucleares deveriam situar-se em áreas contornadas por Estação Ecológica. Como desdobramento disto a área é interdita à população, iniciando as obras de infra-estrutura e colocando alguns caixas no serviço de vigilância da área. (QUEIROZ, 1992). Estas medidas contribuíram sensivelmente para a preservação local.

Na década de 80 verifica-se a atuação do poder público em duas frentes: a) solução dos problemas fundiários e implementação da Reforma Agrária e b) políticas e legislação de proteção ao meio ambiente.

⁶ Informação do Jornal Folha de São Paulo, Caderno Ciência, 29/05/1994 (6-7).

Ao assumir o governo do Estado de São Paulo, em 1987, Franco Montoro, sensível às demandas das reivindicações dos “movimentos sociais”, promoveu uma abertura dos órgãos públicos à participação, incluindo-se os ambientalistas. Uma parcela destes foram absorvidos pela SUDELPA - Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, na época Grupo da Terra, autarquia ligada à Secretaria do Interior encarregada da área.

Nessa gestão, com o fracasso do Programa Nuclear Brasileiro, a idéia de construção de usinas nucleares na Juréia é afastada. Nesse momento, governo, imprensa, ambientalistas mobilizam a opinião pública no sentido da transformação da Juréia numa unidade de conservação ambiental.

Em 26 de abril de 1983 criava-se o CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente, ligado diretamente ao gabinete do governador, onde participavam representantes de diversos órgãos governamentais, entidades ambientalistas e outras entidades da sociedade civil. Neste Conselho juntamente com a SUDELPA foi planejada a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins (QUEIROZ, 1992).

A partir de 1985 implementa-se o Programa de Regularização Fundiária pela Secretaria de Assuntos Fundiários, integrando o Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira, e pela SUDELPA com a finalidade de regularizar a situação dos posseiros da região e com isto viabilizar os investimentos privados e mesmo governamentais no Vale.

A intervenção estatal que redefine a política fundiária e o desenvolvimento agrícola regional articula-se em convênios com a SUDELPA, a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria do Meio Ambiente e o próprio INCRA.

A SUDELPA representou a institucionalização do movimento ecológico. Estava nítida, no documento de criação, a preocupação governamental em ocupar a região integrando-a e impedindo a ação subversiva. Previa-se a construção de estradas, postos de saúde e escolas (QUEIROZ, 1992).

O Estado oferecia respaldo e instrumentos técnicos para a resolução das questões colocadas pelos movimentos sociais, conforme depoimento de ex-militante

“nós realmente fomos cooptados pelo Estado, mas estou convicto de que não teríamos resolvido uma série de questões se não tivéssemos entrado para o governo. Demarcamos todas as aldeias guaranis em São Paulo, atendemos mais de 125 conflitos de terra e resolvemos outros conflitos graves como os dos posseiros de Vista Grande e Itinguçu, na Juréia” (depoimento de Eduardo, cf. QUEIROZ, 1992)

Em 1986, entretanto, o governo Montoro extingue a SUDELPA, que tratava em conjunto os assuntos fundiários e ambientais, passando estas questões então a serem tratadas separadamente entre duas novas secretarias: A Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF) e a Secretaria do Meio Ambiente (SMA). A Juréia passa então a ser assunto desta última, que inicia um controle maior da área em consonância com o decreto de sua criação, decreto esse que não previa a existência de populações humanas em seu interior.

A transformação da Juréia em Unidade de Conservação foi fruto da organização da sociedade civil e a iniciativa de pessoas e órgãos governamentais. Em 1986 formou-se um movimento na cidade de São Paulo, mobilizando a opinião pública e apoiado pela imprensa para que a Juréia fosse transformada em Unidade

de Conservação. Participavam desse movimento cientistas, estudantes, juristas, jornalistas, arquitetos, engenheiros, biólogos e outros profissionais liberais, políticos que se opunham ao governo militar atuantes desde a década de 70. Desse processo, formaram-se dois grupos: "Movimento Pró-Juréia" e o "Grupo de Defesa da Juréia". Em 20 de janeiro de 1986 foi criada a Estação Ecológica Juréia-Itatins, através do Decreto Estadual 24.646. Em dezembro de 86 os dois grupos referidos fundiram-se na "Associação em Defesa da Juréia" (QUEIROZ, 1992).

A existência de fato da EEJI no entanto demandou ainda mobilização social e medidas governamentais (Decretos Estaduais 26.714, 26.715, 26.716 e 26.717). Em 28 de abril de 1987 é sancionada pelo então governador Orestes Quércia, a Lei n.5.649 dando maiores garantias à Estação.

Seguiram-se campanhas publicitárias do movimento ecológico em prol da Juréia nos anos 88 e 89 e a partir de 90 quando ocorre o controle mais efetivo da área pela Secretaria do Meio Ambiente iniciam-se outras contradições entre moradores e o órgão governamental.

Nesse momento alteram-se as relações entre ambientalistas, moradores e governo. Emerge a principal contradição entre as finalidades⁷ de uma Estação Ecológica e a presença humana na área. Moradores passam a se organizar contra o que consideram os limites impostos à sua liberdade e sobrevivência com a criação da EEJI. Ecologistas e técnicos da SMA que antes haviam atuado ao lado dos

⁷ Pelo Decreto 24.646 de 20/01/86 as **Estações Ecológicas** criadas pelo poder executivo, são áreas representativas do ecossistema brasileiro, destinadas à realização de pesquisas de ecologia, a proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista. O parágrafo primeiro e segundo do artigo acima estabelecem que 90% ou mais da área de cada Estação Ecológica será destinada à preservação da biota e o restante poderá ser utilizado, após a realização de um plano de zoneamento, para pesquisas ecológicas que venham a acarretar modificações no ambiente natural. De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 7, na área reservada às estações ecológicas será proibido: a) presença de rebanhos de animais domésticos de propriedade particular; b) exploração de recursos naturais, exceto para fins experimentais,

moradores em favor do conflitos pela posse da terra e da regularização fundiária encontram-se frente a frente com os moradores. Coloca-se em questão a compatibilidade entre a preservação ambiental e as dificuldades de sobrevivência apontadas pelos moradores, com os limites impostos às atividades que desenvolviam até então.

As limitações impostas pela estação ecológica colocou em discussão a “convivência harmoniosa” com a natureza. Na prática, a Lei que de um lado visou a conservação deste importante patrimônio biofísico, de outro colocou em risco o patrimônio cultural e étnico de pequenas comunidades que vivem do plantio, da caça, da extração do palmito e da pesca, assim como o interesse de outro tipo de morador, proprietários que à época da criação da Estação desenvolviam atividades de extração do palmito. Relações conflituosas estabelecem-se entre os diversos tipos de moradores e os técnicos da SMA, incluem-se aí os ambientalistas.

Com a criação da Estação Ecológica e o conseqüente aumento da fiscalização sobre a área acirram-se as contradições entre moradores e o poder público. Nos anos que se seguem criam-se entidades representativas dos interesses dos moradores. Em 1987 funda-se o IAMA – Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, formado por antropólogos, biólogos e geógrafos da USP e PUC-SP, voltado, no próprio dizer de seus representantes, à pesquisa e intervenção social, ao lado do qual, mais tarde se colocará a UMJI – União dos Moradores da Juréia-Itatins. No outro lado se colocam o movimento ecológico, isto é, o Pró-Juréia e o SOS Mata Atlântica. Conforme Queiroz, o IAMA tem uma maioria de simpatizantes

que não importem em prejuízo da biota nativa; c) porte e uso de armas de qualquer tipo; d) porte e uso de redes de apanha de animais e outros artefatos de captura. Em outros termos, ignora a presença humana.

e/ou militantes do PT (Partido dos Trabalhadores), enquanto o Pró-Juréia do PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) (QUEIROZ, 1992).

Não é nosso objetivo analisar o movimento dos moradores da Juréia e suas alianças, bem o fez Queiroz (1992). As considerações aqui tem a intenção apenas oferecer o pano de fundo sobre o qual se desenvolve a história de Itinguçu.

Em julho de 1990 é criada uma entidade representativa dos interesses dos moradores de Juréia, a UMJI – União dos Moradores da Juréia-Itatins por várias associações de bairros (Despraiado, Itinguçu, Barra do Una, barro Branco, Rio das Pedras, Cachoeira do Guilherme e Praia do Una). Após várias reuniões onde estiveram presentes, além dos moradores da Juréia, os representantes do movimento ecológico e do Estado, políticos (deputados, vereadores, prefeitos de Iguape e Peruíbe) define-se um conflito central: os moradores reivindicam a exclusão de suas áreas de ocupação da Estação, enquanto os técnicos da SMA e o movimento ecológico se opõem a essa idéia, argumentando que do ponto de vista prático, dada a grande dispersão dos núcleos populacionais se tais áreas fossem excluídas criariam enclaves que ameaçariam a conservação e poderiam levar ao desvio das finalidades da Unidade de Conservação (QUEIROZ, 1992).

Dentro da UMJI – União dos Moradores de Juréia - Itatins no decorrer do tempo rupturas ocorreriam ainda no bojo da discussão sobre inclusão e exclusão das áreas dentro dos limites. Neste processo a Associação do Barro Branco e a Associação do barra do Una reivindicam a exclusão de suas áreas pois a inclusão acabaria com o reconhecimento desejado pelo direito de posse; impediria a concessão de títulos de propriedade individual aos posseiros e no máximo poderia

receber apenas indenizações por benfeitorias porventura realizadas. Além disto, grande parte dos moradores extraíam os recursos para sua sobrevivência das pequenas atividades ligadas ao turismo, incompatíveis portanto com uma Unidade de Conservação. As demais associações da UMJI mudam essas reivindicações a partir de 1991 passando a reivindicar a substituição dessa categoria de Unidade de Conservação para outra nos moldes das Reservas Extrativistas⁸ (QUEIROZ, 1992).

Observe-se que existem diferenças cruciais entre esses dois tipos de Unidades de Conservação. Enquanto as Reservas Extrativistas abrigam espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis pela população local, mantendo a propriedade em mãos do Estado e estabelecendo contratos de concessão de uso (Decreto-Lei n.271, de 28/02/87), a legislação mais rígida da Estação Ecológica⁹ não permite o autodesenvolvimento e a liberdade de trabalho, mais ainda, ignora a presença humana dentro dos limites desse tipo de Unidade de Conservação no que se refere aos direitos.

Embora vista pelos moradores como uma forma possível de negociação com o Estado e os ecologistas, a proposta de Reserva Extrativista ainda não se concretizou, permanecendo ainda hoje como uma reivindicação dos moradores. À época em que realizei a última etapa da pesquisa de campo em Itinguçu (ano 2000), os moradores estavam discutindo a experiência da criação da Reserva Extrativista de Mamirauá no Amazonas.

⁸ Conforme decreto federal n. 98897 de 30/01/90, Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista. Essa exploração é regulada por contrato de concessão real de uso (decreto – lei n. 271, de 28/02/87).

⁹ Vide nota 7.

Discutindo as questões da delimitação e desapropriação da Unidade de Conservação, Queiroz (1992) traz o depoimento de um técnico da SMA-Secretaria do Meio Ambiente, que participou do planejamento da criação da EEJI sobre a inclusão da área de Itinguçu dentro dos limites da Unidade de Conservação:

“discutiu-se dias seguidos e sabíamos que até aquele momento já tinham sido assassinadas 11 pessoas entre grileiros e posseiros. Então, a gente adotou esse critério de colocar o Itinguçu dentro da estação, como princípio para parar esse conflito. Se um dia tivesse que tirar essa área, que tirasse, mas a gente iria dizer que aquilo lá (o confronto) não adiantava mais brigar porque a terra era do Estado. Isto foi fundamental, faríamos hoje a mesma coisa, sabendo que do ponto de vista legal não podia ter moradores. O pessoal que mora lá hoje sabe que houve um corte na história deles. Agora está dentro da Estação Ecológica e parou a violência....além disso, havia um projeto de continuação da BR-101 que passaria por Itinguçu, então, nós colocamos o limite da estação até ali para servir de rolha e impedir a tal estrada”. (depoimento de Eduardo cf. Queiroz, 1992).

Este depoimento do técnico da SMA que à época participou da discussão da criação da Estação evidencia o caráter intervencionista do Estado e o corte sobre o qual se definiria daí para frente uma identidade daquela população. Criava-se a categoria de “morador da Estação Ecológica Juréia-Itatins” e, como contrapartida diante das restrições impostas, a de transgressor.

Assim criada, a EEJI encontra-se, ainda hoje, sobre uma malha fundiária complexa com sobreposição de títulos e moradores nativos, advindos da própria região ou de outras, e de outros estados, principalmente do Nordeste. Por lei, seus

objetivos de pesquisa e atividades de educação conservacionista (permitidos em 10% da área total e os 90% restantes devem permanecer intactos) batem de frente com alguns interesses dos moradores.

A ocupação humana da EEJI é bastante diferenciada, se levarmos em conta o uso da terra, as situações jurídica, histórica e geográfica.

2. Caracterização Sócio-Econômica

Em levantamento realizado pelo Instituto Florestal, órgão responsável pela administração da EEJI, verificou-se que em 1995, a população heterogênea do Juréia é composta por moradores tradicionais, adventícios antigos e recentes num total de 22 comunidades, com 310 famílias, 1731 moradores (1207 residentes e 524 não residentes, 651 homens e 556 mulheres). Destas, seis (6) são de moradores tradicionais: Rio das Pedras, Aguapeú, Praia da Juréia, Cachoeira do Guilherme, Barra do Una/Rio Verde, Rio Una. Duas (2) são de populações diferentes: Despraiado e Vila Barra do Una; dez (10) são de adventícios antigos e recentes: Colinas Verdes, Tocaia, Itinguçu, Itinguinha, Teteguera, Perequê, Cachoeira das Antas, Serra do Guaraú, Barro Branco e Morro do Itú. Duas (2) são propostas para exclusão de seus limites: Barra Funda e Jacu-Guaçu.

As maiores comunidades, em 1995, são Despraiado, com 83 famílias; Barro Branco-Tetequera com 49; Itinguinha-Itinguçu, com 32 famílias; Barra do Una com 31; Praias do Una Rio Verde com 19; Cachoeira do Guilherme, Parnapuã-Brava-Juquiazinho, Serra do Guaraú, Colinas Verdes com 10 e 12 famílias; Tocaia e Aguapeu com 15 e 14 famílias respectivamente.

As fontes de rendimento da população moradora se assenta as sobre as atividades de agricultura, agropecuária que desenvolvem e no comercio relacionado ao turismo na região. A isto se associa a informação sobre a alimentação que declaram ser melhor nos períodos de colheita, de piscosidade e alta temporada de turismo. Parte dos moradores consideram que a proibição da caça prejudicou a alimentação dos moradores.

Quadro 1 - Frequência de Famílias x Comunidades

Comunidades	Famílias
Praia da Juréia	7
Agapeu	14
Rio das Pedras	2
Colinas Verdes	10
Despraiado	83
Serra do Guaraú	12
Perequê	3
Barro Branco / Tetequera	49
Guarauzinho / Morro do Itu	6
Parnapua, Brava e Juquiá	10
V. Barra do Uña	31
Tocaia	15
Itinguinha / Itinguçu	25
Rio Uña	6
Cachoeira do Guilherme	11
Parais do Uña e Rio Verde	19

Fonte: IF, 1995

A pesca praticada na EEJI incide sobre a Tainha, Robalo, Traira e Cará, utilizando rede, tarrafa e vara. A maior parte da pesca obtida é vendida para estabelecimentos comerciais e parte direto ao consumidor. A forma de conservação dos peixes é a salga, pois não fazem transformação. As dificuldades encontradas na pesca apontadas são a diminuição dos peixes e a legislação ambiental. Essa atividade é desempenhada hoje, com a utilização das mesmas técnicas que usavam

antes da criação da Estação. Os principais animais, objeto da caça, são a paca, o tatu, o veado e a capivara.

Quadro 2 - Atividades Desenvolvidas

Atividade	Pai chefe	Mãe chefe	Pai conj.	Mãe conj.
Dúvida	5	4	2	3
Não sabe	28	32	24	20
Não se aplica	1	2		
Sem atividade				2
Agricultura	179	77	125	58
Pecuária	4	2	1	
Pesca	7		8	1
Extração vegetal	2	2	2	1
Vigia/Gd-Parque	5	1	3	2
Caseiro	4	1	6	1
Aposentado	14	10	7	11
Doméstica	1	146	2	123
Comerciário	2	1	4	1
Comerciante	2	1	2	
Artesão	1		1	
Beneficiamento				
Outros	28	7	36	7

Fonte: IF, 1995

Quadro 3 - Atividades do Chefe de Família

Atividades do chefe	Maior renda	Mais tempo
Dúvida	4	3
Não sabe	3	2
Não se aplica		2
Sem atividade	3	4
Agricultura	109	162
Pecuária	3	5
Pesca	23	22
Vigia/Gd-Parque	25	24
Caseiro	41	32
Aposentado	32	1
Doméstica	2	5
Comerciário	2	1
Comerciante	9	5
Artesão	3	1
Outros	37	27

Fonte: IF, 1995

As atividades predominantes são a agricultura e a pesca na condição de

autônomos, mas existem alguns poucos assalariados fixos e temporários na região, assim como empregados domésticos. Dos indivíduos não residentes (492) 24% residem atualmente em São Paulo (Capital) e 17% em outros municípios do Estado, tendo partido em busca de trabalho e por motivo de casamento.

As moradias são em grande parte de 30 a 50 m², com casas de 1 a 2 cômodos, numa frequência maior de 2 pessoas por cômodo. Dezoito por cento das moradias são construídas de tábuas e 60% de cimento, cobertas de telhas de barro ou de cimento amianto. São iluminadas por luz elétrica ou lampião a gás, cozinham com gás e lenha, abastecendo-se de água em cachoeira ou nascente. Um terço das casas tem caixa d'água, banheiro e vaso sanitário com descarga, fossa negra ou séptica.

As principais atividades agropecuárias referem-se ao cultivo da mandioca, banana, feijão, milho, olerícolas e frutas. Anteriormente, os produtos mais plantados eram o arroz em primeiro lugar, seguido pelo feijão. Alegam que deixaram de plantar por falta de área. O produto dessa atividade agropecuária não se destina ao comércio. A atividade principal de transformação é a da mandioca (farinha de mandioca) e da banana (doce de banana).

Não existe nenhum trator nas atividades agrícolas. Os principais instrumentos são a enxada, a foice e o machado. Poucos possuem plantadeiras. Nas atividades de cooperação contam com a própria família e eventualmente com vizinhos.

Observando-se a distribuição etária de seus moradores (Quadro 4), nota-se uma concentração de indivíduos nas faixas de 11 a 25 anos, isto é, um grande número de indivíduos que se constituem em população ativa, demandando

atividades econômicas que garantam a sua sobrevivência e reprodução.

Quadro 4 - Distribuição etária dos residentes EEJI – 1995

Faixa etária	Homem	Mulher	Total	%
<= 5	0	0	0	-
de 6 a 10	18	18	36	3,49
de 11 a 15	82	78	160	15,52
de 16 a 20	61	76	137	13,29
de 21 a 25	55	49	104	10,09
de 26 a 30	44	37	81	7,86
de 31 a 35	41	40	81	7,86
de 36 a 40	26	24	50	4,85
de 41 a 45	41	35	76	7,37
de 46 a 50	25	15	40	3,88
de 51 a 55	32	24	56	5,43
de 56 a 60	36	23	59	5,72
de 61 a 65	28	17	45	4,36
de 66 a 70	28	13	41	3,98
>= 70	34	14	48	4,66
Não sabe	12	5	17	1,65
Total	563	468	1.031	100,00

Fonte: Instituto Florestal, 1995.

Do total de moradores apenas 2% não têm relação de parentesco. A população acha-se bem distribuída pelas faixas etárias que vai dos 11 aos 45 anos, com leve concentração nas faixas de 21 a 35 anos, com distribuição equilibrada entre homens e mulheres. A maior parte dos residentes (48%) foi criada na região onde reside e 14% vieram do Nordeste. Entre os residentes, 51% chegaram na comunidade entre 1961 e 1986 e 22% entre 1987 e 1991. Dentre os moradores 14% são analfabetos, e 55% têm o primeiro grau completo, com uma grande proporção

de solteiros (55%) contra 27% de casados.

Quadro 5 - Relação de Parentesco

Relação de parentesco	Residentes	Não residentes	Total
Dúvida	1	4	5
Chefe	309	1	310
Cônjuge	219	18	237
Filho(a)	558	470	1028
Neto(a)	39	1	40
Genro(nora)	9	0	9
Pai	1	3	4
Mãe	4	5	9
Sogro(a)	2	0	2
Enteado(a)	16	14	30
Cunhado(a)	11	1	12
s/rel. parent.	16	1	17
Irmão(irmã)	10	6	16
Outro	12	0	12

Fonte: IF, 1995

Quadro 6 - Local de Criação

Local de criação	Residentes	Não residentes	Total
Dúvida	7	6	13
Região onde reside	578	192	770
Outra região da EEJI	74	30	104
Miracatu	4	8	12
Itariri	11	0	11
Pedro de Toledo	17	10	27
Iguape	22	8	30
Peruíbe	31	14	45
Outros mun.do Vale do Ribeira	37	6	43
Outros mun.do Estado de SP	66	38	104
São Paulo - capital	69	69	138
Região sudeste	84	24	108
Região nordeste	173	100	273
Região norte	4	0	4
Região centro-oeste	3	0	3
Região sul	25	18	43
Não sabe	1	0	1
Outro	1	0	1

Fonte: IF, 1995

Quadro 7 - Chegada na Comunidade

Chegada na comunidade	Residentes	Não residentes	Total
<= 1899	0	0	0
1900 – 1930	36	2	38
1931 - 1960	140	86	226
1961 - 1986	620	225	845
1987 - 1991	261	20	281
>= 1982	132	4	136
Não chegou	16	166	182
Não sabe	1	5	6

Fonte: IF, 1995

Quadro 8 - Chegada na área

Chegada na área	Residentes	Não residentes	Total
<= 1899	2	0	2
1900 - 1930	14	0	14
1931 - 1960	80	54	134
1961 - 1986	553	203	756
1987 - 1991	338	28	366
>= 1982	195	5	200
Não chegou	17	214	231
Não sabe	6	4	10

Fonte: IF, 1995

Sobre a existência da Estação Ecológica, do levantamento do Instituto Florestal tem-se que 47% dos pesquisados entendem que a EEJI é uma área de preservação da natureza e 28% acham que seria muito melhor se não tivesse sido criada, porque consideram boa a vida anterior na área. Entretanto, afirmam que melhoraria se houvesse melhor assistência para educação, saúde e transporte. A maior parte são posseiros nas terras usadas prioritariamente para agricultura e moradia.

Os principais problemas das comunidades são: a desapropriação e indenização dos moradores e a restrição das atividades econômicas de extrativismo,

caça e tipo de plantação. Quase todas as comunidades são ligadas por parentesco e têm alto índice de migração em relação às décadas anteriores, devido às restrições impostas pela criação da Estação e à inexistência de alternativas econômicas, a não ser o assalariamento ou abandono da área. A área tem forte presença de associações de moradores e ambientalistas, assim como de partidos políticos.

A Estação Ecológica da Juréia-Itatins é uma região que apresenta inúmeros problemas, dentre eles o fundiário, onde existe a posse com sobreposição de títulos e moradores que antecedem à sua criação.

A situação fundiária é uma questão séria já que essas populações, sobretudo as tradicionais, não aceitam ser transferidas para regiões ecológica e culturalmente diferentes. Estudos já realizados nas comunidades (OLIVEIRA & SILVA, 1992) indicam que entre os próprios moradores existem divergências não só quanto à permanência como principalmente quanto ao desenvolvimento das atividades econômicas. Nesse aspecto há inúmeros conflitos de interesses entre a população tradicional e mesmo adventícia da área e as restrições da Estação.

Ao longo destes anos a Juréia vem passando por processos de regularizações fundiárias incluindo-se algumas desapropriações. As ações expropriatórias encontram-se ajuizadas nas Comarcas de Iguape, Itariri e Itanhaém (Vara Distrital de Peruíbe).

Em sua fase inicial, esses processos expropriatórios abrangiam 71,43% da área da Estação, restando áreas não levantadas, áreas com desapropriação indireta, áreas julgadas devolutas, áreas não ajuizadas e áreas sob o domínio do Estado ou não reivindicadas (MARQUES E VACCARO, 1992). Esses autores

afirmam que "a Divisão de Reservas e Parques Estaduais - DRPE do Instituto Florestal tinha em 1992 o controle dominial efetivo (áreas regularizadas pela Procuradora Geral do Estado, de propriedade da Fazenda do Estado) em 18,9% do total da área das unidades de conservação que administra. Em 10% mantém o controle dominial relativo (áreas em processo avançado de regularização fundiária). Nos 71,1% restantes, há 416.242 ha. (54,46% da área total) aguardando implantação e trabalhos de regularização fundiária, e 127.600 ha. (16,69% da área total) regularizados pela Procuradora Geral da Fazenda. Esta última apresenta, entretanto, graves conflitos dominiais e ocupações irregulares, resultado da falta de recursos humanos e materiais necessários para o controle dessas áreas. Por outro lado, grandes somas de recursos são drenados por desapropriações indiretas, em ações precariamente defendidas pelo governo estadual, que muitas vezes resultam em indenizações desproporcionais, irregulares e até mesmo ilegais" (MARQUES E VACCARO, 1992).

Os dados mais recentes obtidos no Instituto Florestal informam que em 1998 a situação fundiária e dominial da EEJl apresenta 67.868,70 ha. de áreas de domínio definitivo relativo e áreas sub-judice, representando 85% da área total de 79.830 ha. (Quadro 9), assim como 11.961,30 ha. de áreas pendentes de regularização fundiária, representando 15% (Quadro 10), aguardando a edição de novos Decretos Declaratórios de Utilidade Pública para fins de apropriação.

A complexidade da situação da população quanto à posse e uso da terra evidencia-se nas inúmeras denominações ou conceitos jurídicos necessárias para definir o que ocorre na área¹⁰.

¹⁰ Área de domínio indefinido: toda porção de terra economicamente apreciável, que esteja, simultaneamente matriculada no registro imobiliário em nome de mais de um dono, em continuação de transcrições ou matriculas diversas. Tais áreas

Quadro 9 - Áreas De Domínio Definitivo ou Relativo e Áreas Sub-Judice

	Ha	%
Domínio definitivo	3.470,97	4,35
Imissão de posse provisória	5.450,02	6,83
Ajuizadas	54.446,51	68,2
Desapropriação indireta	1.932,35	2,42
Julgadas devolutas não ajuizadas	1.036,40	1,30
Vagas não reivindicadas	1.532,45	1,90
Total	67.868,70	85,00

Fonte: Instituto Florestal, 1998.

Quadro n. 10 - Áreas Pendentes de Regularização Fundiária

	Ha	%
Processos expropriação extintos	310,00	0,39
Não levantadas	1.145,02	1,43
Não ajuizadas por critérios PGE	2.769,43	3,37
Montagem de processos	7.736,85	9,70
Total	11.961,30	15,00

Fonte: Instituto Florestal, 1998.

Da forma como está hoje a situação dominial da EEJI apresenta sérias dificuldades para a sua administração pois dificulta as atividades de fiscalização e controle da unidade, inclusive no que se refere à pesquisa e visitação, tornando impraticável o cumprimento legal de suas finalidades. Para os moradores a indeterminação possessória de hoje promove a estagnação, o abandono da atividade agrícola de subsistência e o redirecionamento de atividades para o setor da economia informal.

compreendem diversas sobreposições de títulos numa mesma área; **área de domínio definitivo**: são áreas que foram desapropriadas e indenizadas totalmente e que, posteriormente, serão incorporadas ao patrimônio do Estado; **desapropriação direta**: é uma ação movida pelo Poder Público que se inicia pela declaração de utilidade pública sobre um bem individual, para incorporá-lo ao seu patrimônio, a fim de atender o objetivo específico da administração pública; **desapropriação indireta**: é uma ação movida pelo particular que teve seu bem imóvel apossado pelo Poder Público ou seus agentes; **imissão de posse provisória**: é o mandado judicial expedido na ação de desapropriação que autoriza a Administração Pública a imitir-se na posse do bem. A imissão na posse é *provisória*, quando o depósito é inicial e *definitiva* quando total; **terras devolutas estaduais**: são terras apuradas nas ações discriminatórias, sobre as quais não incidem nenhum título de domínio considerado legítimo.

3 - Moradores da Juréia

Existe uma diversidade social entre os moradores que só se constitui em unidade levando-se em conta o espaço geográfico e a delimitação política da área da Estação Ecológica. É somente dentro da categoria de “morador” da Estação que se estabelece uma nova “identidade” abrindo outra possibilidade de uma ação conjunta.

QUEIROZ (1992), referindo-se a essa diversidade, indica a forma com que os moradores da Juréia se inserem no mercado de trabalho e na atividade econômica, estabelecendo a seguinte caracterização: a) os que têm a pequena agricultura como principal fonte de subsistência e como atividades complementares a caça, a pesca e o extrativismo – a grande maioria; b) os que vivem basicamente da pesca; c) os que são caseiros e que vivem de um salário; d) os funcionários públicos do estado ou município, professores e empregados da Secretaria do Meio Ambiente, etc. e) os que vivem de serviços e comércio para o turismo – bares e “campings”; f) os que ainda vivem da prática ilegal da caça e extração para o comércio de palmito e caxeta; g) os aposentados que recebem a pensão da Previdência Social e h) outros antigos moradores que trabalham fora da estação, prestando serviços na cidade ou trabalhando da construção civil ou ainda empregados nas fazendas limítrofes. Em Itinguçu temos todas essas “categorias”.

Quanto à origem: a) aqueles que nasceram na Juréia; b) os que vieram de fora, nestes os que chegaram há pouco tempo (menos de 5 anos) e os que vivem lá há muito tempo. Os que vieram da zona rural e os que vieram da zona urbana. Os que vieram da mesma região (Vale do Ribeira) e os que vieram de outros estados ou

regiões do País. Em Itinguçu, predominam os que vieram de outra região do País, do Nordeste e Minas Gerais, há mais de 20 anos, de zona rural, com passagem anterior pela cidade de São Paulo.

Quanto aos motivos que levaram as pessoas à Juréia QUEIROZ (1992) cita: a) o incentivo do Estado para ocupar a “zona de fronteira agrícola” do Vale do Ribeira b) o trabalho na construção civil das casas de praia e sítio; c) o emprego como caseiros; d) a construção de obras do governo – escola, estrada, e preparativos para as usinas nucleares e) os atrativos proporcionados pela natureza – paz e liberdade, em oposição às condições dos meios urbanos. No levantamento de campo realizado em Itinguçu constatou-se essas mesmas motivações.

No que se refere à posse e propriedade da terra dos pequenos proprietários QUEIROZ (1992) enumera: a) aqueles que nasceram e são filhos do lugar e os mais antigos que se instalaram sem a preocupação com o título legal de posse, condição em que se encontram até hoje; b) os posseiros que vieram de outras áreas de conflito e aí se instalaram, construindo suas casas e plantações esperando algum dia adquirirem a posse legal sem ameaça de expulsão; c) os pequenos proprietários que têm título de propriedade, tendo recebido de herança ou comprado de outras pessoas.

No que se denomina “cultura” o autor aponta outra interessante diferenciação entre: a) os que têm uma certa “solidez cultural” onde se observam regras de conduta e normas de comportamento definidas, com a presença de liderança política e religiosa b) grupos desestruturados com grandes conflitos internos e onde as normas de conduta são freqüentemente transgredidas com

fissões familiares constantes; c) grupos que se situam entre os dois anteriores.

Por fim QUEIROZ (1992) indica a diferença quanto à situação geográfica e espacial entre os habitantes da Juréia: a) as famílias isoladas que estão mais dispersas ao longo das praias b) os ribeirinhos que habitam as encostas de morros c) os que se colocam ao longo das estradas. Em Itinguçu, sob o aspecto espacial observa-se a distinção entre os que moram antes do Rio, os comerciantes que vivem nas barracas e que têm na atividade agrícola apenas uma situação secundária e os que vivem após o Rio Itinguçu que não têm comércio e vivem apenas da produção agrícola de subsistência, embora complementem sua renda com atividades oriundas do turismo, prestando serviços.

De acordo com os levantamentos do Instituto Florestal de 1995, os moradores distribuem-se em 5(cinco) tipos quanto às condições de ocupação: posseiros, proprietários, empregados/caseiros, meeiros e comandatários¹¹.

Enquanto moradores estão distribuídos em três categorias: **a) morador tradicional:** caracteriza-se pela ocupação antiga ou imemorial da família na região, com fortes laços de parentesco na localidade, vive em condições de isolamento, desenvolvendo uma economia baseada predominantemente no trabalho familiar, produzindo bens primários para consumo. Estão alheios à economia de mercado nacional, têm conhecimentos do uso do meio com íntima dependência dos recursos

¹¹**Posseiros:** indivíduos que têm posse formada na área, embora não tenham título de propriedade. Dentro desta categoria estão os que abriram posse, ou seja, os que lá chegaram e desbravaram uma área para moradia e plantio, vivendo do trabalho na terra, assim como aqueles que adquiriram uma área através da compra de direitos possessórios; **proprietários:** indivíduos que tem título de propriedade da terra, entretanto, esses títulos não foram examinados, o que não dá condições de distingui-los entre títulos legítimos e ilegítimos. Levantamentos neste sentido para aferição da legitimidade dos títulos estão sendo feitos através dos processos desapropriatórios; **empregados/caseiros:** indivíduos que estão trabalhando e/ou "tomando conta" para outro posseiro ou proprietário. Nestes casos é comum a ausência de um salário mínimo e registro em carteira como trabalhador rural; **meeiros:** indivíduos que trabalham na área como produtores – e não empregados – embora não sejam donos da área. A produção obtida é dividida com o proprietário ou posseiro; **comandatários:** são indivíduos que ocupam certas áreas há muitos anos, não possuem nenhum vínculo empregatício (salário e/ou carteira assinada), cultivam e comercializam como empregados, não reconhecem o próprio direito sobre a terra (terra é de outro).

naturais; **b) morador adventício antigo:** de ocupação recente, mas anterior à criação da Unidade de Conservação, com pouco ou nenhum conhecimento específico do meio, maior heterogeneidade cultural e histórica, produção de bens primários voltada à comercialização, com predominância de uma cultura agrícola; **c) morador adventício recente:** de ocupação recente, posterior à criação da Unidade, semelhante nos demais aspectos aos moradores adventícios antigos, mas com acentuada falta de vínculos com a região.

Foto 2 - Antigos Moradores



Foto 3 - Antigos Moradores



A EEJI é administrada hoje pela Divisão de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal, sob a jurisdição da Secretaria do Meio Ambiente que faz o controle e a fiscalização da área em consonância com o decreto de sua criação. A implantação desta Unidade de grande porte é uma experiência pioneira no Estado.

4. O significado da EEJI para os moradores

O projeto de criação da Estação Ecológica foi idealizado sem o envolvimento da população moradora. Pelo resgate histórico apresentado até aqui fica clara a alteração da convivência entre homem e natureza nesse espaço com a criação da Unidade de Conservação. Estabelecem-se relações conflituosas entre moradores e poder público. Pode-se vislumbrar também os impactos promovidos pela intervenção governamental no modo de vida e nos destinos das pessoas.

O depoimento de Anísio, ex-morador, ex-líder de Itinguçu que teve que abandonar a área após a criação da Estação Ecológica, dá uma idéia clara do significado da implantação da Unidade de Conservação para o morador.

Anísio Barbosa de Souza - Não mora mais em Itinguçu. Foi liderança na época do conflito, um dos 8 posseiros presos, e absolvidos, casado à época com Quênia, liderança feminina local. Logo após o conflito saiu de Itinguçu e hoje mora em Peruipe, onde tem um açougue. Não está mais casado com Quênia e tem outra esposa. Pretende se candidatar a vereador nas próximas eleições. Tem irmãos que ainda moram em Itinguçu: O Adélcio Barbosa de Souza (sitante) e João Barbosa de Souza (comerciante).

"O projeto não dá direito de moradia, nem o direito de se criar animal

doméstico. As pessoas que moram há 100, 80, 30, 15 anos num lugar desses, a pessoa tem o direito de sobreviver, criar seu animal doméstico: cachorro, porco, galinha; tem o direito de sobreviver. Ele (deputado) fez o projeto da Estação Ecológica, em cima da cabeça de cada um, sem consultar ninguém". "Aí deu a criação da Juréia-Itatins, o pessoal ficou encurralado. Logo veio a SMA, proibindo a manutenção das estradas...você não podia tirar um cascalho para manutenção das estradas, o morador ficou proibido de fazer qualquer tipo de renovação, de roçado, de plantio. A lavoura dali é banana. Quando todo mundo vivia ali, sem perseguição de ninguém, ninguém pedia -miséria - nada pra ninguém, hoje em dia..."

"Quando fez a criação aí, aí foi que atrapalhou tudo. Eu...dei minha vida por aquilo ali, sabe? As pessoas que desmataram a Juréia, derrubaram, arrancaram muita madeira, palmito...essas pessoas realmente estragaram a natureza. Por causa dessas pessoas, os que moram lá estão pagando até hoje. Por isso eles não podem plantar...não podem pegar um cascalho pra fazer manutenção de uma estrada e o Poder Público está em cima deles para desmanchar as barracas. Então, eu penso...pra essa Estação foi feita dentro do gabinete fechado, sem convocar a comunidade, sem discutir abertamente o que seria bom, o que seria ruim, o que prejudicava, o que não prejudicava. Eu mesmo fui desapropriado lá, até hoje não recebi nada. Quando fiz aquela briga lá (resistir aos grileiros) eu tinha que apelar, ou eu me defendia ou eu morria. Mas quem tá lucrando hoje é o Estado. O Estado recebe uma verba para preservar aquilo ali, mas ...as pessoas que defendera ali, expulsou grileiro...as pessoas estão abandonadas, estão tudo

jogada. Eu gosto dali, o meu pai.. ele faleceu há 10 meses atras, sempre morou ali.."

"A proibição foi tanta que você tinha uma capoeira de 2 metros de altura, você não podia roçar mais". "O que aconteceu? 70% veio para a cidade, fazer uma nova vida...pessoas que nem eu...fui criado na roça toda vida".

Antes do Decreto-Lei de criação da Estação o pessoal tinha um ritmo de vida...com a criação foi definhando o bananal, proibindo a criação de peixes em tanques. "Você não pode fazer projeto nenhum, nem ter nada doméstico...tudo só nativo...só que ...(se caçar) o animal nativo você vai preso".

"A lei foi vindo forte...o pessoal com medo foi respeitando e eles foram encostando..então a polícia florestal começou a trabalhar lá...então perseguia muito...você estava roçando ali, uma vez que a lavoura; é o seguinte...você usa uma terra um ano dois anos, aquela terra cansa, você deixa criar mato, limpa outro pedaço...então tá sempre trocando...e nessa aí foi proibido"(A B.S., Peruipe, 2000)

Neste depoimento detecta-se as alterações que a criação da Estação impuseram ao modo de produzir dos moradores.

Com a criação da Estação os moradores ficaram como que "engessados", conforme se depreende do depoimento de um ex-morador "você ficou sem direito e benefício nenhum, você não pode hoje construir uma casa lá dentro...você pode fazer uma reforma, mas o que você gastar lá ...a qualquer tempo você perde...e com a autorização deles ainda...se não dá, você não pode mexer..."(A.B.S., Peruipe, 2000)

A falta de envolvimento da população no processo de mudança para

Estação fica muito nítida conforme nos relata um morador:

"eu acho uma coisa muito absurda o pessoal morar lá 30, 40, 50 e até 80 anos que podem confirmar ... e ser proibido de sobreviver no lugar onde nasceu. E as leis foram feitas tão rigorosas que ela não viu que tinha gente que habitava esse lugar. Então para o projeto ser um projeto bem feito, ele deveria ter separado...aqui existe morador...como é que vamos assentar eles todos num lugar só..como é que podemos fazer esse projeto aqui para não prejudicar eles que são nativo daqui da terra, isto tinha que ser discutido. Mas ninguém discutiu. O cara preferiu fazer o projeto, fazer o estatuto, ser aprovado e os caras que tão lá dentro são os últimos a saber. Sabia mas não entendia...quando você sabe e entende, você debate". "Por que preservar é bom, mas tem que saber como é o tipo da preservação. Eu entendo que preservar primeiro a vida...se você está sem saúde, você não tem vida, se você não estudar, você não está sendo preservado, se você não come você não está sendo preservado. Então primeiro preservar as pessoas, educar, ensinar, porque eu acho que o Estado tinha o dever de fazer uma comissão, ensinar...olha aqui é uma Estação, vamos pôr gente daqui para trabalhar, para ensinar como é que vocês vão viver aqui dentro. Com direito de viver. Hoje ali ninguém tem direito de propriedade. Isto aí é muito chocante. Você vê, lá tem (famílias com) 6, 8, 10 filhos... o cara vem para a cidade vai criar essas pessoas no meio de marginais. Vai aprender a usar droga". (A B.S., Peruíbe, 2000)

"Ali tem muitas crianças, jovens, que estão crescendo hoje...que nasceram e estão sendo criado ali. Para eles vierem morar na cidade, eles vão bater

numa porta fechada. Lugar gostoso de se morar, mas não tem emprego, sem campo de trabalho. Antigamente estava sendo criado com direito de viver, e ele tinha com que viver. Hoje fica difícil. Eu graças a Deus consegui criar meus filhos, todos graças a Deus não deram um problema, mas tem muitos deles que vieram para aqui e hoje é maconeiro, ladrão, filho da própria pessoa que mora lá dentro...". "Agora quem é culpado de tudo isso? São os pais ou são as autoridades que nós temos... fazem umas leis, sem discutir, sem sentar para ver onde prejudica, onde não prejudica". (A.B.S., Peruíbe, 2000).

A criação da EEJI nos remete à questão da transformação de um espaço privado em público, pois nesse processo a transformação do espaço determinou a mudança da condição do morador que de posseiro passa a transgressor. Ademais, a relação homem-natureza coloca-se hoje como uma preocupação fundamental.

A questão crucial da Estação é o conflito de interesses entre a população tradicional e mesmo adventícia da área e a exigência própria da Estação. A situação fundiária dessas populações é uma questão séria já que essas populações tradicionais não aceitam ser transferidas das regiões onde viveram seus antepassados para regiões ecológica e culturalmente diferentes.

As características da Estação Ecológica entram em confronto com os moradores que ali desenvolvem atividades ligadas a agricultura de subsistência, a pesca e outros tipos de extrativismo. Com isto moradores vivem sob pena de estarem constantemente infringindo as leis.

A transformação da Juréia em Unidade de Conservação ambiental alterou

profundamente as relações entre ecologistas, técnicos e a população moradora. As limitações impostas pela estação ecológica colocou em discussão a "convivência harmoniosa" do homem com a natureza. Se de um lado visou a conservação deste importante patrimônio biofísico, de outro colocou em risco o patrimônio cultural e étnico de pequenas comunidades que vivem numa estreita relação de dependência com a natureza. Por outro lado, ao transformar a área num espaço público e redefinindo o caráter identitário da população, traz para o cenário nacional e mundial questões sócio-ambientais com destaque inédito.

CAPÍTULO II - ITINGUÇU ESPERANÇA DE VIDA E TRABALHO

Foto 4 - A Caminho de Itinguçu



Foto 5 - A Caminho de Itinguçu

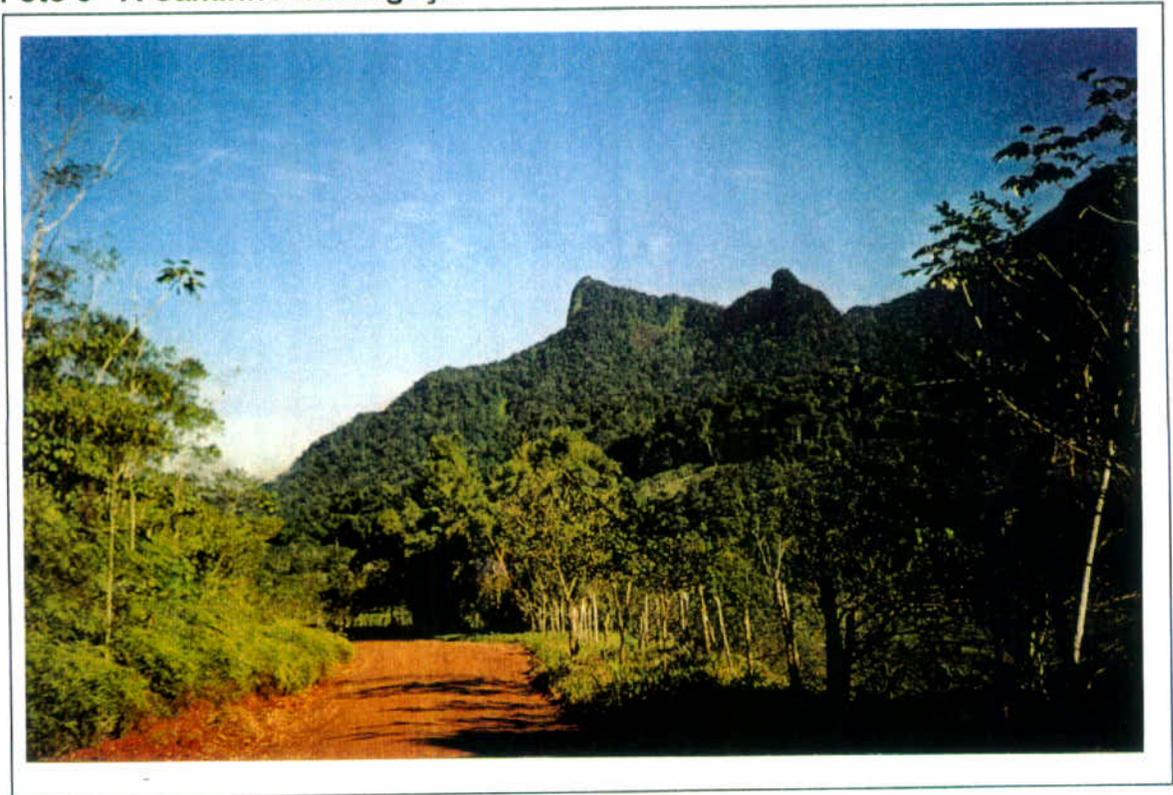


Foto 6 - Estrada Para Itinguçu



Foto 7 - Estrada Para Itinguçu



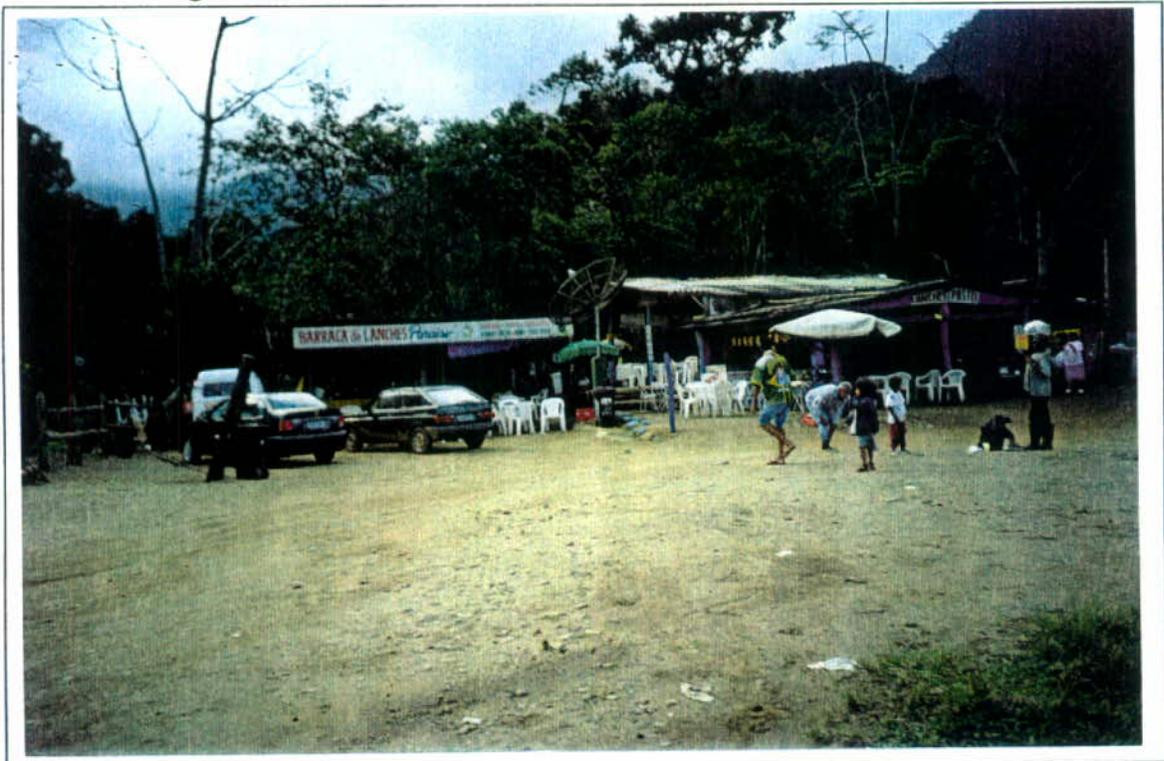
Foto 8 - Entrada de Itinguçu - Barracas 1 (lado direito) 4 e 5 (lado esquerdo)



Foto 9 - Largo das Barracas (Vista Parcial das Barracas 2, 1 e 4)



Foto 10 - Largo das Barracas



Barracas 3, 2 e 1

Foto 10 a - Largo das Barracas



Silvana em Frente as Barracas 4 e 5

Foto 11 - Barraca 5



Maria (Agente de Saúde), Fátima, Gabriel, Henrique e Nestor

Foto 12 - Escola

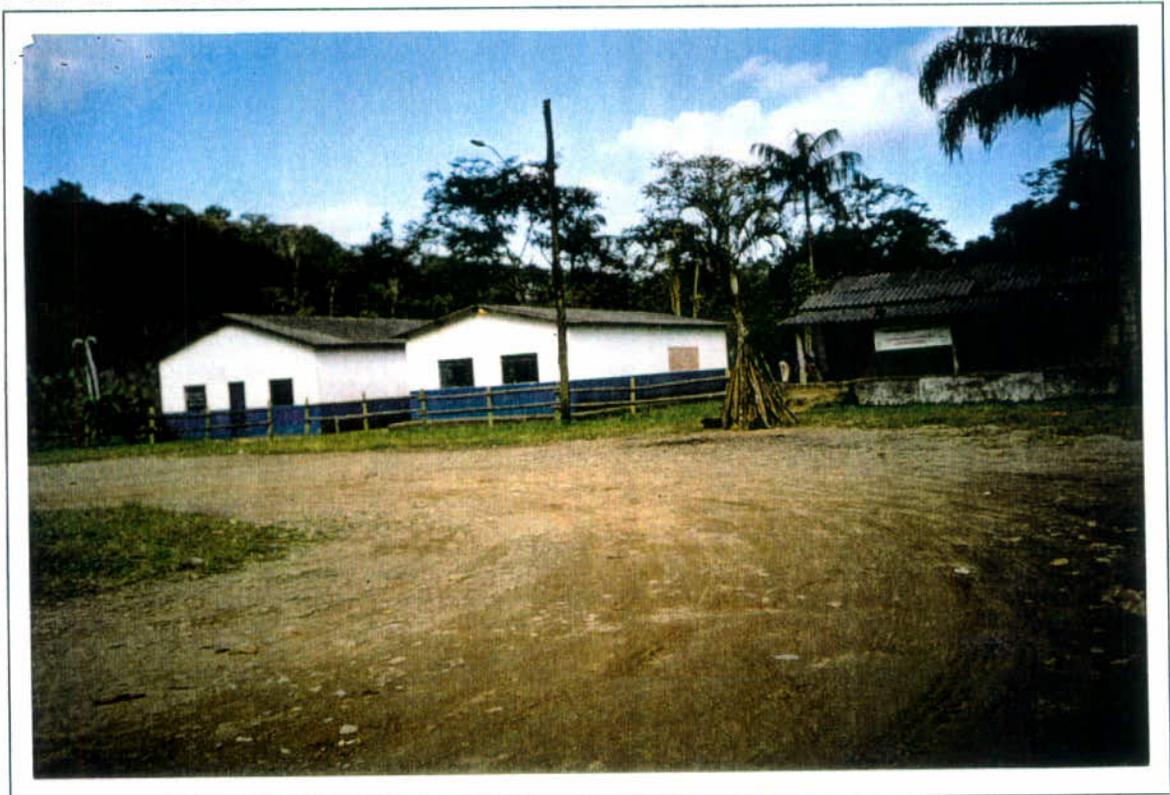


Foto 13 - Posto de Saúde



Foto 14 - Travessia do Rio Itinguçu



Foto 15 - Travessia do Rio Itinguçu



Foto 16 - Caminho para a Cachoeira do Paraíso



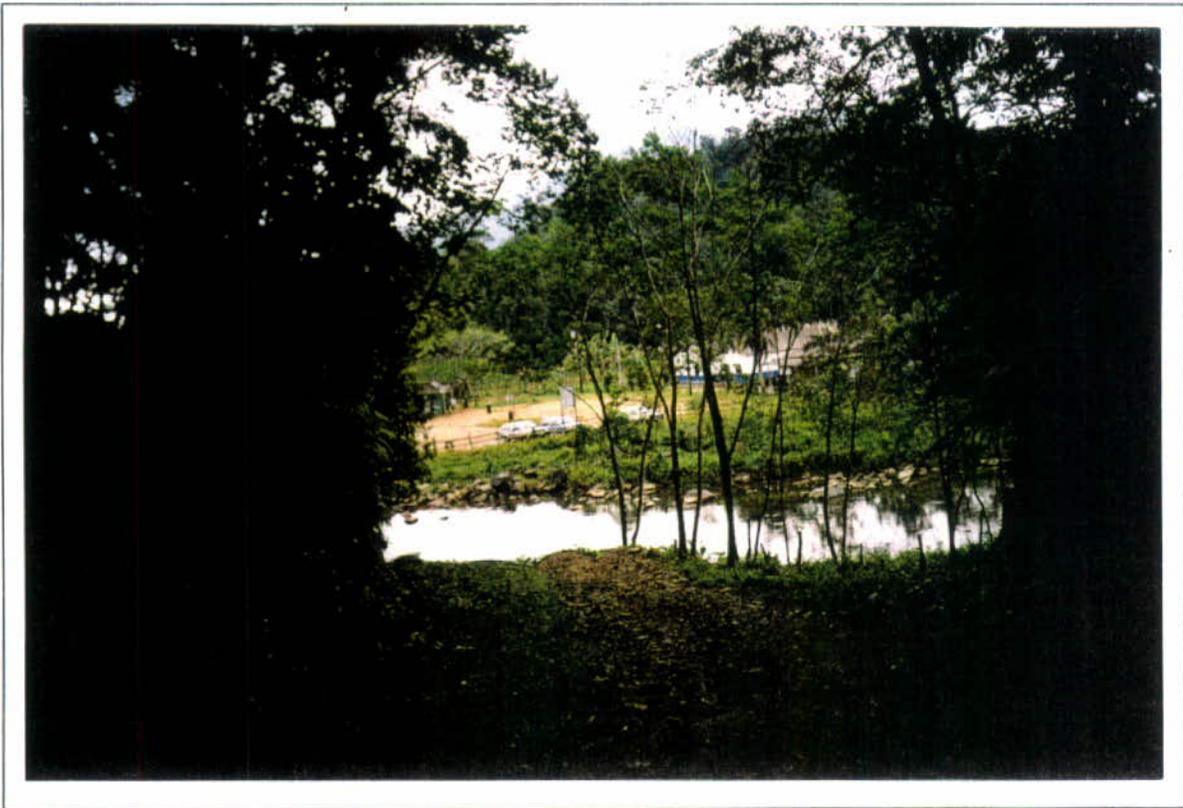
Foto 17 - Vista Parcial da Cachoeira Paraíso



Foto 18 - Vista Parcial da Cachoeira Paraíso



Foto 19 - Caminho dos Sítios após o Rio



Ao fundo vê-se o largo onde ficam a escola, o posto de saúde e as barracas. Em primeiro plano o Rio Itinguçu (na vazante) que se atravessa para ter acesso aos sítios.

Foto 20 - Casa do Sítio de Adão, Mariano e Dona Joana



Foto 21 - Casa do Sítio de Justino e Alaide



Foto 22 - Família Moradora (Justino, Alaide, Cleusa e Juventino)

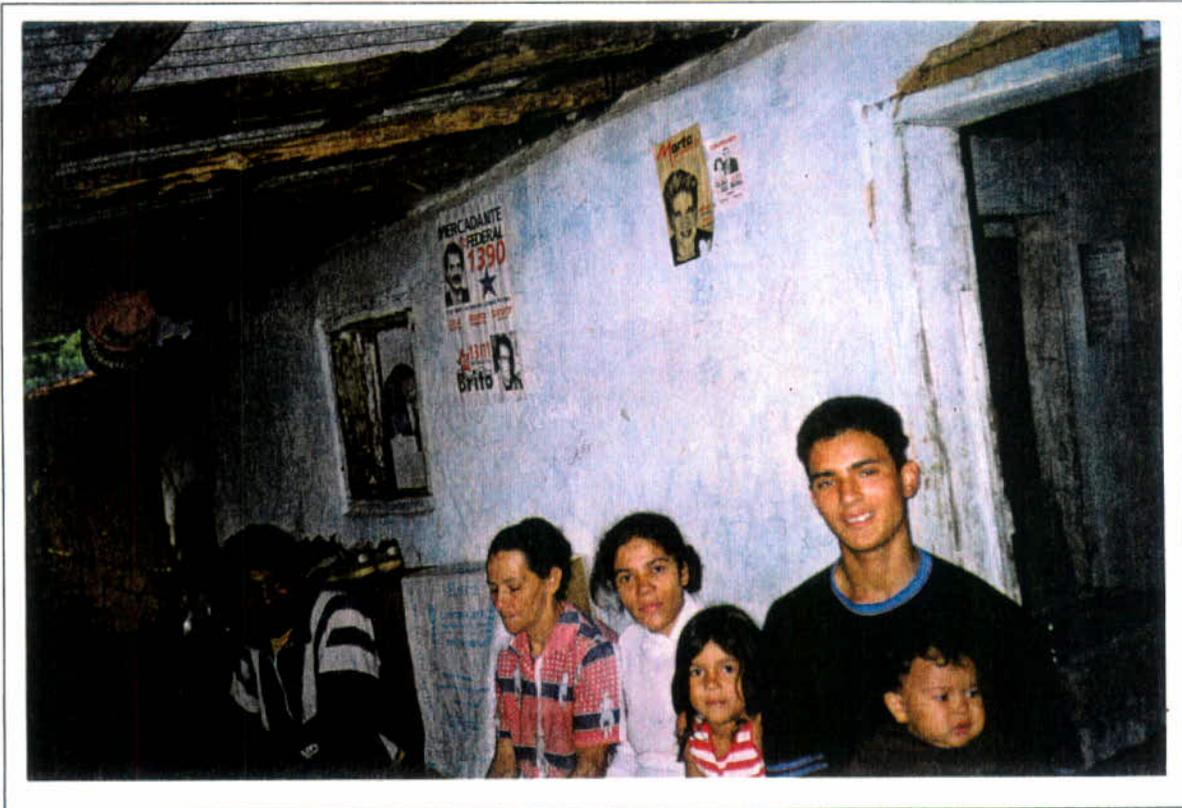


Foto 23 - Família Moradora (Antonieta, Adalicio, Simone, Bethania, Caique e Carolina)

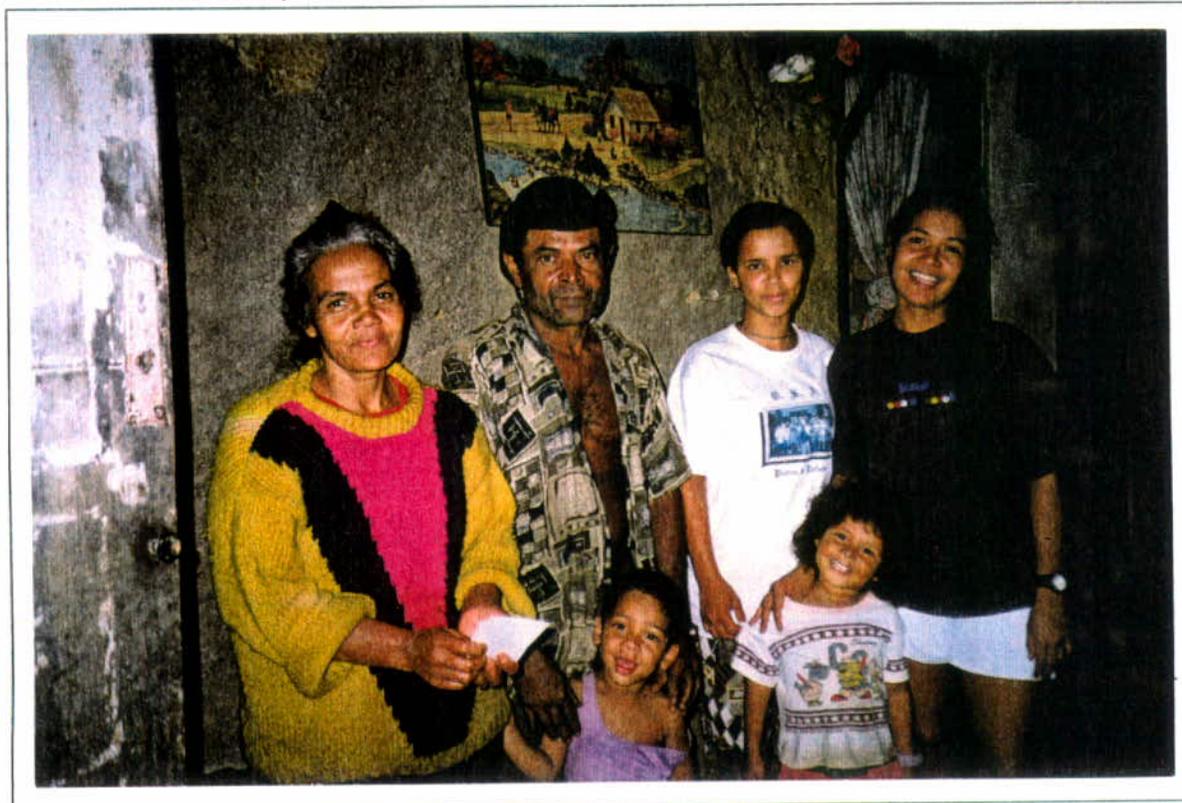


Foto 24 - Casa Sítio do Guarda Parque - Bil

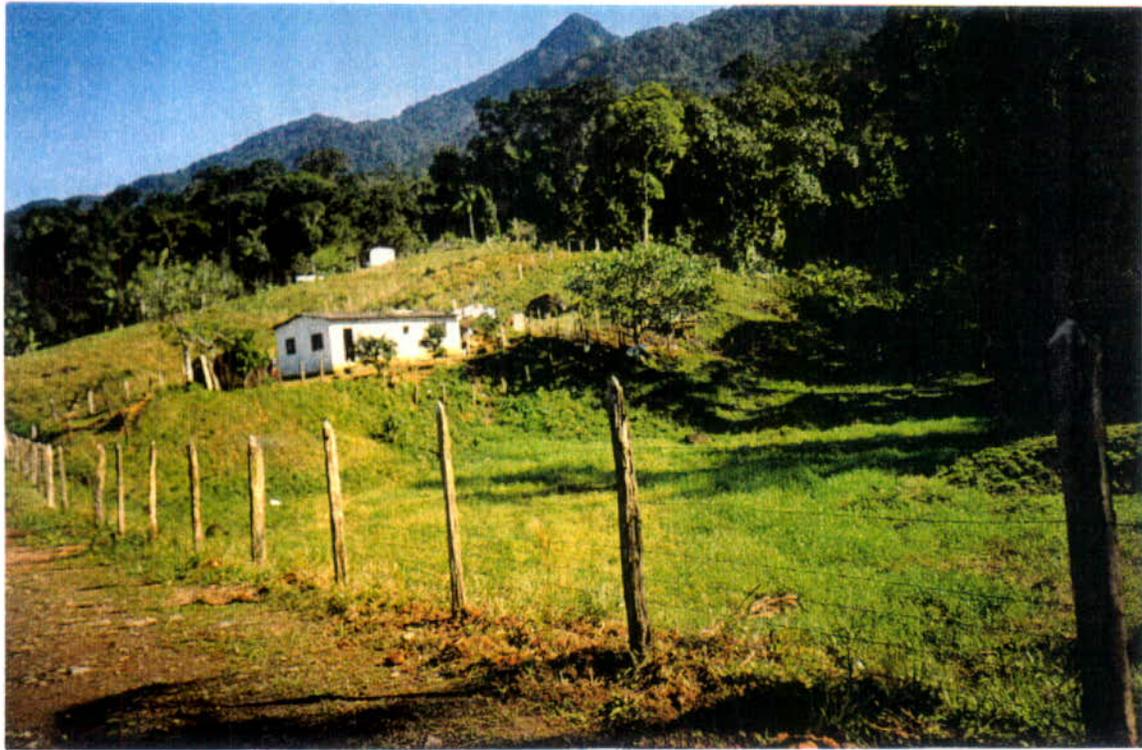
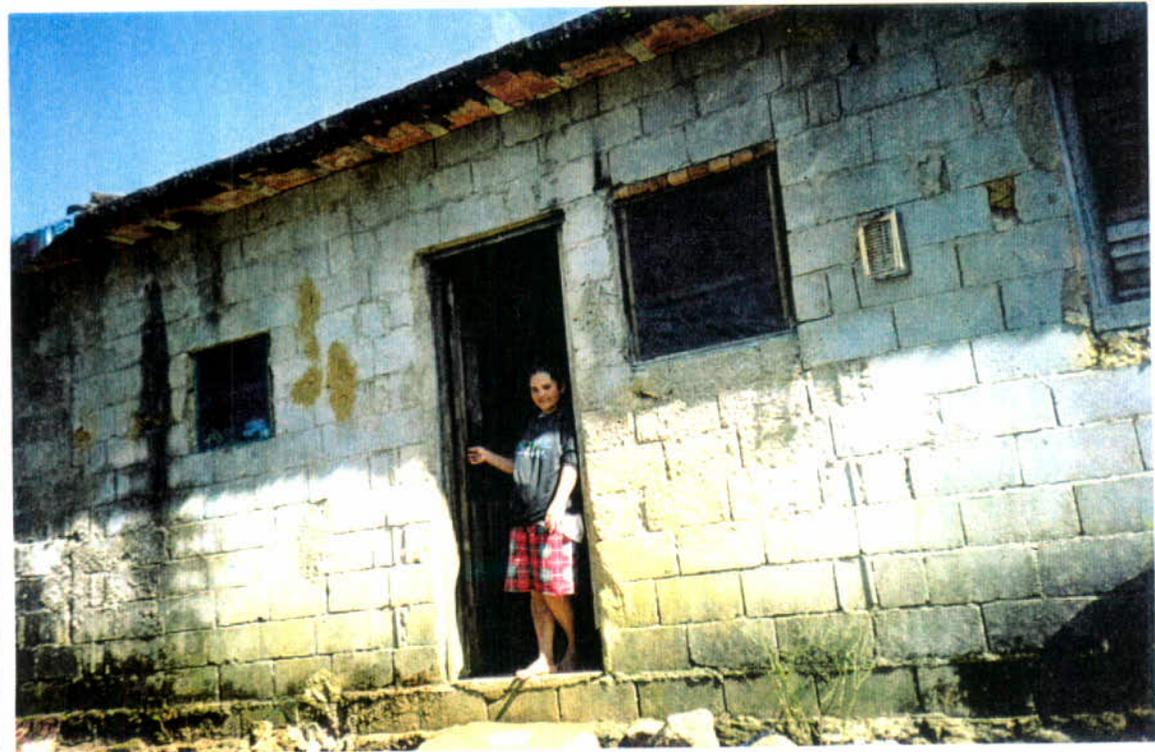


Foto 25 - Selma (à porta de sua casa)



Capítulo II - ITINGUÇU ESPERANÇA DE VIDA E TRABALHO

Para melhor compreender a formação do núcleo Itinguçu é necessário observar como se dá o processo de deslocamento da população rural das regiões economicamente menos desenvolvidas para as mais adiantadas, com a transferência de mão de obra para regiões mais prósperas, pois, é dentro dessa dinâmica que se situa a ocupação do bairro.

Conforme DURHAM (1973) o deslocamento e a migração da população, fenômenos que ocorrem como desdobramentos da industrialização e urbanização, estão associados à quebra do isolamento das comunidades tradicionais, à crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, à negação dos velhos valores e adoção de novos padrões de comportamento.

A migração, resultado dessa transformação intensa e completa, transfere indivíduos e grupos das comunidades mais pobres para os grandes centros urbanos onde se concentram as inovações. O migrante é aquele que vivencia e realiza as modificações nos padrões de comportamento e nas relações sociais que refletem as alterações que ocorrem na ordem mais ampla.

A diversidade regional, promovida por um sistema de desenvolvimento, de um lado aumenta a pobreza e desagrega a base tradicional de existência das populações economicamente marginais, enquanto de outro incorpora parcelas crescentes da mesma população como mão-de-obra necessária ao seu próprio desenvolvimento. A forma dessa diversidade é resultado da desagregação da ordem tradicional que decorre do processo de expansão do capitalismo industrial.

Na nova ordem social que se apresenta, a integração, no entanto, não é fácil

ou completa. Enquanto parte do contingente deslocado se integra às novas estruturas nas áreas mais adiantadas, outra se dirige para as franjas dessas áreas, continuando uma trajetória de luta pela inclusão (DURHAM, 1973).

O bairro de Itinguçu se enquadra no grupo que se desloca de zonas rurais do Nordeste para as zonas rurais do estado de São Paulo, cujos padrões de comportamento vigentes em suas áreas de origem sofrem as transformações necessárias à adaptação ao novo meio. Mas talvez de modo bem mais lento que para aqueles que se dirigem aos centros urbanos. Trata-se aqui de uma migração rural-rural.

É ocupado por moradores que para aí vieram há mais de 30 anos. Vieram da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, do Interior do Estado de São Paulo e da própria região do Vale do Ribeira. Muitos deles, antes de chegar passaram pela cidade de São Paulo, onde tomaram conhecimento da existência dessas terras devolutas e para aí vieram. Devido à proximidade e por situar-se nos limites da Estação Ecológica com o Município de Peruibe é para este que se dirigem quando precisam realizar compras, tratamentos médicos, cultos religiosos e mesmo para o exercício da sociabilidade. A estrada de acesso é estreita e de terra, cortada por riachos formados pelas cachoeiras locais. Quando chove o trânsito torna-se difícil pelo aumento do volume de água dos riachos impedindo a passagem. Não existem arranjos para o tráfego seja de automóveis, seja de pedestres. A passagem se faz sobre o leito dos riachos forrado de grandes pedregulhos naturais.

O bairro é servido apenas por uma linha de ônibus com um horário de manhã e outro à tarde. Tem também um trenzinho turístico que faz algumas viagens mas são mais freqüentes próximos a feriados e fins de semana. Fora disto só a pé

ou carros particulares, de preferência “jeeps”.

Itinguçu é um local turístico já que nele está situada a Cachoeira Paraíso, que chega a receber 6.000 turistas em um final de semana. Essa Cachoeira é a porta principal do bairro onde se aglutinam a Escola, o Postinho(de Saúde) e (5) barracas onde são vendidos refrigerantes, cervejas, coco verde, peixe frito, salgadinhos, etc. aos turistas (Fotos 17, 18, 9, 10, 11, 12 e 13).

Das 25 famílias atualmente residentes em Itinguçu, apenas 6 tem “barraca” e se dedicam a esse comércio, as demais vivem nos sítios da agricultura de subsistência. Os barraqueiros em sua maioria tem um ponto de referência para dentro do bairro, nos sítios, mas alguns moram mesmo na “barraca”.

O acesso aos sítios passa pelo rio Itinguçu que vem da Cachoeira Paraíso. É atravessado a pé pelos moradores pois não tem nenhuma ponte ou pinguela para este fim. O leito do rio tem aproximadamente um metro de profundidade, mas pode aumentar em dias de chuva. Esse obstáculo natural dificulta o trânsito diário dos moradores, principalmente das crianças que vão à escola situada ao lado das barracas e do “Postinho”.

Os primeiros contatos locais informam que as famílias têm uma história de chegada antecedida por moradia de pais, em geral do marido, e a rede de parentesco na localidade prevalece num grande numero de casos. O início é quase sempre marcado pela moradia conjunta de famílias, em geral dos pais do marido. Internamente ao bairro, no entanto, durante o longo tempo de convivência desenvolvem-se fortes relações de vizinhança, embora diferentes das relações do modo de vida caipira, como será tratado adiante.

Vieram em busca de uma situação em São Paulo e não encontrando tal

facilidade terminaram por migrar para a Juréia. Portanto, se pensarmos em uma categoria metodológica para definir essa população de origem diversa, o migrante seria a mais indicativa dessa população.

Podemos também nos referir a uma população de origem e tradição rural, já que seus progenitores todos, sem exceção, trabalharam na agricultura. Os que vieram de Minas trabalharam “a meia”. ZAN (1986) encontrou situação parecida em seu estudo no município de Sete Barras, afirma que: “a maioria dos posseiros migrantes veio de regiões que foram e ainda são ocupadas pela pequena agricultura de subsistência, ou seja: Agreste Nordestino, Interior da Bahia, Espírito Santo e Zona da Mata Mineira”.

Analisando a mudança sócio-cultural que exige o deslocamento de população e a migração para a cidade, DURHAM (1973) oferece-nos importantes elementos de comparação na retrospectiva do desenvolvimento do país durante o período que antecede à vinda dos moradores de Itinguçu para o local que nos parece relevante para o entendimento do movimento dessa população de seus Estados de origem para São Paulo. Houve a partir de 1940, conforme DURHAM (1973), um intenso deslocamento interestadual da população nacional e em 1950, os estados que haviam recebido os maiores contingentes de migrantes eram São Paulo, Distrito Federal (atual Guanabara), Paraná e Rio de Janeiro. Seguiam-se Goiás, Minas Gerais e Pernambuco. Os dados de 1970 sobre o deslocamento populacional - década em que se inicia o núcleo de Itinguçu - apontam segundo a autora a mesma concentração verificada na década de 50.

“São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, formam, portanto, uma área contínua de atração de população. Como se trata de estados mais

urbanizados, mais industrializados e, inclusive, de agricultura mais desenvolvida, não resta menor dúvida que a migração interna se apresenta como um capítulo do desenvolvimento do capitalismo industrial e agrícola no Brasil". (DURHAM, 1973 p. 32).

Na análise dos estados onde se verificou maior emigração em 1950 distingue duas zonas de emigração. Uma formada por Minas Gerais, Bahia e os estados do Nordeste, caracterizada por grande contingente rural, relativamente densa em termos dos recursos técnicos disponíveis e presa ainda a relações de trabalho tradicionais.

"A emigração desta área corresponde certamente ao abandono de sistemas econômicos pouco produtivos por uma população que procura integrar-se ao sistema capitalista-industrial em desenvolvimento no sul do país". (op.cit.p.32)

As zonas de origem dos migrantes que chegam a São Paulo são aquelas que são, ou foram as áreas por excelência da economia de subsistência: o interior do estado de São Paulo e da Bahia, o Sertão e o Agreste do nordeste, Bahia e Minas Gerais. À margem dos sistemas econômicos voltados para a exportação se colocam os homens livres sem recursos, emigrados, mestiços ou libertos vivendo como agregados, como produtores independentes, mas isolados e auto suficientes. (DURHAM, 1973 p.32).

A formação do núcleo Itinguçu sugere o engajamento nesse processo de integração da população em sistemas mais produtivos mencionados, que comanda e direciona o volume dos deslocamentos e a participação num processo onde a população das áreas menos favorecidas do país busca beneficiar-se do

desenvolvimento econômico, transferindo-se para as regiões mais ricas onde se concentram as oportunidades de melhoria de vida.

A industrialização do país, afirma DURHAM, *“opera no sentido de desagregar a estrutura da sociedade rural, provocando uma crise nos meios de subsistência que efetivamente expulsa o trabalhador do campo para a cidade”* (op.cit.p.32). Mas não só para a cidade, observo. Também para o campo de regiões mais desenvolvidas como é o caso aqui estudado.

A vinda dessa população de Pernambuco, de Minas, Bahia, para Itinguçu representou uma mudança importante. Vieram para o local na expectativa de trabalharem na própria terra, vieram com a esperança de se tornar também “proprietários”, iniciando esse projeto na condição de “posseiro”, verificando-se com isto uma variação na participação do sistema tradicional de dominação, também observado por DURHAM (1973) no deslocamento de população para a cidade. Em outros termos, essa população busca novas alternativas, recusando a submissão e obediência constante; busca a autonomia camponesa em matéria de trabalho: estabelecendo seus horários, trabalhando quando querem, plantando o que querem, rechaçando toda e qualquer disciplina imposta de fora. Não é de se estranhar, portanto, sua resistência em sair das terras, seja em passado recente, à época do conflito armado, seja hoje, após a criação da Unidade de Conservação.

1. A ocupação do bairro de Itinguçu¹²

O local escolhido para a realização da pesquisa é o bairro de Itinguçu, também chamado de Utinga, Utinga Grande ou Utingão, que por suas belezas naturais é muito procurado por visitantes. Aí situa-se o principal rio da localidade o **Rio Itinguçu**, margeado pela Mata Atlântica. Possui diversas quedas d'água e piscinas naturais acessadas através de trilhas. A principal delas é a **Cachoeira Paraíso** (Fotos 17 e 18), a aproximadamente 15 km do centro da cidade balneária de Peruíbe cujo acesso se dá pelas estradas do Guaraú e do Itinguçu.

A região foi ocupada por posseiros nos anos 60/70, através de trilhas na mata por onde também eram carregadas nas costas bananas que eram comercializadas, assim como os mantimentos comprados em Peruíbe.

Itinguçu é um bairro com uma área de 994,9ha. (Grupo da Terra e SEMA, 1986) que pertence ao Município de Iguape, situado no Vale do Ribeira mas está mais próximo à cidade balneária de Peruíbe. A principal fonte de renda vem da venda de produtos a turistas. O bairro localiza-se na base sul da face sul da Serra dos Itatins, com acesso a Peruíbe, na fronteira da Unidade de Conservação, sendo Peruíbe o centro urbano mais próximo. Embora sob a jurisdição municipal de Iguape, não existe estrada que o ligue a esse município que dista 50km.

O bairro de Itinguçu foi ocupado por famílias que se dedicam à pequena agricultura de subsistência com um padrão tradicional de trabalho característico da

¹²Optou-se denominar Itinguçu "bairro", adotando-se as concepções de Queiroz(1973) e Cândido (1971), já que esse agrupamento não tem a organização de uma comunidade no sentido de unidades domésticas relacionadas por parentesco, por divisão e organização do trabalho em atividades coletivas frequentes, mutirões agrícolas, batizados, festas religiosas e trocas de produtos, face às necessidades.. Para Cândido, A . **bairro rural** é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo, e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. A caracterização do bairro constante deste item foi elaborada a partir do levantamento de campo.

cultura cabocla. O sistema de produção, que era inicialmente itinerante, baseava-se em técnicas rudimentares de derrubada da mata e queimada, o cultivo no sistema de roça com aproveitamento da fertilidade natural do solo e utilização de plantas de crescimento fácil e rápido, trabalhado com instrumentos simples como enxada, cavadeira e bastão. Estas características possibilitaram uma ocupação independente das condições geográficas.

Localizaram-se em faixas de terras mais afastadas onde se penetra com dificuldade pela falta de vias de comunicação, desenvolvendo o trabalho de adaptação ecológica necessário ao seu estabelecimento no local, desbravando áreas periféricas à semelhança das populações de cultura cabocla. O povoamento foi feito através de famílias conjugais – pais e filhos pequenos formando o bairro rural que tem suas bases físicas em uma área de habitat disperso, com um núcleo central que serve de fixação à população, formado por uma praça e um patrimônio mínimo.

Do ponto de vista da posse da terra são sitiantes posseiros que passaram para a condição de moradores da Estação Ecológica, com todas as implicações desta condição. Assemelham-se às famílias de sitiantes tradicionais brasileiros estudados por FUKUI (1979) e QUEIROZ (1973).

QUEIROZ (1960) analisando a desorgaização de pequenas comunidades brasileiras de Santa Brígida (Bahia) afirma que em quase todos os estudos do Brasil rural os pequenos policultores, que do nosso ponto de vista se assemelham aos moradores de Itinguçu, foram ignorados à exceção do estudo de Antonio Cândido de Mello e Souza¹³ que estudou em profundidade um grupo formado por

¹³Cândido Antonio, Os Parceiros do Rio Bonito, Duas cidades, 1971.

pequenos camponeses que cultivam roças, faixas de terras nos arredores de suas casas, definindo-o como um grupo que se adapta a um equilíbrio ecológico¹⁴ no qual vivem, equilíbrio este que determina tratos agrícolas característicos. Formados em plena colonização portuguesa, esse tipo de camponês persistiu até o século XX, se encontrando ainda numa grande parte do território brasileiro até meados de 1950. Suas características podem ser enumeradas como: 1) o isolamento em relação aos centros populosos e mais urbanizados; 2) apropriação das terras de uma forma efetiva, mesmo não legal; 3) a disponibilidade de terras que permitem ao camponês mudar a localização das roças, desde que a antiga não produza o suficiente; 4) a mão de obra familiar; 5) a ajuda vicinal; 6) a grande duração do lazer .

A vida material desse camponês era pobre e autárquica: casas feitas de barro e madeira, cobertas com folhas de palmeiras; técnicas agrícolas rudimentais; alimentação pouco variada, composta de milho, feijão, mandioca, produtos da cana de açúcar, algumas frutas, um pouco de carne; utensílios indispensáveis que ele mesmo fabrica; vestimentas de algodão tecido pelas mulheres da família. Se orgulham de sua independência, de não consumir senão aquilo que plantaram, adquirindo na vila somente o sal.

Se for proprietário das terras que ocupa, se chama *sitiante, todavia* nos vastos latifúndios de limites incertos ou nos vastos domínios pertencentes ao Estado, não importando que possa habitar anos a fio sem tirar a atenção: este seria o *posseiro*.

Os Itinguenses de hoje têm em seu modo de vida traços dessa cultura

¹⁴ Em Cândido A. (1971) equilíbrio ecológico é aquele obtido pelo grupo social entre as suas necessidades e os recursos do meio físico e para este dois ajustamentos são necessários: 1) o encontro de soluções que permitam explorar o meio físico para obter recursos para a subsistência e 2) estabelecer uma organização social compatível com elas.

rústica¹⁵, que foi se transformando gradativamente no processo de adaptação ao meio. Incluem-se aí as grandes transformações a que tiveram que se submeter não só decorrentes da saída de seus Estados de origem com suas especificidades regionais e a inserção em outra região, como aquelas decorrentes de um estágio mais avançado do desenvolvimento capitalista no campo. Acompanhando o raciocínio de CÂNDIDO (1971) sobre a relação entre as necessidades e os recursos do meio físico, acreditamos que aqui igualmente entre os moradores de Itinguçu foram sendo incorporados e reinterpretados valores que definiram a organização social correspondente à realidade encontrada.

Tanto que, pode-se inferir das entrevistas que, inicialmente, o primeiro grupo de moradores apresentava as formas elementares de sociabilidade suficientes para se constituírem enquanto unidade populacional. Para estabelecer, além das relações familiares, relações de vizinhança, relações inter-bairros e relações com a cidade mais próxima (Peruíbe).

Os moradores de Itinguçu diferem, em grande parte, do que se tem como características da cultura do caipira. Isto se deve à manutenção de traços muito fortes da cultura de origem. Da cultura caipira parecem ter utilizado apenas o necessário para a adaptação ao meio totalmente diverso de seus Estados de origem. Mesmo aqueles que não se dedicam ao comércio e produzem só para a subsistência, não têm uma economia fechada como a do caipira. Possuem a roça (mandioca, milho, feijão, banana) e se abastecem de outros produtos, inclusive arroz, no mercado mais próximo de Perúibe. Assemelham-se entretanto ao caipira

¹⁵ Definida por A. Cândido (1971) como aquela composta por um tipo social e cultural indicando um universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português do Novo Mundo, implicando em constante incorporação e reinterpretação de traços que vão se alterando ao longo do contínuo rural-urbano. Corresponderia, segundo o próprio autor, ao conceito de cultura camponesa de autores como Robert Redfield in *The Primitive World and its Transformations*, Cornell University Press, 1953.

no fato de não produzirem excedentes na roça, nem demonstrarem interesse em produzir mais. Não se verifica, entretanto, neste caso o ajustamento ecológico e social mencionado por CÂNDIDO (1971) já que, produzindo aquém do necessário, precisam para completar sua dieta alimentar efetuar compras no mercado próximo.

Assim se observa apenas a presença de parte das características da cultura caipira apontadas pelo citado autor, quais sejam: posse de terras e trabalho doméstico. As demais como o isolamento, o auxílio vicinal, a disponibilidade de terras e a margem de lazer hoje não ocorrem.

A sociabilidade local, típica do caipira, igualmente não ocorre. Não existem práticas festivas locais que reúnam os moradores e a ajuda mútua é esporádica e rara. A afirmação: “aqui cada um cuida de sua vida” é um indicador da sociabilidade existente. Para as atividades sociais deslocam-se para a cidade mais próxima, Peruíbe, já que no bairro não existe uma Igreja.

A organização dos moradores, porém, emerge quando existe um perigo externo iminente. Foi o que ocorreu por ocasião do conflito armado na década de 80 e é o que ocorre vez ou outra quando existem problemas dos moradores na relação com o poder público (Instituto Florestal (SMA), Procuradoria do Meio Ambiente de Peruíbe, etc.).

A independência familiar tão fortemente afirmada entre eles “aqui cada um cuida da sua vida”, conforme frase de uma moradora, é hoje mais verdadeira que outrora, quando não podiam negligenciar a ajuda dos vizinhos para o trabalho dos campos, para a construção da casa, de uma ponte, na abertura dos caminhos (picadas) a facão. Sem contar que à época da vinda, as famílias eram jovens, com

filhos ainda pequenos, não tendo ainda se constituído a força de trabalho familiar. As técnicas agrícolas rudimentares desses camponeses eram insuficientes para dar conta sozinhos do trabalho da unidade familiar, sobretudo para aquelas tarefas que exigiam rapidez na execução. O mutirão¹⁶, forma coletiva de trabalho, foi um recurso importante para abrir uma clareira na floresta, limpar o terreno, semear, colher, bater o grão, construir a casa, moinho, etc. As pessoas do bairro periodicamente convergiam para a cidade próxima (Peruibe) num vai-e-vem constante, o que acontece até hoje e com maior frequência. Peruibe é o centro da organização administrativa. É onde se encontra a delegacia de polícia, os cartórios, os hospitais para atendimento médico, etc...

O bairro é assim formado pouco a pouco, estabelecendo-se como base territorial para o agrupamento social onde se identifica o *sentimento de localidade* mencionado por CÂNDIDO (1971) em seu estudo do caipira paulista, muito embora guarde desse relativa semelhança, apenas. Itinguçu é um espaço geográfico sobre o qual verifica-se o intercâmbio entre as famílias e as pessoas, intercâmbio este que se alterou com o passar de longos anos mas que constituiu uma unidade sobre a qual os moradores têm consciência de pertencer.

Acredito que inicialmente as semelhanças entre os caipiras de Cândido e esse grupo foram maiores. À época do desbravamento da área a forma de se constituir assemelha-se muito ao bairro rural definido pelo autor. À medida em que se desenrolam os fatos históricos locais esses traços parecem esmaecer, surgindo outros mais fortes marcados pela resistência e luta pela posse da terra.

¹⁶ Mutirão: "Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho de derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc... não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliam." ...Cândido(1971p.68).Ao fim da jornada oferecer aos vizinhos que ajudaram uma refeição acompanhada de divertimento: baile, etc

O entrosamento desse sítio com a economia da sociedade mais abrangente se dá hoje no relacionamento com os órgãos governamentais encarregados da administração e fiscalização da Unidade de Conservação, com os agentes políticos presentes na área: prefeitos, vereadores, representantes de secretários de Estado, Diretores de Escola, representantes de ONG e do poder público. O comércio é um setor que intensifica sobremaneira as relações desse sítio com os valores urbanos e globais, embora não praticado por todos os moradores, é um fator que atinge a todos direta ou indiretamente. É o agente dinamizador do bairro, em torno do qual se multiplicam as atividades não agrícolas geradoras de renda. É o agente promotor do "entrosamento" da população local no conjunto da sociedade global.

Parte dos indivíduos além de exercerem as funções agrárias desenvolvem pequeno comércio em barracas, mas não existe estratificação social marcada por isto e a existente é pouco acentuada.

O ritmo de dispersão-reunião se altera em função da maior ou menor ameaça de permanência na área, questão muito presente para os moradores do bairro, em função de políticas governamentais relacionadas com a preservação do meio ambiente ou qualquer resolução em que estejam envolvidas autoridades federais, estaduais ou municipais.

A desorganização social, no entanto, decorre do desequilíbrio do nível de vida, ameaçado pela insuficiência da agricultura desenvolvida e da falta de alternativa de renda que se manifesta em conflitos familiares, inter-familiares, entre moradores e agentes do governo.

Na estrutura e organização do grupo familiar dessa população que podemos

chamar rústica¹⁷ encontramos o padrão tradicional da sociedade brasileira em sua característica fundamental de constituição da unidade produtiva, a família conjugal. Na forma de organização da unidade em grupos de vizinhança, nos padrões técnicos utilizados, nas formas de acesso a terra também se assemelham ao padrão tradicional brasileiro. Outro traço que contribui para a homogeneidade desse grupo advém do fato de serem originários, em sua maior parte, da mesma região, Nordeste.

Embora não apresentem, hoje, formas evidentes de cooperação e auxílio mútuo como traço da "comunidade", pelos relatos obtidos pode-se apreender que uns trouxeram os outros e, nas primeiras investidas mata adentro houve um grau de solidariedade. Há que se salientar ainda, que os laços de solidariedade mais evidentes foram os de parentesco.

Da história da ocupação do bairro obtivemos diversas informações. Muitas pessoas vieram para Itinguçu após ter algum tipo de contato com alguém que já morava ali ou conhecia. Assim a posse era transferida de um para outro através do pagamento de certa quantia. Alguns vieram atraídos pela caça.

"Eu vim pra caçar, porque eu gostava muito da mata e vim pra cá, conheci esse rapaz...Eu vinha aqui e trazia carne para ele (do açougue). Ele matava a caça...nós levava a caça, porque aqui, naquela época era barbaridade para caçar!" "O cara falou o seguinte: "Então eu te vendo essa posse". Eu não me lembro por quanto, mas eu sei que eu dei um revólver para ele vender...só que não era nada reconhecido pelo Estado. Ele era posseiro naquela época e morava aqui já há uns dez ou vinte anos., sei lá...Aí eu dei um revólver 38 pra ele e um dinheiro, não me lembro se foi 600 mil reis, não

¹⁷ Fukui, L. F. G. Sertão e Bairro Rural, São Paulo, Ática (Ensaio 58,p. 79) "universo de culturas tradicionais do homem do campo, resultante do ajustamento do colonizador português ao novo meio " citando Cândido, A. Cultura rústica em Os

me lembro...isso foi em 72" (A. M. D. morador 62, 23/02/00).

A possibilidade de produção comercial da banana foi também um forte atrativo. Essa cultura começou a ser produzida no litoral paulista, Baixada Santista, por espanhóis das Canárias na última década do século passado motivados pelo crescimento do mercado, principalmente de São Paulo. Nisto foram seguidos pelos portugueses e brasileiros. O desenvolvimento da bananicultura no litoral esteve inicialmente ligado ao crescimento da demanda do produto que acompanhou o processo de industrialização de São Paulo. Considerada a fruta do povo - banana de italiano - seu mercado esteve relacionado aos magros salários pagos aos trabalhadores da indústria e do comércio paulistanos. Com a expansão contínua dos bananais em São Paulo, na década de 40 o produto ocupou extensas áreas dos Vales do São Lourenço, Juquiá e Baixo Ribeira. Nesta oportunidade a produção que era monopólio dos latifundiários espanhóis e portugueses, passa para pequenos e médios proprietários, brasileiros e japoneses que cultivam na Baixada. Observa-se uma nova organização da estrutura agrária regional apoiada em meios de transportes mais eficientes do que com a implantação e pavimentação da BR-2 (atual BR-116), intensificando-se o processo de incorporação¹⁸ (ZAN, 1986).

ZAN (1986) citando MÜLLER (1980) observa que de 1940-70 ocorreu acentuada diminuição das lavouras temporárias, acompanhada do crescimento dos cultivos permanentes, o que reflete a decadência da policultura de subsistência - "produção promíscua" - e a expansão da agricultura comercial. Acrescenta ainda que o avanço da lavoura comercial, ao provocar a decadência da agricultura de

Parceiros do Rio Bonito, 1971 p. 21).

¹⁸ Em MÜLLER, G. Estado, Estrutura Agrária e População: Estagnação e Incorporação Regional" in Cadernos CEBRAP, n.32, Edit. Vozes/CEBRAP, Rio de Janeiro, 1980, incorporação é o processo negador do modo de vida caipira de organização da vida

subsistência acabou acentuando a pauperização de grande parte dos trabalhadores. Nesse momento pode ter se iniciado a busca de novas áreas para aquele tipo de agricultura.

A bananicultura em Itinguçu é como uma repercussão tardia desse processo. Alguns moradores do bairro quando vieram de seus estados passaram pelo trabalho na agricultura do Vale, esse contato desperta o interesse na busca de possibilidades de produção da cultura.

“As primeiras mudas de banana eu trouxe nas costas do Perequê até aqui. Aqui não tinha muda de banana em lugar nenhum, trazia de Pedro de Toledo pra plantar aqui. Aí fui plantando, pegando o ritmo e fui fazendo. Daqui até a fazenda Pimenteira, todo mundo tinha pelo menos uns 3 mil pés de banana. Corria dinheiro, naquele tempo dava dinheiro. Eu ganhei muito dinheiro”. (A.M.D., Itinguçu, fev.2000)

No momento da implantação da Estação Ecológica e definição de seus limites alguns sítios mais recentes foram desautorizados e as famílias tiveram que abandonar o local.

“eu queria trabalhar, achava que ia formar ali o meu futuro...mas não pude fazer futuro nenhum, a gente entrou, quando foi no fim (com a criação da Estação Ecológica) fui obrigado, tive que voltar pra trás. O que eu fiz (plantação, casa de sítio, etc.) lá, perdi tudo”. (J.P.S Peruibe ex-morador, 75. fevereiro 2000)

O processo de migração para Itinguçu apresenta igualmente um paralelo ao

que foi encontrado por esse autor quando, apoiado em DURHAM (1973), afirma que a crise da agricultura de subsistência e da “sociedade cabocla” nos lugares de origem provocou o intenso movimento migratório dessas populações para as regiões economicamente mais desenvolvidas do país ou para a fronteira agrícola.

Inicialmente, a obtenção do equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio físico se deu através da manutenção de uma agricultura de subsistência, da atividade extrativa da banana e do palmito, que comercializavam, e de um escasso consumo externo. Atualmente, embora a agricultura de subsistência continue desempenhando importante papel, principalmente para aqueles que não têm atividades do comércio do turismo, não existe mais a comercialização da banana e do palmito e parte da sua alimentação básica é comprada em Peruipe. Os que têm comércio nas barracas, dispõem de menos tempo para dedicar-se à roça, mas mesmo assim mantêm alguma plantação.

Da perspectiva da obtenção dos meios de vida, o que se observa é que ainda existe um equilíbrio, apesar de mínimo, que é mantido através da exploração de algumas plantações de milho, mandioca, batata, abóbora, cana, banana, feijão, arroz, jaca, abacaxi; criação: porco, galinha, e completada com produtos adquiridos no comércio. O consumo da carne fresca é restrito, não só pela falta do poder aquisitivo, como pela dificuldade do armazenamento. Como não tem luz elétrica na maior parte dos domicílios, não há refrigerador para armazenar alimentos e o recurso utilizado é a salga da carne para colocá-la ao sol.

Embora não admitam ter muito contato uns com os outros fora das relações da família – devido ao condicionamento do espaço, ao longo tempo morando no mesmo lugar e ao pequeno número de moradores – todos participam e sabem da

vida de todos. A própria dificuldade de transporte para Peruíbe, a cidade mais próxima, faz com que se comuniquem e utilizem eventualmente do favor mútuo.

Com exceção das famílias de “barraqueiros”, os demais vivem da agricultura de subsistência¹⁹ e dos “bicos” que fazem. Os sítios têm entre 10 e 20 alqueires. Mas a falta de renda dos moradores torna a agricultura uma tarefa extremamente difícil. Não raras vezes não dispõem de dinheiro para comprar semente para o plantio, sementes que são adquiridas em Peruíbe, principalmente as de milho e feijão. Antes com a venda da banana obtinham certa receita. A roça é ainda importante alternativa de vida para a maior parte dos moradores.

A propósito da migração de populações de zonas atrasadas para as zonas mais prósperas, DURHAM afirma que se encontram sempre as mesmas técnicas produtivas, as mesmas formas de cooperação e auxílio mútuo, os mesmos laços de solidariedade e, principalmente, as mesmas condições precárias de existência, seja em comunidade de parceiros ou sitiantes em São Paulo (Mello e Souza, 1964; Muller 1949, 1957; Willems, 1961); posseiros do litoral (Willems e Mussolini, 1952); meeiros ou agregados em Minas Gerais (Castaldi, 1957; Costa, 1960); sitiantes ou agregados no interior da Bahia (Harris, 1956), ou mesmo agricultores amazonenses (Wagley, 1957). Essa semelhança subjacente à variação das subculturas regionais, segundo a autora, relaciona-se a características da estrutura da sociedade rural brasileira e do processo histórico de sua formação. Retoma a época colonial com a dualidade entre o latifúndio voltado para a exportação, baseado no trabalho escravo, e no outro extremo a população em grande parte livre, pouco densa, que se volta para uma economia de subsistência que se estabelece à margem da grande

¹⁹Sobre a agricultura familiar desenvolvida pelos moradores de Itinguçu ver PANZUTTI (2002)

lavoura. Citando Maximiliano(1958) *"Nos cerrados que margeiam a costa, habitam famílias pobres, esparsas, que vivem da pesca e da colheita de suas plantações. São em geral negros mulatos e outras gentes de cor... Pobres demais para comprar escravos, e demasiado indolentes para o trabalho preferem morrer de fome"*. Segue afirmando serem estas as condições de formação da população e da cultura cabocla: *"sucodem-se, na costa, as habitações esparsas de uma população economicamente marginal, descendente de portugueses, negros e índios que vivem em grande isolamento"* (DURHAM, 1973 p. 49).

No que se refere à organização e estrutura das unidades produtivas determinadas pela organização da família conjugal, a produção de subsistência de Itinguçu, segue as características encontradas e descritas em estudos sobre migrantes no que se refere à organização em grupos de vizinhança que estabelecem relações sociais mínimas entre si, formando o bairro. Produzem com técnicas primitivas e uso extensivo do solo, o que requer a disponibilidade constante de terras (DURHAM, 1973).

À época da criação da Estação (1986), a banana ainda tinha um bom preço e os agricultores conseguiam renda, daí sua plantação ser um forte atrativo na área. Não tendo limitação de áreas as roças ficavam entremeadas umas às outras, fazendo-se o rodízio numa agricultura itinerante. Quando a área transformou-se em Estação, começaram a haver restrições. Com isto a produção comercial de banana gradativamente foi se extinguindo. Hoje tem muita banana no mercado, o preço está muito baixo, e a cada dia que passa o consumidor é mais exigente. Isto dificulta a inserção comercial de um produto que não atende aos padrões de qualidade que só são obtidos com o uso de tecnologias que esses agricultores não podem adotar.

A indeterminação de fronteiras existente no passado deu lugar a espaços bem definidos, o que é meu e o que é seu, mudando o jeito do sítio existir, mudando também o conceito de “propriedade” e da posse. À medida em que a produção se volta para o mercado definem-se produtos mais comercializáveis que tomam o lugar de outros até então produzidos e a subsistência passa a ser complementada por produtos comprados.

Com a entrada de novos moradores acentua-se a necessidade do estabelecimento de fronteiras, de divisas pois começam a surgir problemas entre vizinhos, o que não existia anteriormente com a disponibilidade de espaço.

O meio natural do bairro é variado e, dependendo da localização do sítio, o solo e o relevo são melhores para certos plantios. A faixa de baixada é boa para a agricultura, daí as afirmações de alguns moradores de que “tudo que se plantar, dá”. Entretanto isto está longe de uma produção comercial. Procedimentos tais como a pulverização, adubação são restringidos pelas características da Estação e a forma “natural” de produção não oferece condições para uma produção competitiva. Já os sítios localizados na faixa de serra não oferecem nem as condições naturais para a produção. Aí a erosão torna difícil qualquer agricultura.

Planta-se hoje, ainda que de forma limitada, alguns produtos como o arroz, feijão, milho, mandioca, jaca, abacaxi, cana, batata, maracujá, gengibre, para o consumo embora insuficiente é complementado com produtos comprados em Peruíbe. O local é particularmente impróprio para o cultivo do feijão devido à umidade; a secagem é muito difícil.

A mandioca e a cana são comercializadas com os próprios moradores locais, aqueles que têm barraca compram cana para fazer garapa e mandioca para

servirem na lanchonete.

A agricultura é praticada entre os membros da família, é um trabalho sem especialização em que quase todos participam de uma forma ou outra. Não existem formas de especialização de funções dado os baixos níveis da divisão de trabalho e da estratificação social, tal qual descrito por FRANCO (1969) referindo-se à sociedade caipira: “A pobreza da cultura reforça essa tendência (de economia que não se assenta em divisão de trabalho, não sustenta formas de especialização e de estratificação social). As tarefas simples e rotineiras podem ser completamente dominadas por todos os membros da família.” Os instrumentos utilizados hoje são ainda rudimentares: cavadeira, machado, foice, enxada, enxadão, sem o uso de tração animal nem arado. É comum a criação de pequenos animais como porco e galinha para consumo próprio e mesmo um incipiente comércio.

Hortaliças são pouco plantadas pois a reclamação é que a maresia “queima”, as formigas não deixam e não podem usar veneno para matar as formigas.

As condições climáticas não favorecem o cultivo de algumas espécies de frutas. Isto se evidencia nas afirmações dos moradores: *“manga é difícil de dar devidas às condições do clima muito úmido e a mixirica dá um ‘besourinho’ que entra dentro da madeira dela, rapidinho morrem os pés, melancia não dá, coco é só a casca, com pouco miolo e caju dá um pouco”*. Porém, tem algumas espécies de frutas (cacau, goiaba, jabuticaba, laranja, poncã, fruta do conde e guavirá) que são obtidas. Essas dificuldades apontadas pelos moradores sugerem ser o resultado de uma transposição das culturas características do Nordeste e que não se adaptam à Juréia.

Os entraves à produção e a falta de condições para colocar o produto no mercado fazem com que não se sintam estimulados a reivindicar mais terra. Sem meios para transportar o produto para colocá-lo à venda em Peruíbe ou outro bairro mais próximo, os moradores não demonstram ter expectativas de aumentar a produção. Mesmo a banana, que é o produto que poderia ter alguma comercialização, freqüentemente é perdida

“Passarinho come e ou se demora muito para vender amadurece e cai do pé”. “Não tem pra quem vender...eu mesmo perdi muita banana aqui, via a banana cair no chão e derreter tudo, porque não tinha comprador...” (G.P.S. Itinguçu, jan.2000)

Para alguns moradores a roça é a única alternativa de vida :

“A pessoa que não tem o 4º ano dentro da cidade...só se for trabalhar de servente de pedreiro, para outro serviço não. Se for trabalhar de motorista tem que ter leitura, se for no escritório tem que ter leitura...se é para trabalhar na rua como varredor de rua tem que ter 8º série, se não tiver, não encontra serviço” (J.V.P. Itinguçu, agosto 99)

Poucos possuem algum gado de leite e de corte. Os que têm vendem para fora. O gado de corte é vendido vivo e o de leite é só para consumo próprio.

“Gado eu não quero criar aqui por causa da mutuca. O gado fica muito sofrido, fica vermelho de sangue e tem o marceção vampiro que senta num lugar de noite e sangra os animais. Tem que deixar a luz acesa a noite toda para mó dos morcego não atacar os gado. E nós não tem luz elétrica no sítio. Nos já fez o requerimento da luz e foi aprovado pelo prefeito de Iguape que falou que em 8 meses a luz tava lá. Mas acho que esse negócio de

ecologia fica amarrando as atividades” (G.P.S., Itinguçu, março 2000).

Problemas entre os moradores são obstáculos à produção de pequenos animais (porco, galinha, etc.)

“Aqui dá ladrão pra chuchu...como dá ladrão...eu fico aqui 20 dias cuidando das galinhas, dando milho, batendo mandioca...depois eu passo 10 dias lá em Santos, quando chegar aqui ... então é por isto que eu não crio nada.” (N.A.S. Itinguçu, março 2000).

Poucos são os que, a despeito das dificuldades locais, têm projetos para o futuro quanto a mandioca, plantio e processamento, e palmito, embora este último seja legalmente proibido.

Esses agricultores familiares estão localizados numa área que chegou a praticar alguma agricultura convencional com a utilização de adubos e agrotóxicos e que a partir da criação da EEJI passaram a ser proibidos. Esses, que já conviviam com as dificuldades normais da produção agrícola tradicional e posteriormente convencional, viram-se de uma hora para outra cerceados em seus usos e costumes, sem que lhes fossem oferecidas outras alternativas de sobrevivência.

As barracas são de madeira e é proibida a construção de alvenaria. Somente a Escola e o Postinho são de alvenaria, construídos pelos moradores em regime de mutirão.

2 - A Migração para o Bairro

A história da ocupação do bairro da perspectiva dos seus moradores e as razões apontadas para a vinda são diversificadas, muito embora se possa reunir todas numa única: a busca de condições mínimas de sobrevivência.

"Eu vim da Bahia, empurrado de seca e necessidade. Então cheguei em São Paulo, vim onde tinha um parente em Apiaí. Quando cheguei aí ele disse, aqui tem umas glebas de terra que dá para a pessoa se apossear. Então tinha um morador, procurei e encontrei ele, um baiano, conferrâneo um do outro. Falou não... aqui não tá tendo, mas por aí se arranja. Então, daquela fiquei. Foi donde resistiu (a invasão de grileiros-conflito armado). Eu briguei para pegar o que é meu...me tiraram de lá". Antes de vir para o local este informante trabalhou em construção, ajudante de construção. Era braçal. "Meu prazer era tocar a lavoura, que nem eu provo com meus documentos que sou lavrador...toda vida, fanático era lavrar para sustentar a Nação". (Josias, ex-morador, 2000)

"Na Bahia, meu pai trabalhava na roça...de noite e de dia botava a gente pra trabalhá na roça. Saía caminhão de manhã de farinha, de feijão e de milho. Aquela época era bom demais. Agora que se acabou a Bahia. Meus pais plantavam .. criava gado... cabra, porco. A terra era deles mesmo. Agora tá só com a casa na cidade (mãe)".(Josias, ex morador, 2000)

Em Vitória da Conquista de onde veio também era lavrador:

"A terra lá era do meu sogro, mas devido a seca e necessidade foi que a gente correu. Vim com a família toda. Eu sou chefe de 11, pai de 11 filhos, estão aqui tudo comigo, 11 filhos, sou pai de 11 filhos está tudo redeado comigo, tudo por aqui. Sou pai de 35 netos que hoje tenho, 35 netos e 3 bisnetos. Mas na gleba (Itinguçu), fui eu com os filhos. Quando eu vim da Bahia eu vim com tudo, até São Paulo. Hoje estou aqui, nessa mesma situação. Hoje já tem parente, já tem cunhado, sobrinho...procuraram...eu

vim primeiro de todos. Aí já tem uma porção de parente, mas naquela época não, vim sozinho. Para lhe ser franco, entrei... como em todo lugar que eu entro...com disposição de índio, entro com a fé e a coragem” (Josias ex-morador, 2000).

Uma história diferente é contada por outro morador que saiu de Itinguçu: “Eu morava em São Paulo, tinha 2 taxis e um caminhão. Foi o meu pai, através do Patrimônio Imobiliário, que viu no jornal em Peruibe que estavam dando as terras. Foi um anúncio de jornal de uma imobiliária. Ele pegou o jornal e veio até o local. Não tinha nem estrada, era uma picada dali da entrada até Itinguçu, era uma picada. Foi mais ou menos em 76. Tinha um morador que tinha mais de 60, 70 anos ali.

Outra história:

“Tinha um senhor que era do exército ali no Perequê. Ele fez uma cabana coberta de palha de palmito. Nós eramos em 20 pessoas. Ele convidou para vir na cabana que ele fez. Ele deu uns formulários grandes assim para cada um e falou: essa terra é devoluta, pode cultivar para sobreviver. Se em algum tempo o Estado precisar dessa terra, ele te dá outra terra e pode entrar com coragem. Desses 20, muitos já foram embora. Depois nós fomos no patrimônio do Estado e ele autorizou nos a entrar e deu pra nos um protocolo de domínio das terras. Eu tenho o protocolo guardado aí, não deixo ninguém invadir. Eu vim de Minas, eu andava a procura de umas áreas bonitas, virgens, que eu pudesse usar dela, mas no sossego. Aqui não tinha dono, agora veio essa história de ecologia”. (G.P.S., 60, 2000)

Muitas pessoas vieram para Itinguçu após ter algum tipo de contato com pessoas ou parentes que conheciam ou já moravam ali. Mas a constante nos

depoimentos é a busca de terras para a realização de um projeto (sonho) de autonomia.

“Eu vim aqui para caçar, porque eu gostava muito de mata e vim pra cá e conheci esse rapaz. Eu já morava em Pedro de Toledo. Aqui só se chegava a pé, não tinha condição nenhuma. Até o Garaú era um milagre. Tinham dois trilhinhos para você vir com o carro até o Guaraú e de lá vinha à pé”(A. M.D morador, 62, 2000)

Em alguns casos a posse foi transferida de um para outro através do pagamento de certa quantia, conforme depoimento de morador abaixo que trocou a posse por um revólver 38 e um “dinheirinho, 600 mil réis”:

“porque a terra não era dele. Ele era posseiro. Aí eu passei em São Paulo pra legalizar. Aí ele me deu um protocolo e falou: ‘O senhor vai lá, a terra não é de ninguém, é do Estado e o senhor vai trabalhar’. Aí eu quis plantar um bananal, mas pra mim fazer isso eu tinha que ter um documento, né? Aí “ó, o senhor vai lá, o senhor não briga com ninguém, se aparecer um dono o senhor vem aqui que a gente conversa. Aí, inclusive morreu nego aí...mas como eu tinha aquele papel...A moça...não me lembro o nome dela, acho que era Antonia, falou assim: “O senhor não briga com ninguém, se o cara falar que a terra é dele, tudo bem, o senhor vem aqui, conversa com a gente. Esse lugar que o senhor está, ninguém é dono, é do Estado. De 72 até 76 eu fiquei com a terra, não mexi em nada. Em 76, como eu quis plantar um bananal, eu fui lá e pedi e ela me disse que eu podia plantar o que eu quisesse. Se aparecer alguém dono da terra o senhor vem aqui, porque o que o senhor fizer é seu e a terra é do cara, então você faz um acordo e

tudo bem. Aí, depois em 86, a gente é muito relaxado, porque eu devia ter recorrido aquilo lá, pagar o documento, antes de 86. Fiquei 10 anos com esse papelzinho, plantei bananal...” (A. M.D., morador, 62, 2000)

Neste depoimento o morador se arrepende de não ter procurado evitar que sua área ficasse dentro da área de proteção, dentro da Estação. 1986 é o ano de criação da Estação Ecológica.

A caça foi também um dos atrativos .

“Eu vim pra caçar, porque eu gostava muito da mata e vim pra cá, conheci esse rapaz...Eu vinha aqui e trazia carne para ele (o informante tinha um açougue). Ele matava a caça...nós levava a caça, porque aqui, naquela época era barbaridade para caçar! O cara falou o seguinte: “Então eu te vendo essa posse. Eu não me lembro por quanto, mas eu sei que eu dei um revolver para ele vender...só que não era nada reconhecido pelo Estado. Ele era posseiro naquela época e morava aqui já há uns dez ou vinte anos., sei lá...Aí eu dei um revólver 38 para ele e um dinheiro, não me lembro se foi 600 mil reis, não me lembro...isso foi em 72”.

Depreende-se desses depoimentos um certo “espírito de aventura” a que estavam afeitos esses migrantes. A arma, sem dúvida, era um elemento necessário ao embrenhar-se em terras desconhecidas.

Itinguçu foi uma esperança de vida e trabalho para muitos moradores. Alguns estiveram no local mas acabaram desistindo:

“eu queria trabalhar, achava que ia formar ali o meu futuro...mas não pude fazer futuro nenhum, a gente entrou, quando foi no fim (com a criação da Estação Ecológica) fui obrigado, tive que voltar para trás. O que eu fiz

(plantação, casa de sítio, etc.) lá, perdi tudo". (Josias, ex-morador, 2000)

Neste depoimento um ex-morador refere-se ao momento da implantação da Estação Ecológica e definição de seus limites quando alguns sítios, os mais recentes, foram desautorizados e a família teve que abandonar o local.

As restrições legais impostas com a criação da Estação tiveram papel importante na saída de moradores. Sem a possibilidade de trabalhar na terra dirigiram-se para Peruíbe na busca de integrarem a vida da cidade. Alternativa difícil para quem, além de analfabeto, só tem experiência como lavrador. Na cidade repete-se o mesmo esquema de ocupação das áreas ou compra de posse.

"Aqui eu entrei comprando, mas entrei só eu e Deus e a coragem...aqui não tinha ninguém, nesse bairro. Aqui só tinha capoeirão e mataria. Esta rua era da Estação (trem) para o lado de lá...para o lado de cá não tinha nada. Quando entrei aqui era bravo...entrei aqui tirando de foice, picada de foice...entrei aqui nessas condições, não tinha um morador ...hoje é que tem...mas naquela época não tinha nada". (Josias, ex-morador, 2000)

Morando nas beiradas da cidade, sem instrução e qualificação para o trabalho urbano acabam por desenvolver trabalhos "marginais", como o caso de um morador que na cidade se transformou em carroceiro (sem animal de tração). Raros são os que conseguiram alguma inserção nas atividades urbanas, com emprego fixo e remunerado.

Voltando o olhar para a trajetória familiar e profissional desses moradores observa-se que, diante de impossibilidade de reproduzirem os padrões de comportamento ideais dadas suas parcas condições, desenvolvem "modelos" alternativos através dos quais se viabilizam.

Alguns moradores antes de virem para Itinguçu tentaram a vida em São Paulo mas não encontrando inserção favorável mudaram de rumo:

“fui funcionário em São Paulo...(guarda de banco, vigia) eu vim de São Paulo porque não poderia, com o que ganhava lá, dar sustento para meus filhos, para a minha família. Vim para a roça, mesmo” (S.V.L., 65, 1999).

“No começo, quando nós viemos pra cá, ele tinha uma Caravan, aí ele chegou aqui como nós era de São Paulo, tinha um nível de vida, eu trabalhava ele era mestre de obras, quando nós viemos pra cá tinha muita pobreza aqui, muito bananal, e o pessoal sofria muito por que não tinha venda de banana aqui, isso aqui era muito pobre, a mulherada vivia carregando banana para vender, palmito, comendo sopa de banana...”“ele (marido) comprou um caminhão, aí eles arrumaram outro comprador de banana, aí ele vendeu, deu o que nós tinha de entrada, para pagar umas dívidas e compramos banana, só que o pessoal traiu nós, o pessoal vendeu banana pra outra pessoa, e ele não tinha banana para levar, e tinha que pagar o caminhão, quatrocentos cruzeiros por mês, não tinha renda nenhuma, aí nos começamos com ponto, para tirar esse dinheiro pra pagar o caminhão, e foi daqui, foi de lá, nós consegui tirar esse dinheiro para pagar o caminhão, porque tinha que pagar de uma vez naquela época, ele pagou o caminhão, e ele ficou carregando areia, fazendo um carretinho aqui, carretinho ali, até que nós vendemos o caminhão, eu comecei trabalhar depois. Comecei a trabalhar no posto, lavava roupa para fora primeiro, quando não tava trabalhando aqui, lavava muita roupa para fora, eu ia buscar roupa até em Peruíbe para lavar. Aí ele ficou aqui, ele pegou obra

para fazer, carregava areia, carroto de areia". (M.J.M., moradora, 44, 1998)

"O povo falava para ele que São Paulo era bom, que Minas não era bom, que não tinha mais futuro. Então ele foi pela cabeça dos outro veio, para caçar "mióra", não é? Mas quando eu vim de Minas nós veio primeiramente para Pedro de Toledo. A gente trabalhou muito lá de caseiro. Depois que a gente veio para aqui". (A.S.P., moradora, 54, 1998)

"Quando nós viemos de Minas, de muda, no mesmo dia nós já conheceu um senhor, que convidou para ir trabalhar no sítio dele, que é o Seu Zé Rodrigo. Aí nós foi morar no sítio dele, morou muito tempo lá, trabalhando no sítio de banana dele, cuidando do bananal e carregando banana. Ficamos muito tempo em Toledo, de um patrão para outro. Quando não dava certo com um a gente trabalhava com outro, até que vieram parar aqui. Quando ele parou de trabalhar de caseiro, ele arrendou uma terra em Três Barras para plantar verdura, feijão, milho, batata, mandioca. Bastante verdura, porque exportava a verdura para São Paulo. Aí depois que nós saiu da terra arrendada, porque o homem falou que não ia mais arrendar a terra, aí ele veio para aqui. Disseram que aqui tava tirando posse, então ele acompanhou os companheiro e veio pra aqui. Diz que aqui tava dando terra, que era "mió" do que ficar trabalhando de terra arrendada, de patrão..." (A.S.P., moradora, 54, 1998)

"Minha finada avó era filha de fazendeiro, daquela época dos italiano, que eu sou descendente de italiano. Tem até essa novela atual aí que tá passando, então faz lembrar. Não que eu vi, mas o que ouvi contarem. Da minha família, então, descendente daquele povo lá, que eu sou escurinha, mas eu

sou descendente de italiano. Minha mãe ficou viúva, então ela veio pra São Paulo, pra São Paulo, ela conseguiu viver melhor, ela montou um bar, um restaurante, cê entendeu? e assim ela viveu e criou os filho. Eu e minha irmã...” “Eu fiquei só, então eu vim para cá. Minha filha tinha sítio aí desde 82 esse que aí agora é recanto do Biro-Biro, né? ...E graças a Deus tou aqui até hoje tou bem”. (M.M., moradora, caseira, 59, 1999)

Algumas famílias que conseguiram um melhor padrão de vida mudam-se de Itinguçu para dar aos filhos melhores condições de estudo:

“Sairam porque para eles o melhor meio de vida seria na cidade grande, né? Ela costurando, aí com as filhas crescendo, ficando moças, precisava estudá e tudo, então...” (M.M., moradora e caseira, 59, 1999)

Observam-se nos depoimentos dos moradores que diversas foram as alternativas e caminhos que os trouxeram a Itinguçu muito embora a motivação tenha sido a mesma, isto é, a busca de uma inserção e adaptação social, movendo-se de um lugar para outro na esperança de obter um alívio da tensão econômico-social em que viviam.

Tensão esta que persiste até hoje. O trânsito dos moradores entre Itinguçu e outras cidades, principalmente São Paulo, é muito intenso. Vão em busca de melhores condições e quando não conseguem voltam para Itinguçu.

São Paulo - Bahia é um itinerário frequente.

“Eu mesma fui para a Bahia e tive que voltar de volta por causa das águas. Lá não tinha água encanada. Aqui a gente mesmo encana. Lá era nos tanque. Aqui não, é água para todos os lados. Quando eu cheguei na Bahia com eles, eles falaram: Mãe a senhora vem embora para aqui, que nós vai

fazer. Tinha dois tanque de cimento. Sabe o que é tanque de cimento? Tipo piscina bem fundo. Agora mãe a gente vai querer uma piscina dessas. Para meus filhos não ficar chorando tive que liberar um tanque daqueles. É difícil ter água. Só quando chove é que enche os tanque de cimento. Tive que ficar sem água. Liberar um tanque daquele. Para eles tomar banho. Para ver se eles ficavam e acostumavam. Mas mesmo assim não se acostumou. O lugar deles é aqui, para eles ficarem na cachoeira. O lugar deles é para ser aqui. Tem jeito não” (A.C.P., moradora, 47, 1999)

“Vim pra São Paulo e, por incrível que pareça, não vim de pau de arara não, vim de avião. Eu peguei 30 vacas, vendi, 30 vacas, naquele tempo peguei, naquele tempo falava de milhão, eu peguei 30 milhão, 3 milhões. Aquelas 30 vacas que eu vendi. Aí peguei um avião de, de Salvador, vim direto pra Curitiba. Aí vim, com dinheiro, certo, eu vim com dinheiro e, só tinha a certidão de nascimento, de documento, não tinha servido o exército. Então eu me alistei no exército de Curitiba. Servi no CPOR, Centro de Preparação de Oficiais do Exército. Só não fiz ... pra pegar estrelinha branquinha aqui, porque eu só tinha ginásio, não tinha colegial. Servi o exército, lá, tirei os documentos, o dinheiro acabou, e tive que cair na, cair na baia pra trabalhar, né? Para compensar a vida. Em Curitiba, morei 5 anos. Pra mim a cidade que mais eu amo. Olha, eu sou Bahia, mas eu vou te contar, meu Estado de coração, Paraná, viu? meu Estado de coração é o Paraná. Eu acho que ali, tudo, é mais ou menos bem ajustado, ali, né? Aí depois eu passei, me empreguei lá, fui inspetor da Sul América, venda de seguros, né? Viajei Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná todo, etc. e tal, eu era inspetor,

eu chegava numa cidade, nomeava um agente, deixava uma agência ali, etc. e tal, e ganhava uma comissão sobre aquela agência que eu nomeava, certo? Eu trabalhei 5 anos nisso aí. Aí depois vim pra Santos, né? (N.A.S., 73 de morador que vive a maior parte do tempo sozinho em Itinguçu e a família em Santos).

“Na Bahia os pais eram proprietários daquelas terras era criador de gado. Não era fazendeiro, certo? Não era fazendeiro. Mas eram pessoas que tinham suas 300 cabeças de boi, entre a família, quer dizer que tinham uma sobrevivência mais ou menos garantida. Então meu pai tinha um, ele já faleceu, faz um bom tempo, e meu pai tinha um negócio assim. Meu filho, se você casar com uma moça, e você tem 20 vacas, ela tem que ter pelo menos 10. Faz 30 vacas. (n) Senão fica desamparado, sabe o que é? Então a moça que eu, que eu arrumei, era uma moça da cidade, da cidade, da vila, da vila. Lá a cidade fica mais distante da vila. Então ele achou, meu filho, essa moça aí não vai dar certo, porque etc. e tal, porque essa moça não conhece de roça, não conhece de fazenda, não conhece de nada. Ela, pra arrancar um pé de mato, nem com a mão ela não arranca, etc. e tal. Falei, meu pai, eu já comprometi com a moça. Ele falou assim, ó, pega umas 20, 30 cabeças de gado aí, vende e vai pra São Paulo. Passa um ano lá, cê espairose, depois cê volta”. (N.A.S., morador, 73, 2000)

Neste depoimento observa-se claramente que a emigração foi o recurso encontrado como resposta às condições normais de existência de uma família de pequenos proprietários ou sítiantes onde a insuficiência de terra não permite a reprodução dos filhos enquanto agricultores.

“Fui mestre de moinho do Engenho Paulista, que hoje em dia é do grupo Eldorado, e naquele tempo lá eu entrei assim, de baixinho, mas subi..e quando se aposentou... eu peguei os 350 e comprei uma casa, pra mim morar com a minha esposa, comprei uma casa. Aí falei, mulher, não vou trabalhar durante 3 meses, eu vou pro mato. Vim pra aqui, foi quando eu abri isso aqui. Isso foi em 1972”.

“Eu fiquei sabendo daqui, que houve uma invasão de posseiros, do Guaraú pra cá, houve uma invasão de posseiros, então eu não fui o primeiro invasor, sou invasor daqui. Então eles foram invadindo isso, 10 alqueires pra um, 10 alqueire pra outro, foram invadindo, foram empurrando, foram fazendo isso, foram fazendo aquilo. Aí quando chegou num, num ponto que tinha aqui, aí chegou minha vez. Eu falei, eu tenho que pegar um pedaço de terra aí. Aí foi quando eu peguei um pedaço de terra. Eu vinha sempre por Peruíbe, Guaraú, etc. e tal, e tava sabendo da invasão que tava, que tava vindo pra cá, sabe? Eu vinha passear em Peruíbe, Guaraú, às vezes, naquele tempo, a caça era aberta, eu vinha caçar, no Guaraú, daí eu vinha caçar, com espingarda, caçar e tal, e vi a invasão...Há 18 anos atrás, aqui só no Paraíso, tinha calculadamente, no Itinguçu aí, calculadamente, umas 80 famílias” (N.A. S., morador, 73, 2000)

Nota-se que por um período acorreram para Itinguçu muitas famílias, atraídas seja pela disponibilidade de terra, possibilidade de plantar banana ou uma agricultura de subsistência, por meio de comunicação boca a boca, entre conhecidos e familiares. Mas na verdade, vieram em busca de algo perdido. Vieram em busca do que a Bahia e outros estados tiveram no passado, muita mata, local de caça,

oportunidade de pesca, coleta , palmito... E para explicações reportamo-nos ao processo de expansão da grande lavoura com seu desdobramento na marginalização do agricultor livre e sem capital. Com a destruição do sistema tradicional de adaptação ecológica e equilíbrio econômico de que nos fala DURHAM (1973) desfazem-se os vínculos de integração dessa população (cabocla) com o sistema abrangente, restando-lhes a busca de novas alternativas onde se inclui a mudança geográfica espacial.

No entanto, com as dificuldades crescentes de acompanhar o desenvolvimento agrícola, com suas poucas condições econômicas e com as restrições impostas pela criação da Unidade de Conservação em 1986, muitas famílias continuam seu processo de busca, saindo de Itinguçu e dirigindo-se para outras localidades, neste turno para cidades. Peruíbe mais próxima recebeu parte desses moradores.

Diferentemente dos migrantes que se dirigem para as cidades, em Itinguçu encontramos moradores que buscaram a Mata, migraram do campo para o campo aí permanecendo pela sua vocação camponesa, seu ideal de autonomia, que só a agricultura , atividade a que sempre estiveram afeitos, podia oferecer. O trabalho na cidade requereria uma drástica mudança em seu ritmo de vida a que provavelmente os moradores de Itinguçu não estavam dispostos a se submeter. O trabalho na indústria exige disciplina e ritmo completamente diferente ao do agricultor.

A criatividade e a inovação, características marcantes do migrante, podem ser observadas na diversidade de alternativas buscadas por esse agrupamento social em sua luta pela sobrevivência e inclusão social.

CAPÍTULO III - CONFLITOS E CONDIÇÃO DA TERRA

CAPÍTULO III - CONFLITOS E CONDIÇÃO DA TERRA

O que aqui consta tem finalidade de trazer um relato que permita visualizar um fato político local e a conjuntura mais abrangente e o efeito de algumas políticas públicas. Em outros termos, trata-se de ver os eventos não como fatos isolados contidos na vida cotidiana do núcleo de Itinguçu, mas desvendar as relações que têm com as ações e omissões governamentais. A partir das relações internas presentes no cotidiano de uma história local, circunstancial, busca-se o sentido que lhe dá a História, enquanto processo mais amplo.

A área de Itinguçu é de domínio do Estado e uma região de preservação permanente. Esse processo inicia-se em 1987, após a criação da EEJI. Um Cadastro geral de todas as pessoas residentes foi efetuado e o Estado inicia um encaminhamento para indenizar os proprietários (comprovados) pelo valor da terra nua, onde os posseiros teriam o usufruto dos sítios.

A luta pela terra tem se intensificado muito no Brasil nas últimas décadas, principalmente a partir de 1970 em decorrência do avanço do capitalismo no campo e o crescente empobrecimento dos trabalhadores rurais.

A natureza das lutas pela terra no País relaciona-se basicamente a duas concepções de propriedade da terra: a "terra de exploração", aquela apropriada pelo capital com a finalidade de produzir lucros crescentes através da exploração do trabalho e da especulação, e a "terra de trabalho", esta baseada no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e de posse. Conservando o princípio da propriedade privada, esta modalidade, no entanto, deve ter uma "destinação social". Este tipo de propriedade expressa mais o desejo de posse e uso do que

propriedade e neste sentido é mais um instrumento de trabalho através do qual o trabalhador obtém os meios para a reprodução de suas condições de vida²¹.

Em Itinguçu, cuja ocupação relatamos no capítulo anterior, encontramos posseiros afeitos a "terra de trabalho". Têm uma história na região que data do final da década de 60 quando vieram do meio rural de seus estados de origem (Minas, Bahia, Pernambuco) em busca da realização de um projeto de autonomia camponesa.

Dentro dos limites da EEJI, Itinguçu insere-se no cenário mais amplo da região do Vale do Ribeira que não participou do ciclo do café e onde perdurou a agricultura de subsistência implantada após o final do ciclo do ouro. A partir da década de 70 inicia-se explosiva ocupação fundiária e exploração predatória dos recursos naturais. A pouca distância da cidade de São Paulo, essa região ampla e inexplorada, com grande extensões de terras devolutas e igualmente grande número de propriedades sem divisas definidas, possui a possibilidade de alta e rápida valorização, onde as grandes empresas, principalmente agropastoris, madeireiras e imobiliárias também vêem a possibilidade de atuação. Transforma-se então num grande atrativo para grileiros contratados para exercerem forte pressão sobre os donos das terras ou posseiros.

ZAN (1986), baseado em dados do FIBGE, Censos Agrícolas de 60, 70 e 80 sobre o aproveitamento de terras, afirma que a diminuição de estabelecimentos rurais, principalmente na década de 70, acompanhada pela ampliação da área ocupada, demonstra a tendência à concentração da propriedade, formação de latifúndios por empresas e pessoas ligadas à exploração florestal, reflorestamento,

²¹MARTINS (1980) fundamenta teoricamente o conceito de propriedade capitalista diferenciando-a da propriedade familiar.

mineração ou especulação imobiliária, estimuladas pela política de incentivos fiscais e financeiros adotada pelo Estado e instituições públicas. Aponta o aumento das áreas ocupadas por lavouras no período de 60 a 80 e a significativa expansão das lavouras permanentes em detrimento dos cultivos temporários, consolidando um processo de "incorporação"²² que proporcionou a modernização do chamado "cinturão mercantilizado".

Observa ainda que a tendência da organização empresarial das atividades produtivas da Região do Ribeira acentua-se nos anos 70 refletindo-se no deslocamento da força-de-trabalho regional. Aparentemente contraditório, o mencionado processo de incorporação ao mesmo tempo que acelera a concentração fundiária, a expansão do "cinturão mercantilizado" e as transformações nas relações sociais de produção da região, promove a integração da Baixada ao chamado "mercado nacional de trabalho". No entanto, como bem observa MARTINEZ (1995) nesse processo alguns resíduos de épocas anteriores permanecem abrindo espaço para a resistência. Assim, no processo de inclusão do Vale do Ribeira à lógica do capital os bananicultores resistiram, lutando pela manutenção de sua terra e do modo-de-vida, sem estarem alheios à dinâmica de mercado e aos benefícios como seneamento básico, rede elétrica, condições para o escoamento da produção. "Para os pequenos produtores a melhoria das condições de vida e de produção se apresentavam como meio de manter a terra", espaço de trabalho de onde retiravam a reprodução da vida.

²² Sobre esse processo consultar Müller, Geraldo Estado, Estrutura Agrária e População: Estagnação e Incorporação Regional, Cadernos CEBRAP, n. 32, Edit.Vozes e CEBRAP, Rio de Janeiro, 1980. Refere-se a "incorporação" à dissolução do antigo bolsão de estagnação criado pela cafeicultura e abertura para os fluxos mercantis consolidando paulatinamente a subordinação da região ao capital urbano-industrial.

"A desintegração da agricultura de subsistência de caráter familiar, a mercantilização e tecnificação das lavouras comerciais e a crescente especulação fundiária de um lado e a expansão do sistema viário ...acabam por determinar grande evasão populacional". Por apresentar grandes reservas de terras devolutas ou não efetivamente ocupadas, pela proximidade da área metropolitana paulista, é de fato uma região que atrai pequenos posseiros naturais de outras áreas do País. (ZAN, 1986) . A história e o modo de vida dos moradores de Itinguçu sugerem a participação desse contingente humano nesse movimento.

Concordamos com o autor quando afirma que na imbricação dos diversos processos é que se intensifica no Vale a luta pela terra. O desenvolvimento da agricultura mercantil, a crise do modo de vida caipira, a concentração da propriedade, a especulação fundiária, a complexa titulação dos imóveis, se encontram na base dos conflitos de terra.

Os melhoramentos públicos, os incentivos destinados à região valorizaram efetivamente as terras, o que devido à complexidade e falta de titulação facilita a especulação imobiliária. A indiferença governamental quanto à regularização das glebas ocupadas propiciou a ocorrência de conflitos entre posseiros , grileiros e possuidores de títulos de propriedade. Em mapeamento realizado pelo Grupo de Resolução de Conflitos de Terra, ligado à SUDELPA, de 83 pontos de conflitos , 40 encontram-se nos nove municípios que compõe a Baixada do Ribeira e 12 só em Iguape.

Os conflitos de terras na área de Itinguçu datam do final dos anos 70, quando uma das "proprietárias" contratou "jagunços" para bloquear a estrada municipal

aberta pela Sudelpa e impedir que os moradores a utilizassem para o escoamento da banana que comercializavam assim como para o transporte de alimentos trazidos de Peruíbe. Houve ameaças, espancamento de posseiros, queima de casas, plantação e criação.

Na década de 80 Itinguçu foi novamente palco de conflito de terra entre posseiros, “proprietários”, grileiros e pretensos proprietários que culminou com mortes de “jagunços” e a prisão de 8 posseiros. Através de depoimento colhido de técnica que trabalhava na área naquela época, obteve-se o histórico dos conflitos que foram registrados pela imprensa.²³

Posseiros procuraram a polícia e o juiz local nessa ocasião para solucionar o problema, mas devido às dúvidas sobre se a jurisdição era de Iguape ou Peruíbe não foi encontrada uma solução das autoridades. Assim, organizaram-se, derrubaram a cancela e expulsaram os “jagunços” a tiros. Neste conflito morreram dois posseiros e um capanga. A polícia só apareceu no local três dias depois e nada conseguiu apurar.

Em 1983 o bairro volta a ser palco de violência. A área havia sido vendida e o novo “proprietário” tentou novamente fechar a estrada. Nesta oportunidade ameaçou cortar o abastecimento de água da Escola e do Postinho (Saúde), construídos pelos moradores em sistema de mutirão.

Tentativas de negociação entre posseiros e “proprietários” foram intermediadas pela SUDELPA, sem qualquer acordo entre as partes. Em dezembro de 83 ocorre um segundo confronto deflagrado pela queima do “jeep” de um posseiro, utilizado pelos moradores para o transporte de doentes até Peruíbe e

²³ Folha de São Paulo 20/12/1981; A Tribuna do Ribeira 30/07/1983; O Vale do Ribeira 19/11/1983; A Tribuna do Ribeira 10/12/1983; 30/07/83; 08/03/86 e 07/03/86.

outras necessidades. Houve dois mortos e dois feridos, os quatro, empregados do “proprietário”. O clima de tensão e violência era muito grande e os moradores se dividiam ante as propostas que lhes faziam. A maioria dos posseiros estava disposta a se organizar e resistir, mas alguns fizeram acordos vendendo suas posses e/ou se tornando empregados dos grileiros. O conflito passou a se dar não só entre posseiros e “proprietários”, mas daí entre os próprios posseiros. Desta feita houve a morte do filho de um posseiro numa emboscada organizada por outros posseiros.

A luta pela permanência na terra favoreceu a organização dos posseiros que melhoraram a estrada e arrumaram o leito dos rios para facilitar a travessia e assegurar a comercialização da banana, que entendiam ser uma garantia da permanência na terra. Com esse propósito organizaram uma Cooperativa, a COPALIS - Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Litoral Sul.

Nesse cenário tenso atuava também a **Nuclebras** com a qual os moradores se indispunham dadas as proibições de reforma e ampliação das casas e rodízio das plantações.

Um palmitreiro, que tinha fábrica dentro da área que hoje é da Estação Ecológica e apresentou propostas de compra de algumas posses não aceitas, foi responsabilizado por uma emboscada em que morreu Yoshio Moritani²⁴ e seu irmão Sadao foi gravemente ferido por um pistoleiro a seu mando.

²⁴A presença japonesa na Baixada do Ribeira data do início do século. Em 1908 os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram no porto de Santos como decorrência da assinatura de um contrato entre o governo paulista e a “Companhia Imperial Japonesa de Imigração”. Em 1912 um novo contrato foi assinado, desta vez já endereçado à Baixada do Ribeira. A Companhia japonesa recebeu, por esse contrato, as seguintes vantagens: a) concessão de 50.000 há. de terras devolutas na zona do Ribeira para criar uma área de colonização japonesa; b) isenção de impostos durante cinco anos; c) recebimento da quantia de 10 contos de réis por grupo de 50 famílias instaladas na área de colonização, desde que aí residissem há um ano. Em 1913 as concessões passaram para a “Brasil Takuschoko Kaisha, que em 1914 recebeu em doação pela Câmara de Iguape as terras situadas em torno do povoado de Jiporiva. Como sucessora dessa companhia surgiu a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK) autorizada a operar no Brasil a partir de 1918. Uma das áreas onde se verificou o trabalho da Kaigai - 859 ha. situava-se à margem esquerda do Ribeira, pouco a noroeste de Iguape. Outros núcleos existiram em Registro e Sete Barras.

Em novembro de 1984 outro posseiro foi morto, Kioshi Ise, dentro de sua própria casa. Posseiros reivindicaram policiamento e proteção junto à Sudelpa e à Segurança Pública, sem contudo serem atendidos. Essas mortes permaneceram impunes sem nem mesmo ter sido instaurado inquérito.

Em 1986, após a criação da EEJI e após terem procurado a polícia civil e militar e funcionários da Secretaria de Assuntos Fundiários sem obterem proteção, os posseiros passaram a se defender da ameaças. Em clima extremamente tenso pistoleiros expulsaram a professora e o funcionário do Postinho disparando tiros nas paredes da escola e ameaçando os posseiros que transitavam sozinhos pelas estradas.

Na véspera do conflito a Polícia Militar esteve na área apreendendo armas e munição, mas não permaneceu na área. O confronto aconteceu na entrada de Itinguçu/Utinga Grande, perto da Escola (UEAC-Unidade Educacional de Ação Comunitária) e ao lado da **Cachoeira Paraíso**, resultando em ferimento de um e morte de três pistoleiros. Em decorrência desse episódio 8 (oito) posseiros foram presos em meio ao impacto e discussão da questão agrária no Vale do Ribeira.

A.B.S. - ex-posseiro de Itinguçu, ex-líder do conflito de 1986, preso e absolvido, hoje candidato a vereador de Peruíbe onde reside, relata os acontecimentos da época de sua prisão.

“E quando começou, por conta de grileiro, aí as coisas começaram a ficar feia. Eu fazia o registro na Secretaria de Segurança, em São Paulo, não tinha jeito, fazia BO na Delegacia, a polícia ia lá, prendia os bandidos, na mesma hora chegava o delegado, os caras eram funcionários, e soltava, na nossa cara”.

Tentativas de coerção e cooptação foram frequentes conforme denota o depoimento A.B.S.:

“E sempre aquela pressão, né? olha você é o líder do pessoal aqui, vamos te dar 10 alqueire escriturados, só pra perseguir você, pra tirar esse pessoal daqui. Vamo fazer uma lanchonete pra você, você vai ter uma quantidade de dinheiro. Igual ao meu pai, morava ali, meu irmão, meu sobrinho, se assentou ali, eu não aceitei. E eles sempre com aqueles homens sempre ali direto, as pessoas que não sabia assinar, eles faziam um acordo, né? mandava a pessoa colocar o dedo, tocava fogo no barraco de um, e sempre aquela pressão. E eu via, fazia BO, chamava a polícia, eles chegava lá agora prendia. Mais tarde chegava o delegado lá, soltava tudo. E até que enfim que deu aquele tiroteio... e fomos obrigados fazer. Nós procuremos todos os meios, através da justiça, pra a gente ficar livre desse pessoal. E não conseguimos, o jeito foi apelar, aquela tragédia. Morreu 3 jagunços, um saiu baleado. Depois de 10 meses que eu fui preso. Até o advogado nosso...ele ficou tão sem força, que o delegado conseguiu, aí, prender ele. A gente preso, a gente via ele passar, e perguntava, doutor, ele nem olhava. Delegado pegou ele, foi direto pro fórum, e lá ele deu o depoimento dele de porta fechada, sofremos muito. Aí, o que que foi, fiquei ainda 2 anos e pouco ainda morando lá... Fui preso de uma maneira que... me seqüestraram justamente aqui, nem meu pai viu, nem minha filha viu, não deixaram avisar ninguém, tentaram me matar no caminho... daqui pra Iguape. Eu sei que foi uma tristeza. E a perseguição, sofri muito, sofri muito, viu? Sofri demais. Eu apanhei tanto na minha vida, que acho que nem um cachorro, nem com os

cachorro se faz isso. Eu fiquei mais de 2 meses sem poder andar, só o pessoal que me visitava lá que sabe dizer como que eles me encontraram na cadeia. Em Itinguçu eu era tudo pro pessoal...eu defendia a Professora, os jagunços ameaçavam a Professora, falavam de fechar a escola, expulsar o pessoal, eu comecei a tomar a frente de tudo, né? Porque ali era uma comunidade, morava ali muitos anos, vivia sob o sustento da terra. Ninguém saía pra pedir nada pro governo, ninguém recebia ajuda de ninguém. Tinha morador que tinha mais de 60, 70 anos ali. Inclusive ainda tem muito morador lá que nasceu e criou-se ali, o cara tem mais de 80 anos que mora, ali. Então hoje em dia, o pessoal ali tá sofrendo. Uma vez eu fiz um, um desabafo: e o governo? ele faz tanto assentamento de terra e não faz assentamento das pessoas que estão ali. Se ele quer a terra, pra fazer preservação, conversa com o povo, olha, tem uma terra boa, terra boa de agricultura, eu vou fazer uma casa, vou dar tanto terra, vou dar um financiamento pra vocês sobreviver. Enquanto aí eles perseguem. O Florestal, o pessoal da SMA... e quando eu saí da cadeia, eu saí sem ter um pão pra mim comer. E durante esses 10 mês que eu tive lá, meus filhos só pedia, pros outro pra comer, comia banana verde, quando sai de lá fiquei mais ou menos uns 3 meses comendo banana verde cozida. Uma pessoa que tinha tudo, tinha caminhão, puxava banana pra São Paulo, saí de lá sem nada. Cá família lá dentro, e aí só perseguição. E cê tá sendo perseguido, cê tá sendo ameaçado, tá sendo encurralado, qual o dever seu? Cê tem que sair. Foi o que aconteceu. Muitos que resistiram, eles tão lá, sob ameaça. Porque preservar é bom, mas tem que saber como é que o tipo da preservação”.

O depoimento acima centra-se na questão da transgressividade gerada por um decreto, pela mudança da condição de moradores que acreditaram ter encontrado um meio de reproduzir a vida.

A imprensa local denunciou a omissão das autoridades. Manifestações públicas foram organizadas por Associações de Posseiros e de Luta pelos Direitos Humanos, pela CPT – Comissão da Pastoral da Terra e deputados ligados à região, em apoio aos presos. Fundos foram recolhidos para ajudar o sustento das famílias diretamente afetadas no conflito e o pagamento dos advogados de defesa para os presos. Após um ano das prisões realizou-se o julgamento, desta vez em Santos, precedido de passeata de apoio aos posseiros e à Reforma Agrária. Os 8 posseiros foram absolvidos, mas por recurso do promotor, o julgamento foi anulado e somente 6 meses depois em novo julgamento obtiveram efetivamente a absolvição.

Tomando a análise de MARTINEZ (1995) sobre os conflitos como manifestações da resistência camponesa aos projetos governamentais na região do Vale do Ribeira, encontramos eco para nossa afirmação de que o conflito de terras havido em Itinguçu não foi um fato isolado mas um movimento de resistência mais amplo de todo o Vale do Ribeira.

Depois do episódio em que posseiros foram presos, houve uma organização do grupo de mulheres para a manutenção das famílias cujos chefes estavam presos, junto a essas atuavam algumas lideranças de movimentos sociais, políticos e funcionários da Secretaria do Meio Ambiente comprometidos em solucionar os problemas.

Da perspectiva dos "proprietários" uma matéria foi veiculada através da imprensa local no jornal **A Notícia**, 1^a Quinzena de Março de 1987 n^o7

Utinga, ou Itinga (Itinguçu) tem uma história longa, com origens lavradas em Cartório há mais de um século. Nesta consta que por volta de 1870, Antonio José Maurício, através de Transcrição 6711/12 – Livro 3-Q do 1^o Tabelião de Iguape vendeu “uma porção de terras denominadas Itinga Grande a Fernando Rocca, conforme documento registrado no Livro 55 – fls. 183 daquele cartório de Iguape. Em 27 de outubro de 1892, Fernando Rocca passou, por escritura pública de compra e venda no tabelionato de Iguape, o Itinga para Bartollo Belli. Belli morreu em 1915 passando sua propriedade para processo de inventário que correu na 3^a Vara Cível e Comercial de São Paulo, decidindo-se pela partilha do bem inventariado em 13 de setembro de 1919 aos dois filhos de Bartolo Belli, legítimos herdeiros Bruno Belli e Bruto Belli cuja escritura de outorga direito de propriedade a esses estaria lavrada no Livro 3-E – Folhas 132, com transcrição n^o 2775. Em 30 de maio de 1975 os irmãos Belli se constituíram em pessoa jurídica, dando origem à COMUR-Cia. De Melhoramentos Urbanos e Rurais à qual passaria a propriedade de Itinga.

Com o falecimento dos irmãos Belli foi dissolvida a COMUR em março de 1979 pelas respectivas esposas: Cora Belli Pinotti Gamba e Maria Belli Bei, voltando Itinga a ser propriedade de pessoas físicas. Em maio de 79 Maria Belli Bei doou sua parte, a metade, para Renata Maria Salles Nemer; logo após, Cora Pinotti Gamba fez o mesmo, passando toda a extensão de Itinga para a propriedade de Renata Salles Nemer.

Após conflito com tiroteio e mortes entre posseiros e empregado de Renata, em 1983, o Itinga acabou sendo vendido para Genésio Vieira e Mairós Lahyde, conforme transação datada de 29 de julho de 1983 (Livro 76, Folhas 98/100 do 4º Cartório da Comarca de Jundiá).

Em dezembro do mesmo ano, posseiros expulsaram Genésio num episódio em que morreram dois de seus empregados e o filho de um dos posseiros instalados no Itinga.

Em maio de 1985 José Eugênio de Barros Mello Filho e José Alberto de Barros Mello se aventuraram comprar de Genésio a terra conforme lavrado no Livro 83, folhas 49 do Cartório de Registro Civil e Anexos da Comarca de Itu.

Na opinião do articulista embora o Itinga pertença de fato aos Mello, proprietários e posseiros perderam o direito de usufruto sobre a terra devido à criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins e os proprietários esperam a desapropriação e indenização devidas.

No entanto em MARTINEZ (1995) encontramos o seguinte relato sobre o problema de titulação do bairro com a abertura da estrada construída pela Sudelpa, baseado em informações do dossiê "Posseiros do Utingão Fazem Denúncias" CPV-1989:

"A partir daí (abertura da estrada pela Sudelpa) apareceram sete pretendentes à propriedade dessas terras; Cora Belli Pinotti e Renata Maria Belli Bei, que reivindicaram a posse da terra, baseadas no documento de Matrícula n. 80.072 do Registro Imobiliário de Iguape; os titulares da

empresa Green Village S/C Ltda., que dizem ser os proprietários da mesma área que Renata Belli Bei, apresentando documento com Matrícula n. 89.194; Abílio Pereira Alves e Terezinha de Andrade Alves, com documento de Matrícula n. 15.227, cujos 500 alqueires pretendidos foram originários dos domínios de Luiz Roncatti; Joanna Junge, cuja origem da terra reivindicada também remontava a Luiz Roncatti, documento de matrículas ns. 62.558 e 84.124; Raymundo de Vasconcellos com título contido na transcrição n. 2.642 do livro 3-E da Transcrição das Transmissões, em Iguape; o sexto pretense proprietário deixou ao encargo do Delegado Pessin o acordo para a saída dos posseiros de uma área de 5.000 alqueires, o Estado de São Paulo, incluído entre os pretendentes, questionava a validade dos títulos com exceção dos de Belli Bei e de Raymundo de Vasconcelos, totalizando somente 500 alqueires da Serra dos Itatins e da Bacia do Una do Prelado" (MARTINEZ, 1995, p.123)

A área de Itinguçu permanece hoje numa situação de conflito, só que gora o Estado é o principal interlocutor dos moradores constituindo-se também no principal obstáculo.

Recentemente, por ocasião do último trabalho de campo que fizemos na área, presenciamos a discussão em torno de proposta conjunta da Procuradoria do Meio Ambiente de Peruíbe, o IF em convênio com um banco alemão (KFW) e a COATI, uma ONG que atua na região e que se encarregou da denúncia, para organizar as "barracas" - lanchonetes, onde se realiza o comércio destinado aos turistas que vêm visitar a Cachoeira Paraíso. A proposta inclui a coleta do lixo pela Prefeitura de Peruíbe e a limitação ou proibição da venda de bebidas alcoólicas no

local. Com isto pretendem reordenar as barracas, tomando as instalações mais apropriadas a receber visitantes e controlar o trânsito de turistas na região (numero de pessoas, horários e dias para visitaçãõ etc.), o que hoje não ocorre. Dessa reunião fizemos a seguinte avaliação.

A reunião foi realizada entre os moradores de Itinguçu, a Coati (ONG) – com tres representantes, sendo um advogado – o Diretor da Escola Vaz Caminha, de Iguape, sob a qual está subordinada a Escolinha de Itinguçu, o IF, na pessoa do diretor da EEJI; participaram também alguns políticos, vereadores de Peruibe, representantes de Associações de outros bairros (Barra do Una), representante da CUT e do Forum Nacional da Agricultura Familiar. Devido ao clima de grande animosidade entre os moradores e as autoridades locais não foi possível realizar a reunião que havia sido planejada, específica para a pesquisa. Os moradores estavam bastante agressivos e desconfiados de tudo e de todos. Por essa razão e por termos sido convidados pelos moradores, que já nos conheciam de outras visitas à área, participamos como observadores e registramos a reunião em gravador. Esta estratégia proporcionou-nos excelente fonte de informações tornando possível, inclusive, detectar conflitos e associações de interesses entre os presentes das diversas instituições participantes.

A reunião convocada pelas autoridades mencionadas reuniu diversas finalidades. A COATI aproveitou a oportunidade de fazer um contato coletivo com a comunidade, onde quis se colocar como intermediadora, melhor, como representante e defensora da população local, no que foi veementemente rechaçada. Na verdade, no transcorrer da reunião soube-se que a COATI fora chamada pela Procuradoria do Meio Ambiente de Peruibe, para fazer essa

intermediação entre o poder público e a comunidade, já que seu advogado presente declarou que a entidade foi “convidada” a participar por determinação da Promotoria Pública. O representante da Secretaria de Educação, que é também candidato a cargo político de Iguape; quis que a reunião fosse uma Assembléia Geral para a constituição de uma Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Rural de Utinga Grande, como é chamada a Escola local, separando-a da APM da Escola Vaz Caminha à qual até então estava subordinada. O Instituto Florestal estava presente enquanto responsável pelo local, tentando viabilizar o projeto de ordenamento da área das barracas bem como encontrar uma alternativa para o descontrolado crescimento da Cachoeira Paraíso que vem se constituindo num sério problema.

A estratégia montada para atingir esses diversos objetivos era conseguir o consentimento da comunidade para constituir uma Associação de Pais e Mestres que incluísse todos os moradores de Itinguçu – não se sabe como se daria o vínculo daqueles que não possuem filhos na escola hoje – para cuja área seriam transferidos os “barraqueiros” atualmente existentes (em torno de 5) em instalações construídas com formato e dimensões pré-definidas em projeto já existente. Com esse procedimento pode-se concluir que as autoridades locais descaracterizariam a condição de posse desses moradores que vivem e lutam por esse local há mais de 20 anos.

A situação geográfica de Itinguçu é um dos elementos que propicia ora interferência, ora omissão das autoridades sobre os problemas locais. Sendo um bairro de fronteira, sob a jurisdição de Iguape, Itinguçu não tem comunicação fácil a essa cidade, ligando-se diretamente com Peruíbe, cidade mais próxima. É a

administração de Peruíbe que arca com os serviços de assistência social e médica. Quando têm qualquer problema é para Peruíbe que os moradores se dirigem. Assim, não é incomum vereadores desse mesmo município apresentarem projetos para a câmara municipal que contemplem o núcleo Itinguçu. Os serviços de infra-estrutura (transporte, coleta de lixo, posto de saúde) embora não satisfatórios são também proporcionados pela Prefeitura de Peruíbe. O abastecimento da população se faz nessa cidade, que dista, aproximadamente, 15 km.

Um dos problemas detectados, enquanto observadores durante essa reunião, é que a população moradora não pediu que a COATI os representasse em momento algum, que ela não tem o envolvimento adequado para representá-los e que entrou nesse processo a pedido da Procuradoria para realizar uma mudança na área. Essa ONG deixou explícito que tais mudanças, isto é, a organização da área, são determinações para que os moradores possam continuar *trabalhando legalmente* dentro da Estação Ecológica. Cabe observar aqui, que a ilegalidade implícita nas atividades dos moradores se deve à criação da Estação, sem considerar que quando ocorre este decreto esses já se encontravam na área. Não foram eles que entraram para ocupar a área da Estação. Foi a Estação que se sobrepôs à ocupação dos moradores.

Outro problema detectado é a maneira como foi encaminhado o processo de mudança, isto é, à revelia, sem o conhecimento e envolvimento da população moradora. No dizer de um dos moradores presentes : "de cima para baixo".

Neste sentido o problema abordado na reunião é a questão do comércio local, envolvendo diretamente os moradores que possuem comércio e aqui, não apenas

os “barraqueiros”, num total de 5 (cinco), mas também aqueles que já se estabeleceram com carrinhos em número de 4(quatro).

Um fato fica claro na reunião, em momento algum a preocupação das autoridades locais se volta para a agricultura, o que era de se esperar, já que não é de interesse de uma Estação Ecológica o desenvolvimento dessa atividade. Todavia, existem inúmeros problemas afetos a esse setor e que não estão sendo abordados, evidenciando-se assim que a alternativa econômica local dirige-se cada vez mais ao comércio destinado aos turistas. Como não são todos os moradores que querem e podem se estabelecer no comércio, há que se pensar em soluções para aqueles que se mantêm na agricultura mesmo precariamente, pelas restrições legais e endógenas, para os quais não existem outras alternativas de sobrevivência nem na cidade mais próxima, Peruíbe. Os moradores de itinguçu não se encaixam no já restrito mercado de trabalho. Evidencia-se assim a necessidade de buscar alternativas para a agricultura familiar, mesmo incipiente, com a finalidade de cessar o processo de marginalização dessas populações. O depoimento de um dos presentes à reunião ilustra muito bem isto:

“sabe qual o medo da gente?É que se encontra muito irmão da gente, de Garaú, que foi tocado da Juréia e tá no Guaraú...tá quase pedindo esmola. E nós não queremos pedir esmola, não.. nós queremos exigir nosso direito de ser respeitado. Não estamos pedido esmola”. (pronunciamento de um morador).

A forma pela qual o representante da COATI se conduziu nesse contato com os moradores foi assintosamente desrespeitosa. O que se pôde detectar é que a “organização” das barracas é um fato consumado, uma determinação judicial. A

comunidade não foi ouvida, não foi considerada apesar de estarem lá instalados há mais de 20 anos, isto é, antes da criação da Estação Ecológica. O texto transcrito abaixo do pronunciamento do advogado da COATI, revela isto claramente:

“..nós fomos apresentados com um abacaxi, pra executar e colocar pano quente pra estar aqui explicando. O que é pano quente? Abacaxi é o problema, tá? E o pano quente é pra explicar pra vocês, que não fique dúvida, esse senhor fez uma colocação que é da maior maestria pra comunidade participar”.

Nesse momento uma moradora começa a falar e o advogado interrompe dizendo que o Diretor da Estação vai falar e que até então as pessoas falaram coisas que não tem nada a ver. Outra moradora o contradiz afirmando que tem tudo a ver. Mais adiante o mesmo advogado afirma: *“nós estamos numa situação...nós não podemos descumprir o que foi determinado”*, deixando claro o que foi também detectado por outro participante:

“eu acho que a coisa aqui começou errada, justamente porque começou de cima para baixo...na verdade a comunidade tem que ser chamada a discutir essa questão, que diz respeito diretamente à comunidade...jamais se deve passar por cima da comunidade”.

Em resumo, decisões sobre a vida da população estão sendo tomadas sem que eles próprios tenham poder para participarem do que está sendo decidido.

As mulheres moradoras participaram ativamente dessa reunião. Tiveram a palavra a Rosemeire, mulher do Geraldo e a Antonieta mulher do Adélcio. A Maria do Carmo, mulher do Murilo também quis se pronunciar fazendo comentários

paralelos mas sem pedir a palavra não conseguiu se ouvida e logo foi convencida a ficar em silêncio por outras presentes.

As condições atuais de não acesso à posse e ao uso da terra promovem reflexos dentro da esfera das relações familiares. Isto ocorre principalmente quando um filho ou uma filha se casa. Antes da criação da Estação Ecológica não havia impedimento para que fosse construída uma outra morada e que uma roça fosse colocada em área próxima. Atualmente não é mais permitida a construção de outra morada no mesmo sítio, muito menos uma lavoura ser estabelecida. A ampliação de cômodos na mesma morada do sítio também é controlada hoje. Assim observa-se uma dispersão familiar por ocasião da maturidade dos filhos, quando estes se casam.

O conflito armado de Itinguçu foi um marco da resistência camponesa ao processo de expulsão e da luta pela terra. Após os episódios que tomaram lugar na década de 80 muitas famílias - existiam 60 inicialmente, hoje tem aproximadamente 25 - se retiraram do local. No entanto, para aqueles que permaneceram aqueles eventos contribuíram para o estreitamento dos vínculos de vizinhança e para o desenvolvimento de uma sociabilidade profundamente enraizada na luta pela "posse" da terra, elemento fundante da identidade grupal que até hoje contribui para a resistência que fazem a toda e qualquer ameaça.

No entanto a questão sobre a condição identitária dessa população se coloca: o que guardam os Itinguenses, hoje moradores de Unidade de Conservação, situação imposta por decreto, dos camponeses em busca do seu projeto de autonomia?

CAPÍTULO IV - DE POSSEIROS A MORADORES

CAPÍTULO IV - DE POSSEIROS A MORADORES

1. Posseiros de Itinguçu

Ao longo da vida dos moradores de Itinguçu, como acontece entre as camadas populares despossuídas de riqueza, existe uma história de "posse" no dizer deles mesmos "não era terra de ninguém, entrava e morava".

Identificamos nesse grupo de população traços do processo de expulsão do latifúndio no final do século XIX, quando agregados e posseiros saem em busca de uma solução de suas vidas mencionados por QUEIROZ (1960).

Estes podiam se dirigir para as cidades, onde a expansão industrial carecia de mão-de-obra, transformando-se aí em assalariados urbanos. Podiam se assalariar nos grandes domínios agrícolas. Uma terceira via seria a situação de parceria, onde o camponês arrendava uma faixa de terra e dava em troca ao proprietário como pagamento, uma parte da colheita. Nesta última alternativa o camponês ocupava faixas de terras cansadas e muito pouco férteis mas preservava a liberdade de trabalho.

Para atender às condições do contrato de parceria, os camponeses triplicam sua jornada de trabalho e passam a plantar produtos mais rentáveis em detrimento da agricultura de auto-consumo, da policultura.

As relações sociais baseadas na ajuda-mútua, o trabalho coletivo enfraquecem, isolando o camponês. A desorganização grupal decorrente conduz à anomia.

Em Itinguçu, embora não se tenha observado essa relação de parceria, os posseiros, por outras razões, abandonam a agricultura de subsistência em prol de

outras atividades mais rentáveis ligadas ao turismo. Encontramos nesse bairro de posseiros agricultores, “proprietários”, agricultores – barraqueiros, barraqueiros, caseiros, diaristas e aposentados.

Os Itinguenses inicialmente ligaram-se pelas formas essenciais de sociabilidade (relações familiares, relações vicinais, relações entre bairros e relações com o centro urbano). Essas formas essenciais, onde se destacava a complementaridade e interdependência, calcadas na organização da produção diante das dificuldades internas e externas, vão gradativamente se enfraquecendo e se desorganizando e o empobrecimento leva ao estado de anomia.

Da mesma forma que os parceiros à época da *plantation* com o desenvolvimento das vias de comunicação, o desenvolvimento da indústria propaga mercadorias até então inexistentes, impactando seriamente o modo de vida camponês, afetando ao mesmo tempo o nível material e psicológico. Os produtos industrializados se apresentam melhores e mais bonitos, enquanto a obtenção de renda torna-se cada vez mais imprescindível.

Em Itinguçu observa-se nitidamente esse processo no comportamento dos jovens, cujo modo de vestir se assemelha aos da cidade. Usam tênis e roupas de marca semelhantes a qualquer morador urbano.

Em outros termos, os camponeses de Itinguçu abandonam a produção e ingressam na sociedade de consumo. Para tanto necessitam de novas fontes de renda buscadas em outras atividades não rurais, nem sempre existentes. A situação de empobrecimento é dramática.

Esta transformação afeta sensivelmente as relações familiares . Enfraquece a autoridade do pai - chefe de família, que perde seu papel de provedor, introduzindo

novos valores e expectativas nas novas gerações e o desrespeito aos valores camponeses baseados na autonomia de trabalho, na coesão e projeto familiar.

No entanto, parte dos valores fundamentais da vida tradicional permanecem como o desejo de trabalho autônomo, a simplicidade da casa e da vestimenta, sobretudo para os mais velhos. O trabalho coletivo de ajuda-mútua é substituído pelo trabalho comercializado; enfraquecem-se os laços de solidariedade grupal.

As relações internas familiares também sofrem modificações. Os filhos se identificam mais com os valores disseminados pela sociedade de consumo moderna, tornando-se menos sensíveis à autoridade e valores dos pais.

A integração desse grupo na economia geral do país, todavia, não se dá de forma fundamental. Os valores são redefinidos num novo contexto sociológico sem a correspondência material necessária para sustentá-los. Daí a anomia. A adoção das referências sociais e morais do grupo oscilam entre o quadro tradicional de origem e o quadro moderno próximo na imagem e distante na realização.

A situação que observamos em Itinguçu se assemelha em muito à descrita por QUEIROZ (1960) referindo-se à *parceria* como um estado de passagem entre as condições de vida antigas e o mundo moderno, como sendo não menos que uma adaptação a um estado de crise caracterizada por A. Cândido²⁵. Citando-o:

“A solidariedade vicinal entra em decadência e se comercializa – mas a situação do *parceiro* e do *sitiante* atuais não permitem dela dispensar. A indústria doméstica se atrofia – mas o poder aquisitivo não permite uma substituição

²⁵Citação de Cândido, Antonio op.cit. “por Queiroz, M.I.P. “La solidarité de voisinage entre en décadence et se commercialise – mais la situation du *parceiro* et du *sitiante* actuels ne permet pas de s'en dispenser. L'industrie domestique s'atrophie – mais le pouvoir acquisitif ne permet pas une substitution satisfaisante par des produits manufacturés. Les vieux utensiles et instruments sont méprisés – mais les nouveaux ne sont pas accessibles. Les groupes et les individus se détachent de l'absortion du milieu physique immédiat, - mais n'on pas d'éléments pour jouir d'un nouvel ajustement à un milieu nouveau. La chasse et la pêche deviennent minimales et ne viennent plus améliorer le ravitaillement – mais on ne peut pas leur substituer la viande achetée au boucher”.

satisfatória pelos produtos manufaturados. Os velhos utensílios são desprezados – mas os novos não são acessíveis. Os grupos de indivíduos se separam da absorção do meio físico imediato - mas não dispõem dos elementos para usufruir de um novo ajustamento em um novo meio. A caça e a pesca tornam-se mínimas e não volta a melhorar o abastecimento – mas não se pode substituí-la pela carne adquirida no açougue”

Enquanto para os sitiantes parceiros a crise advém da intensificação do trabalho na produção de culturas comerciais como forma de compensar o arrendamento da terra, a crise dos posseiros de Itinguçú advém da estagnação e/ou abandono da agricultura seja pelas restrições causadas pela condição de Estação Ecológica – inclua-se aí além da proibição de certas culturas o uso de adubos e inseticidas – seja pela falta do mercado que absorva sua produção. Embora as razões sejam diferentes, as dificuldades que se instalam são semelhantes.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e a proliferação de mercadorias industrializadas, a população local ingressa no mercado de consumo, deixando de produzir os “bens” necessários a sua existência (utensílios, roupas, etc.), passando a adquiri-los nos mercados próximos.

Vão abandonando assim, mais e mais o modo de vida que lhes garantia certa autonomia. Gradativamente cresce a dependência desses bens industrializados sem o correspondente ingresso dos recursos necessários para a sua obtenção.

Instala-se aí uma situação de crise que vai além dos meios materiais, resvalando para o campo dos valores que norteiam a vida dos moradores. Valores “externos” gradativamente vão penetrando no cotidiano da população, sem contudo encontrar as bases materiais para sua sustentação.

Antes dessa situação o modo de vida tinha como fundamento a estrutura de relações (familiares, vicinais, entre bairros) de uma coletividade, que garantia uma forte organização social.

Com a introdução de novos valores observa-se a interpenetração de novos e velhos valores sociais instaurando uma situação de anomia.

Assim o chefe de família já não tem condições de exercer sua autoridade pois seu papel de provedor se desgasta diante da impossibilidade de oferecer à família os recursos necessários à aquisição dos bens que ela precisa.

Com o descompasso entre o ritmo das necessidades criadas e do ingresso de renda necessário para atendê-las através dos antigos meios, instala-se a crise e o abandono da produção agrícola e com ele dos antigos costumes.

Há que se considerar aqui que a produção agrícola sofre, além dessas dificuldades, outras, decorrentes das restrições da criação da Unidade de Conservação.

O horizonte que se vislumbra é o abandono total da agricultura de subsistência que só não o é ainda nos dias de hoje pela impossibilidade de substituí-la totalmente por outra atividade que gere renda. Não existem ocupações não agrícolas que possam absorvê-los. Os mais velhos são os que têm menor possibilidade de ingressar em outra atividade que gere renda, pela idade: estão acima de 45 anos, pela falta de preparo: maioria de analfabetos; pelo relativo isolamento do bairro: distância de aproximadamente 15 km. de Peruipe com uma linha de ônibus apenas 2 vezes ao dia.

Uma das indagações que nos coloca QUEIROZ (1960) a partir da análise da A. Cândido é se a situação miserável do *parceiro* é o único futuro reservado a todos os camponeses brasileiros. No estudo comparativo que realiza no distrito da Sta.

Brígida, estado da Bahia, Maria Isaura P. de Queiroz verifica que ocorre um processo de desorganização socio-econômica concomitantemente à desorganização da vida comunitária : os sitiantes perdem o hábito de vir à cidade para as festas religiosas, as roças tornam-se pequenas, suficientes apenas ao consumo doméstico, mínima criação de pequenos animais, caça e coleta de frutas selvagens não mais produtivas. O trabalho coletivo do mutirão desaparece e para o trabalho cada um deve contar somente com os braços da família, e esta mesma em decadência; as obrigações familiares, habitualmente mais fortes que as vicinais, mal sobrevivem, tanto que, nem pais, nem crianças sentem mais vivamente a necessidade da ajuda mútua. Não há mais um chefe local. A reputação dos homens e mulheres é péssima: indolentes, gozadores, bêbados, sem senso moral, não constituem mais famílias regulares. Querelas, disputas e crimes se sucedem e os controles sociais tradicionais são quase inoperantes. Por outro lado, existe outro grupo no mesmo local onde essa desorganização não se dá, ao contrário, verifica-se um marcante progresso a despeito dos fatores externos no grupo de migrantes vindos de Alagoas para Santa Brígida.

A desorganização social observada pela autora não se dá pela falta de terras, posto que os camponeses são proprietários de domínios até vastos. As novidades introduzidas pelo progresso tampouco foram trazidas pois estão relativamente isoladas da sede municipal e as comunicações com os centros mais populosos são difíceis.

No entanto, a autora acrescenta que a desorganização da vida sócio-econômica dos baianos de Santa Brígida não se explica por um fator externo²⁶, como

²⁶A autora emprega "fator externo" e "fator interno" no sentido que lhe dá Roger Bastide. No primeiro caso a transformação social é determinada pelo encontro de duas culturas muito divergentes, com desestruturação social da mais frágil; no segundo

o contato com a civilização moderna, já que estão isolados; ela se explica por um fator interno, o déficit de homens que promove a desorganização sócio-econômica. A vida familiar entra em decadência e com ela a solidariedade vicinal. Portanto, a organização interna calcada nas relações familiares, vicinais e entre bairros desempenha papel fundamental no destino de uma comunidade.

No caso de Itinguçu observamos a desorganização social promovida por fatores externos: desenvolvimento de atividades não rurais relacionadas ao turismo, a introdução de necessidades próprias do meio urbano sem os recursos necessários para atender tais necessidades; e fatores internos: empobrecimento das relações e controles sociais essenciais decorrentes do abandono gradativo da agricultura e da impossibilidade da reprodução camponesa.

As dificuldades da reprodução camponesa coloca a população diante de uma situação dramática. A posse da terra se encontra ameaçada não só pela indivisibilidade de suas dimensões como pelas restrições impostas pela Unidade de Conservação, desta forma a sociedade Itinguense não tem perspectivas de reprodução, embora exista um "direito" de posse que é transmissível verticalmente e horizontalmente, mas passa pela intermediação da Administração da Estação Ecológica Juréia-Itatins. O "posseiro" não tem autonomia para decidir as questões da terra.

O período crítico relacionado à questão da terra se dá por ocasião da "emancipação" quando o sexo masculino se prepara para adquirir uma condição independente. Em Itinguçu, diferentemente do que ocorre em outras regiões mesmo de pequenas parcelas de terras, os rapazes não desejam se instalar no sítio para o

desenvolvimento da agricultura, posto que esta atividade se encontra em franca decadência. Daí, o desejo de permanência no local estar mais relacionado à necessidade de "casa de morada", do que "roça". Todavia, tanto num caso como no outro não é permitida a instalação de outro morador nas áreas da Estação Ecológica por esse sistema, o que contribui para a emigração de sexo masculino do local. O não acesso à terra interfere diretamente na autoridade do chefe de família e fragiliza as relações que se estabelecem em função dos compromissos firmados em torno dela.

MOURA (1978) ao se referir às regras e códigos de transmissão da herança em São João da Cristina (MG) afirma que há regras codificadas em torno da passagem de patrimônio territorial de uma geração a outra. No período crítico (emancipação), que prepara o sexo masculino para a aquisição plena da condição de camponês independente, o pai realiza uma concessão de uma parcela de terra dentro de sua propriedade ao filho. "Este, ali cultivando deverá retirar a renda do produto em seu benefício (para roupa, passagens, remédios)". Trata-se de um "direito", um presente que o pai dá ao filho que reforça a autoridade do pai perante a família, já que essa doação não é simétrica pela indivisibilidade. Essa regra de doação, a primeira forma de acesso à terra, aponta também para o não-acesso, para a emigração do sexo masculino.

No caso de São João da Cristina a autora observou ainda que o processo de passagem da propriedade pode ser antecedido por uma permissão por parte do pai, a um filho homem que vai casar-se de construir sua "casa de morada" dentro do lote paternal, com direito a parcela de terra para plantar. Igualmente aqui o pai dá um

"direito" ou "presente" ao filho. A autoridade do pai sobre a propriedade da terra explica o fato da doação facultativa, "contém a idéia de dom outorgado por uma parte poderosa e outra não" (p. 54) . A doação nesta forma estreita os laços familiares na medida em que o filho que recebe a pequena parcela de terra para cultivar não está desobrigado de ajudar os pais na roça familiar, destinada ao abastecimento global da unidade. Estes esquemas de transmissão tem um caráter virilocal. Excepcionalmente as mulheres permanecem morando no patrimônio do pai depois de casadas.

A transmissão do patrimônio territorial é um dos pilares da autoridade do pai. Em diversas regiões, ela se inaugura, quando da permissão, por parte do pai, a um filho homem que vai casar-se de construir sua casa dentro do lote paternal, com direito a uma parcela de terra para que plante em benefício da nova família nuclear em formação. É um "direito" ou "presente" que o pai dá ao filho: "a idéia de dar um presente ao filho...contém a idéia de dom outorgado por uma parte poderosa a outra não" (MOURA, 1978, p. 53) . Este ato contribui para o estreitamento das relações familiares já que o filho que passa a cultivar pequena parcela de terra (dada) pelo pai, se obriga a ajudar os pais na roça seja ele casado ou não. O pai de idade avançada pode solicitar eventuais trabalhos ao filho (um plantio, uma colheita). Estabelece-se assim um tipo de contrato pai-filho que contribui fundamentalmente para que haja uma coesão familiar sob a hegemonia do pai.

Em Itinguçu com a criação da EEJI a autoridade do pai sobre a propriedade da terra é transferida para a Administração e com isto afrouxam-se os laços na relação pai-filho, minando a liberdade de escolha do chefe de família. Não é permitido, ao jovem adulto, estabelecer-se na área da Estação Ecológica. Ao constituir nova família, deve retirar-se da área.

Com a criação da EEJI ficaram comprometidas as regras camponesas da distribuição de terra, a reposição do patrimônio que assegure a realização da condição camponesa às gerações que atingem a maturidade e a nubilidade.

Para que isto aconteça é necessária a autoridade do pai sobre a propriedade de terra, o que hoje não acontece em Itinguçu. Com a instalação da Estação Ecológica os “posseiros” do local viram desvanecer seus sonhos de legalizarem suas posses, transformando-se em “proprietários” e a coesão familiar que poderia advir do estabelecimento dessas relações em função da terra deixa de existir.

Em Itinguçu existe a herança do direito de morada quando da morte de um “sitiante”, o mesmo ocorre com relação ao direito de manter o “estabelecimento” comercial – a barraca.

Considerando-se que a realização da condição camponesa só é factível através da reprodução da base econômica, o patrimônio, a terra, tem-se que em Itinguçu, além da indivisibilidade e da condição instável do posseiro, a condição de Unidade de Conservação contribui para essa não realização.

Desfazendo-se o forte elo que existe internamente às famílias em razão das transações sobre a terra, afrouxa-se a valorização familiar fundada na economia coletiva da sobrevivência. Na tensão entre as exigências à reprodução do camponês e as possibilidades que o sistema envolvente tem de absorvê-las de acordo com seus interesses, surgem as possibilidades de vigência de outras soluções internas à unidade familiar, numa lógica própria e regras peculiares. Na imposição de regras externas impostas que restringem as possibilidades, como é o caso da Estação Ecológica, a busca interna se desloca para fora da família, proliferando a idealização

de alternativas individuais de reprodução, de preferência não agrícolas. Aí o comércio e as atividades relativas ao turismo local desempenham um papel fundamental.

A estrutura capitalista no campo é de tal forma organizada que determina a forma de inserção em seu universo. Em estando definido o instrumento pelo qual as relações nesse sistema se estabelecem – o dinheiro –, os novos sujeitos sociais, os consumidores devem possuí-lo sem o que a inserção não se realiza. Não importa se camponês, posseiro, parceiro, trabalhador assalariado. A posse da renda, necessária para as aquisições, o colocará ou não em condições de comprar. Estabelece-se assim uma sujeição do camponês na forma possível de “trocas” apenas através da moeda. Daí sair ele em busca da moeda, mesmo com o comprometimento da organização e da estrutura social vigente. É o que acontece de fato com os agrupamentos de sítiantes, posseiros que tratamos aqui que hoje vão em busca e se ocupam de atividades relacionadas ao turismo: guias, “tomadores de conta” dos carros estacionados, etc.

Considerando-se o papel dos indivíduos, a posição e as relações de uns com os outros entre os moradores de Itinguçu ao longo de aproximadamente 30 anos, observam-se importantes mudanças na estratificação social.

Inicialmente eram apenas migrantes em busca de um lugar onde pudessem desenvolver a agricultura que garantisse a sobrevivência da família. Estabelecidos na área, produziam praticamente tudo o que necessitavam: arroz, feijão, cana, milho, mandioca, banana, etc. Da banana passaram a fazer o comércio que atraiu outras famílias para o local. Já na década de 80, com o declínio da produção comercial da banana, alguns moradores iniciam-se no comércio de comestíveis para turistas que visitavam o local, como alternativa de renda. Da venda em caixas de isopor e

caixotes passam a se estabelecerem-se em barracas mais amplas e fixas. Nesse momento verifica-se uma diferenciação interna importante entre os moradores. Um grupo permanece apenas como agricultores que deixam de produzir comercialmente para dedicarem-se apenas à agricultura de subsistência e outro sobrepõe sua condição, eles permanecem como agricultores mas são também comerciantes que conseguem obter uma renda além da agricultura. O mesmo princípio de posse que serve de base para o sítio passa a valer para as barracas, com um agravante, o número de barracas permitido é mais limitado. Apenas 5 famílias podem se estabelecer como comerciantes "barraqueiros".

À medida em que a visitação à Cachoeira Paraíso aumenta, aumenta a pressão dos moradores para obter autorização para colocar "barraca". Surgem dentro do núcleo outras funções direta ou indiretamente derivadas do turismo como as atividades de "guia", "guarda de carros" estacionados, desempenhadas não só, mas, principalmente, por crianças e jovens. Ao mesmo tempo os posseiros que possuem comércio passam a "contratar" os demais seja para tocar a sua roça, já que seu tempo é ocupado com as atividades de comércio, seja para serviços domésticos e mesmo de auxiliar na barraca nos períodos de maior movimento - feriados, fins de semana, férias.

À medida em que a área vai sendo ocupada com moradias para fins de semana e férias, surgem as atividades de caseiro, diaristas domésticas.

Face às restrições à produção comercial da banana impostas pela criação da Estação Ecológica (proibição da utilização de adubo, limitação da área plantada, etc.), com as exigências do mercado (padrão de qualidade, preço competitivo, etc.), e com uma desfavorável relação custo-benefício da produção decorrente das dificuldades de transporte até o mercado, vai sendo minada a atividade em contraposição ao

crescimento da exploração do turismo local de tal forma, que esta atividade acaba por se sobrepôr à da produção agrícola, passando ao centro da economia local.

Com tais alterações definem-se novos estilos de vida. Os produtos consumidos anteriormente provenientes da agricultura local gradativamente passam a ser substituídos por outros comprados em supermercados na cidade. É o caso da produção de arroz, feijão, cujas dificuldades não compensam seu cultivo.

Os moradores de faixa etária superior a 40 anos não têm atualmente qualquer perspectiva ocupacional fora do local. Mesmo dentro de Itinguçu limitam-se à sobrevivência estrita, seja plantando para a subsistência ou para um comércio incipiente; seja pegando alguma empreita local. A geração dos jovens moradores é a que se apresenta mais problemática. Não tem escolaridade, nem qualificação profissional suficiente para se inserir no mercado de emprego urbano mais próximo (Peruibe). Internamente ao bairro não têm inserção também. Não podem se constituir "posseiros", agricultores, dadas as limitações impostas pela legislação da Estação. Restam-lhes gravitar em torno dos pais seja no sítio, seja nas barracas. Disto resulta um grupo de indivíduos sem ocupação e perspectiva mas com expectativas de sociedade moderna que não raro acabam enveredando para condutas "impróprias".

Muitos moradores mais velhos recebem ajuda dos filhos para poder se manter. Hoje "eu não ganho nada, sou aposentado...faz uns dois anos que eu não pago mais a aposentadoria, paguei 30 anos de INPS, mas só faltam mais 5 anos. Mas agora eu não tenho mais dinheiro para pagar...também quanto é que vai dar isso"?

"Agora acabou tudo, tá uma miséria, gente morrendo de fome. Eu vivo aqui porque nos meus filhos me ajudam. Eu tenho esse açougue que era da

minha esposa, até hoje é arrendado, não vendi. É assim que eu sobrevivo" (A M. D., 62, Itinguçu, 2000)

Pode-se afirmar que os moradores de Itinguçu se encontram hoje numa situação de crise em muitos aspectos semelhante à verificada por camponeses à época do desenvolvimento da grande propriedade agrícola e da industrialização, no que se refere à necessidade de migração e de busca de novas alternativas de renda.

2 - MODO DE VIDA DE ITINGUÇU

O modo de vida dos moradores de Itinguçu combina as formas características dos agricultores das regiões de onde vieram com as típicas encontradas e as construídas ao longo desses anos em que habitam o local. Durante o período em que ali vivem importantes transformações ocorreram nas práticas da agricultura familiar, no extrativismo, na caça, na pesca, tanto quanto na introdução de atividades não agrícolas, estas relacionadas com o turismo local.

Os moradores de Itinguçu não têm hábitos e horários homogêneos e definidos. Diferem dos moradores urbanos de tomar café da manhã. O pão é substituído pela mandioca e o café pode ser substituído pelo chá. O horário de comer é quando têm fome.

O tipo de alimentação é típico da região de origem. "sou nortista, gosto de comer uma comida forte, feijão, carne seca, pé de porco, lingüiça, arroz, cebola, alho...", mas não dispensam a praticidade das massas "quando a gente quer uma coisa rápida, de noite, faz uma sopinha de miojo". A mandioca substitui o pão.

Quem tem comércio nas barracas tem que dormir nas mesmas.

"Oito horas eu venho do meu sítio e venho dormir. Aqui não pode abandonar porque não pode fechar, então fica tudo a vista. Se eu não achasse a filha de Deus que veio trabalhar comigo..." (G.P.S., 60, fev 2000)

Algumas mulheres, além dos afazeres comuns da casa, costumam.

O dia da família Itinguense começa por volta das 5 ou 6 horas da manhã e termina por volta das 20:00 horas.

Nas casas em que tem crianças na escola a rotina se orienta pelo horário das aulas. Aí tem horário certo para almoço. O almoço se dá lá pelas 11:00horas e a janta, por volta das 19:00hs., "se tiver na hora jantam todos, se não, cada um vai esquentando o seu".

A maior parte das casas não tem energia elétrica. Por isto usam lampião a óleo diesel, lamparina ou mesmo vela. À noite jantam e vão dormir.

A mulher também se encarrega de cortar a lenha juntamente com os filhos.

Os filhos mais velhos solteiros dividem as tarefas do sítio com os pais, pois emprego é raro no local.

"No momento estou sem emprego. Aí eu fico cuidando do sítio do meu pai...cuidando da roça, limpo o mato. De vez em quando vou pescar (de vara) no rio." (I.B.R., 30, 2000)

"Eu acordo, eu vou imaginar ainda, porque sítio, sabe como é que é, sítio cê pode trabalhar quanto for, sempre tem serviço para fazer aqui. Nunca tem esse negócio, agora já acabei, agora já posso descansar uns 10 dias, não...tem mais serviço para fazer. Tem demais, né? Eu vou pensar, se eu vou carpir, se eu vou rolar umas pedras para tirar. (I.B.R., 30, 2000)

“Buscar a lenha. Não gosto de ficar sem lenha quando chove. Aqui quando chove, minha filha. Deus me livre. Chove 3, 4, 5 dias, a semana inteira. E se agente está sem lenha é um desastre. Tem que se virar no gás” (S.O.Q.S., 33, 1999).

“As vezes pinta um bico lá (Peruíbe), o carro tá com fumaça, tal e tal, e aí ele pega e fala. Aí ele me busca aqui, me leva para casa dele (amigo). Se aparecer uma pintura de casa...então, parado, parado, cê não tá, né?” (I.B.R., 30, 2000)

Foto 26 - Interior das Casas (Sítios)

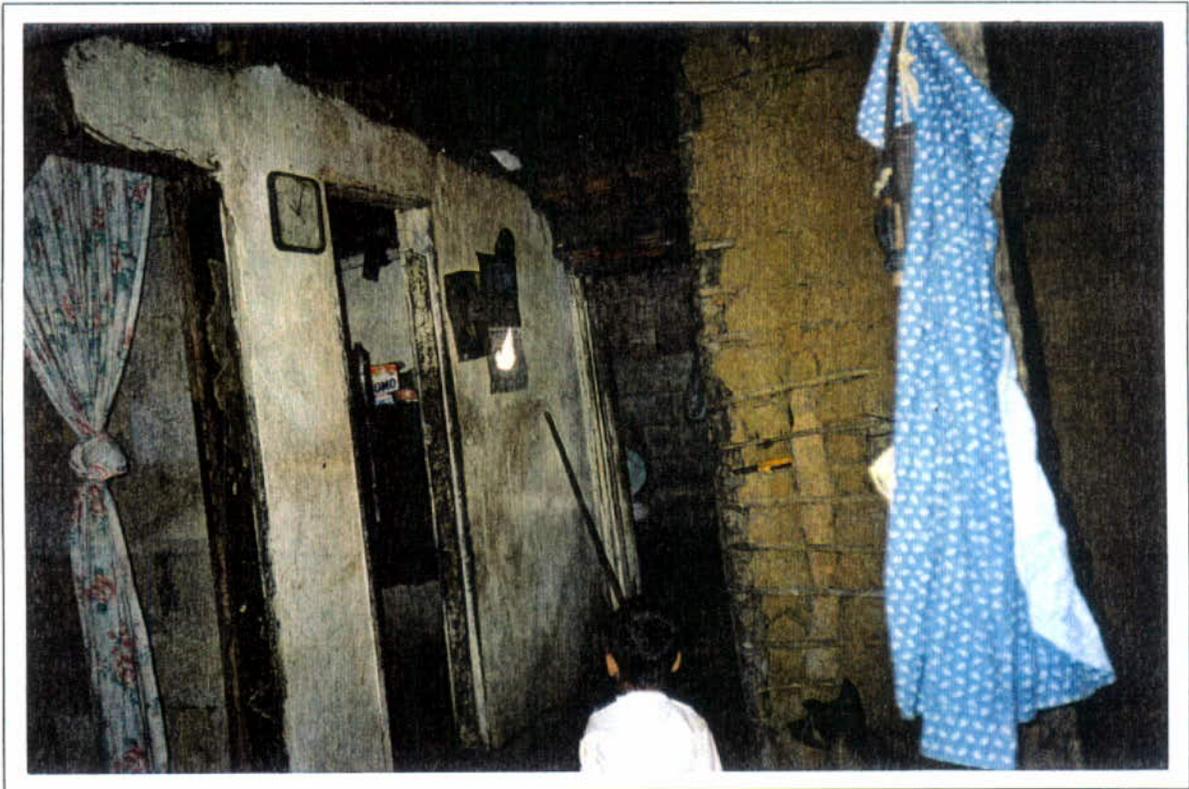


Foto 27 - Interior das Casas (Sítios)

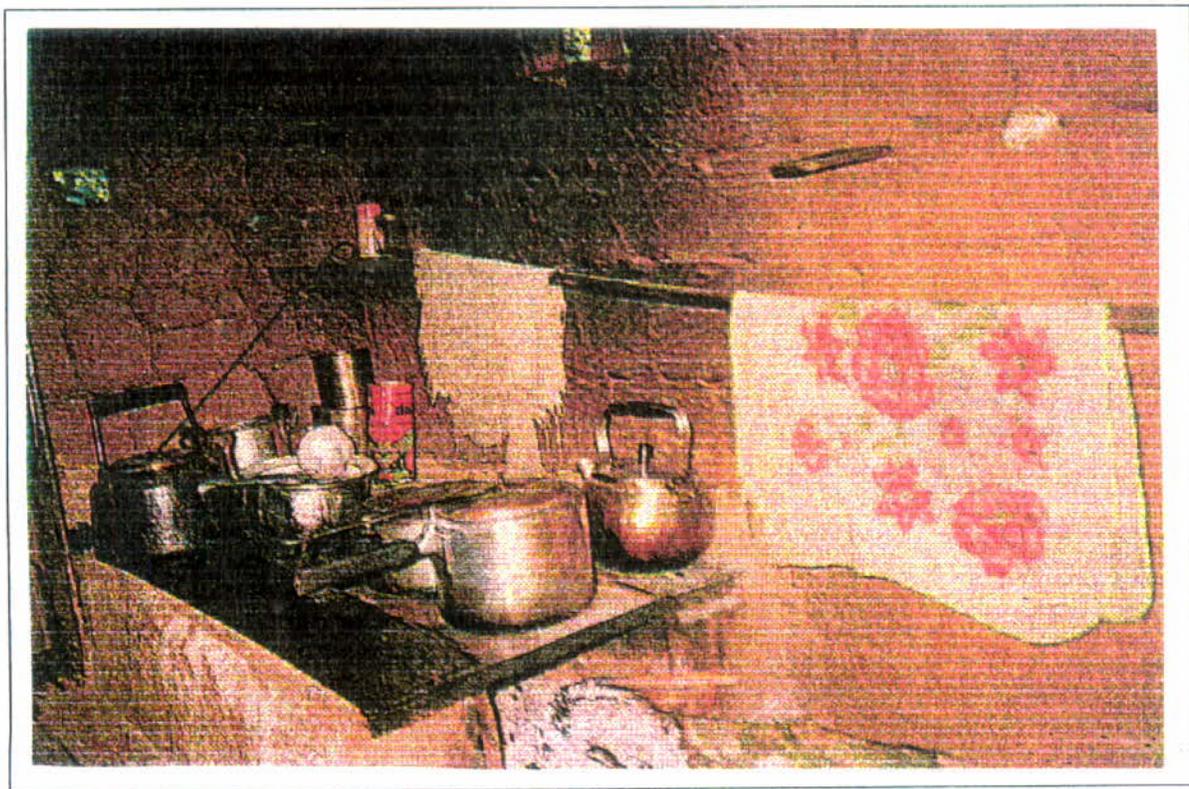


Foto 28 - Itinguçu - Mulheres Fazendo Doce de Banana - Década De 80



Da esquerda para a direita Cida, Maria Barbosa.

· Algumas mães contam com a ajuda dos filhos homens, outras não.

“Os menino ajuda, mas na limpeza da casa...muito difícil, mas de vez em quando.. porque é tudo homem. Só tem ela de mulher em casa...” (S. O Q.S., 33, Itingucu, 1999)

“Os meu tudo ajuda, quando eu quero. Eles vão tudo comigo lava roupa..o pai às vezes, quando dá na telha ele faz. Quando eu to assim ocupada ele faz. Ele dá uma limpadinha no quintal de vez em quando. Lavar roupa, de vez em quando ele me ajuda sim”.(A C.P., 47, Itingucu, 1999)

“O pai só lava roupa quando a mãe tá viajando. No cuidado das crianças só quando tá pequenininho ajuda, depois de grande...”(B.B.S. 20, Itingucu, 1999).

A maior preocupação da vida dos moradores

“é o dia a dia. O dinheiro, ninguém tem salário, ninguém trabalha. Por exemplo: meu marido não trabalha e tem dois filhos para sustentar” (S.O Q.S., 33, Itingu;cu 1999).

Há casos em que marido e mulher se dividem. O marido cuida da plantação e a mulher do comércio.

O cuidado das crianças não parece ser grande preocupação dos pais. Quando indagados sobre quem cuida das crianças a resposta vem rápido: *“a mais uma palavra, é elas mesmo”*.

3. O TRABALHO EM ITINGUÇU

Focalizar o trabalho no núcleo Itinguçú é buscar apreender, de forma objetiva, a divisão sexual e as relações de gênero subjacentes e seus significados uma vez que o modo de inserção nas relações locais de produção, comercialização ou

serviços, além das transações de parentesco definem a participação na vida social do bairro.

Na vida cotidiana dos moradores não existe separação definida entre as dimensões trabalho produtivo, mera convivência ou modo de vida. Tudo está presente ao mesmo tempo.

O trabalho em Itinguçu tem uma tradição rural, tanto os atuais moradores, quanto seus antepassados estiveram sempre afeitos à atividade agrícola. A cultura da banana foi a atividade que atraiu inicialmente seus moradores. Mas, com a inviabilidade comercial da cultura e após a criação da Estação Ecológica a atividade que mais se desenvolveu foi a do comércio para o turismo e serviços originados também desse negócio. A agricultura hoje é incipiente, não é suficiente nem para a sobrevivência da família. As necessidades dos gêneros alimentícios são complementadas com mercadorias adquiridas nos supermercados das cidades próximas, especialmente Peruibe.

Os homens estão mais ligados a agricultura. Cuidam da plantação mas têm o auxílio de outros membros da família, inclusive da mulher. Quando a família tem "barraca" dedicam-se ao comércio. Esta atividade, mais intensa em alguns meses do ano (de janeiro a março e julho), muitas vezes se desenvolve em detrimento da própria agricultura.

Os homens mais jovens que não têm sítio para plantar vivem de serviços diários que um ou outro morador paga por uma roçada, uma cerca, etc. Os que não são caseiros não têm salário. Vivem de "bicos" o que não é suficiente para sustentar uma família com filhos.

As mulheres participam da lavoura, quando necessário, dividindo seu tempo entre os afazeres domésticos, os cuidados das crianças e eventualmente trabalho de diaristas (faxinas), lavam e passam roupa, ajudam nas atividades de comércio dos "barraqueiros" o que lhes rende alguns "trocados" para ajudar nas despesas de casa, as vezes a única fonte de renda.

A idéia de encontrar uma outra forma de obter dinheiro está presente entre as mulheres, tanto quanto entre os homens.

Algumas manifestaram o desejo de voltarem a produzir o "doce de banana" (Foto 28). Na década de 80 um grupo de mulheres orientadas por um vereador e por técnicos da DPRN – Divisão de recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento produziam doce de banana para vender. Todavia a experiência se mostrou inviável após alguns meses. As mulheres ficavam horas na beira de um tacho fervente, revezando e depois para voltar para casa tinham que atravessar o rio com água até a cintura. Algumas desistiram mas o empreendimento necessitava um número "x" de mulheres para o revezamento. A atividade foi abandonada.

Assim as mulheres lavam roupa, fazem faxinas, vendem salgados ou algum alimento preparado: milho, mandioca, garapa, etc.

Quem tem "barraca" evidentemente tem mais alternativas, a mandioca que plantam vendem em porções fritas na barraca. Mas para as que não têm resta lavar roupa para aquelas que têm comércio:

"quando a temporada aperta, as barraqueiras estão ocupadas, elas pagam a gente para lavar uma roupinha, eu lavo um saco de roupa assim, até outro dia a Maria falou para mim, a Maria enfermeira do posto, ela me chama de comadre, porque ela foi testemunha de uma filha minha no cartório. Ela gosta

muito de nós, ela falou: Olha comadre, você está perdendo tempo, acabando com as costas, lavar este tanque de roupa por R\$ 10,00? Mas é roupa! A Sra. acha que eu posso lavar esse tanto de roupa, buscar lá, trazer, lavar, recolher e dobrar, só por R\$ 10,00. Se eu tivesse força de trabalhar, e tivesse quem tomasse conta da casa, era melhor ir para roça trabalhar, plantar mandioca. O que que eu faço com R\$ 10,00, pago a passagem, eu chego e compro o que? Mais caro ninguém paga. Eu falei para eles, não sei se eu vou ter mais forças para lavar roupa esse ano, mas se eu tiver não vou lavar mais por R\$ 10,00. Não tem condições. Na temporada, eles querem mandar dois sacos de roupa para cá, quem sabe dos fundamentos de casa é a mulher, tudo, que se passa dentro de casa, é a mulher, não é fácil, não. Aqui não tem o que vender, não tira mais nada do sítio, tudo é comprado” (A S.P., 54, Itinguçu, 1999)

Há mulheres ainda que não têm barraca mas vendem milho, pastel em carrinhos.

“É tem dia que levanta 5 hora da manhã. Quando for 9 hora tá lá embaixo. Deixa tudo arrumado em casa. Para poder trabalhar lá embaixo. Muito sofrimento. Dia de semana não. É mais temporada, mas a temporada foi muito fraca. Mais no final de semana. Descanso, só a noite. Só de noite, mesmo. Não tem jeito a casa não deixa. Muito serviço, muita coisa para cuidar” (S. O. Q. S., 33, Itinguçu, 1999).

“Levanto de manhã, umas 6, 7 horas e vou pra minha lavoura cuidar da minha criação, carpir...aí eu trabalho até a hora do almoço, nessa hora eu venho pra barraca almoçar e atender alguns freguês, ajudar a Rose. Aí eu torno a voltar,

lá pras 5 horas, guardar a criação pra bicho do mato não pegar, os porcos as galinhas. Recolher pra dentro das casinhas deles" (G.P.S., 60, fev. 2000)).

"6 horas da manhã, eu me levanto, e vou trabalhar um pouco, depois volto, tomo um cafezinho. Agora, acabei fazendo lanche, depois desse cafezinho, 9 horas. Trabalho mais um pouco, e cobro da mulher, me dá, me dá um lanche aí!... esse lanche ou uma sopa, né? O lanche...que seja um bife. Aí, retorna, meio dia, meio dia e meia, uma hora, volta pra comer, almoçar, arroz, feijão...Nesse horário, aí almoça todo mundo junto. Às vezes nem sobra feijão, às vezes, a batata, a mandioca em lugar do arroz feijão, a gente se vira assim....ter aquele almoço, social, gostoso, precisa ter, mas a gente não pode, tem que viver como a gente pode, como a gente pode."

"E nós somos nortistas. Quando dá fome, lá no norte, no nordeste, ele rala mandioca, né? rala mandioca, torce num pano assim, bem torcida, depois desmancha aquele rolo, aquela massa, e tempera, joga um temperinho, salsinha, e faz aqueles beiju, e faz os beiju e o café já tá fervendo. Pega um café e aquele beiju, já fez um almoço, já. Trabalho na roça, perto da casa, e às vezes tá meio longe e dá preguiça de ir em casa. Eu dou um grito lá. Ó mulher, me cozinha 5, 6 ovos aí e me manda aí, faz um café e manda aqui pra mim. Aí eu largo a enxada e me sento ali, como aqueles ovinhos, farinha, tomo café,... aí eu venho só almoçar mesmo, pego meu almoço, dou um tempinho, descanso um pouquinho, e pra roça de novo. À noite se tiver uma janta que dê da gente ficá forte, tudo bem, se não tiver...fraquinha mesmo. Vou entender. Da comida, até quem chega, participa do que tiver na mesa, pode ser boa, pode ser fraca". ". (S.V.L., 65, fev 2000)

A comida é feita pelas mulheres em fogão de lenha ou gás, que é bastante economizado.

“...porque é caro e porque pra levar o gás, é nas costas, ou sei lá..., quando o carro pode atravessar, vai de carro. Se não...leva nas costas.”

A limpeza da casa é feita pelas mulheres da casa como regra, excepcionalmente os homens participam – ausência da mulher, doença, etc.

Cuidar das crianças também é atribuição das mulheres da casa, enquanto pequenas as outras “ cada qual se vira”.

A horta e a roça são mais da responsabilidade do casal, que conta com a ajuda dos filhos.

As casas, mesmo de alvenaria são construídas pelos próprios moradores.

“e Deus mesmo. Quando arrumava um pouquinho, pagava um dia para um, um dia para outro. Tinha dia que prendia até a barriga, para gente ter uma casinha. Precisava segurar, um pouquinho (para poder comprar o material). Encolhia a barriga, a alimentação, não passava fome, mas se prendia um pouquinho...para sobrar um dinheiro para pôr a telha, para sobrar um dinheirinho para comprar um tijolo e levantar a casinha. Porque nós não tinha casa. Nós morava quase no campo. Essa família no campo. Era barraco de madeira, todos no campo. A minha primeira casa foi de madeira” (S.V.L., 65, fev 2000).

Digno de nota é a dificuldade dos pais com filhos em idade escolar e adolescentes em manter os gastos com material escolar e vestuário. Observa-se uma prematura independência dos filhos criando fortes tensões pois rompe-se o esquema

de vigilância materno através do qual as crianças vão se socializando ou adquirindo os valores morais de seu grupo.

Precocemente os meninos e meninas começam a arcar com suas próprias despesas de vestuário e material escolar e eventualmente entregando alguns trocados às mães para comprar um alimento extra que enriqueça a mesa familiar. As atividades que desenvolvem para isto vão desde “tomar conta dos carros” dos turistas que visitam a Cachoeira até outros biscates, não sendo descartados os pequenos serviços a traficantes e assaltantes.

A existência e o perfil das famílias residentes no núcleo Itinguçu, tanto quanto sua organização e sociabilidade, é resultado de um processo social e econômico mais amplo, relacionando fluxos migratórios constantes com a histórica concentração fundiária do nosso País.

Durante as primeiras décadas (1970-80) a organização familiar de Itinguçu não diferiu muito da homogeneidade que caracteriza as condições de vida da população rural, no que se refere aos princípios de organização social e do trabalho, onde o grupo doméstico, a família conjugal, desempenha papel fundamental na atividade produtiva. Na atualidade, no entanto, já se observam mudanças relacionadas com o enfraquecimento gradativo da atividade agrícola e introdução de outras atividades ligadas ao turismo que geram renda.

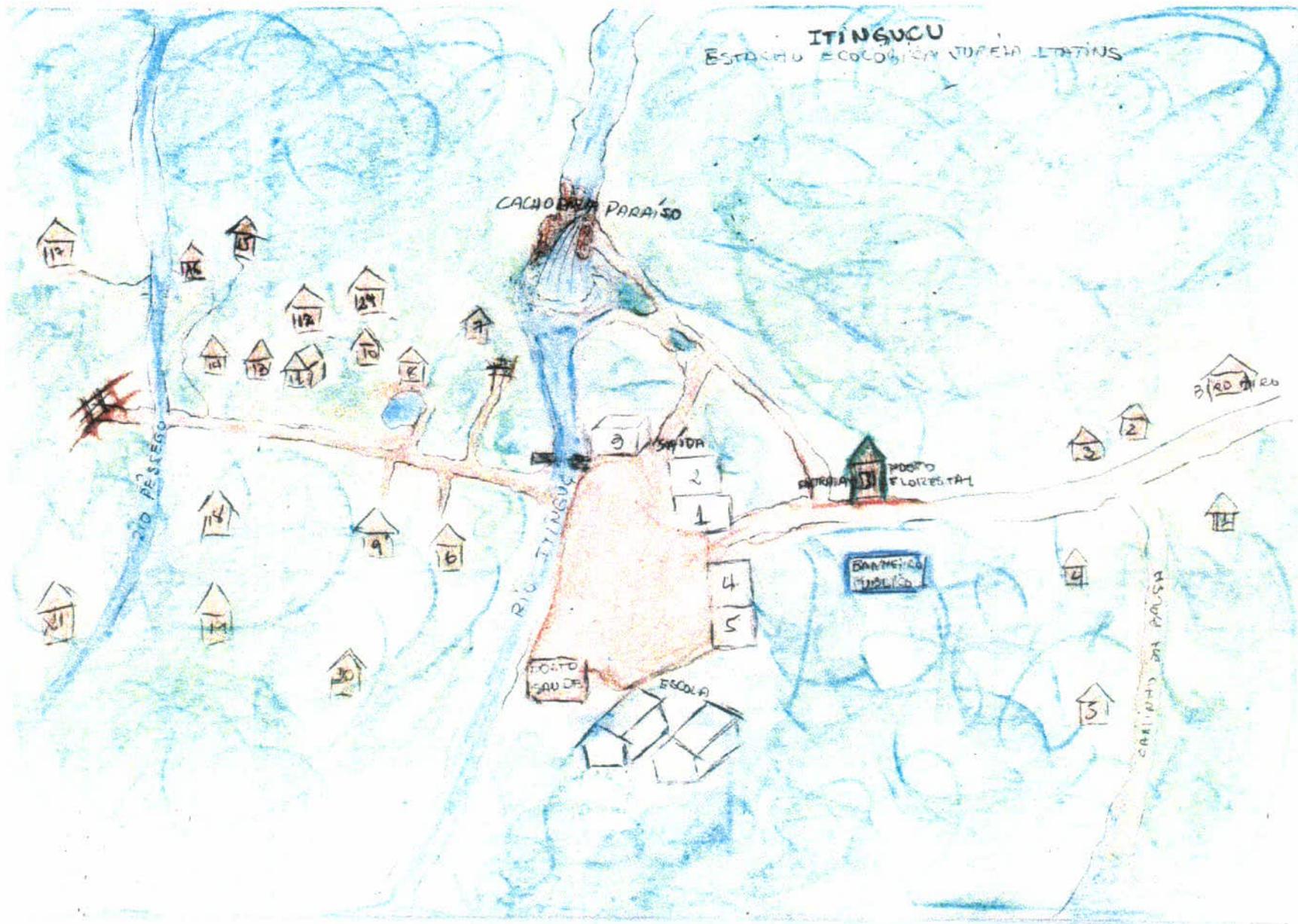


FIGURA 4 - O Bairro.

CASA 1:

Chefe : Marlene Martins, 59 anos, caseira e sitiante,

Companheiro: Rogério Ferreira de Souza, 30 anos, caseiro.

Marlene é mãe de 4 filhos vivos, 15 netos espalhados por São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Difere do perfil de mulher local. É independente, unida consensualmente com um homem bem mais novo. Tem uma visão crítica do comportamento dos homens mais velhos que bebem e não são muito afeitos ao trabalho. Tem um senso de auto-estima elevado, demonstrando auto-confiança e otimismo. Sua opção por coabitar com um homem mais novo parece estar relacionada à divisão das tarefas no cuidado do sítio em que é caseira que requer força masculina e ao seu perfil de mulher forte.

CASA 2:

Chefe : Antonio Mangueira Diniz, 62 anos, viuvo, sitiante e comerciante no próprio sítio.

Cônjuge: Joana Lacerda da Silva Diniz (falecida)

O Mangueira é pai de 6 filhos, uma mulher e 5 homens, é natural da Paraíba e veio de Pedro de Toledo, agricultor, produz banana e é comerciante. Em sua lanchonete anexa ao sítio, vende refrigerantes, cerveja, salgadinhos. Quando chegamos ao bar ele estava de bermuda e camiseta depois para a entrevista vestiu calça jeans e camisa. Foi muito simpático e bem humorado, mostrando-se receptivo à entrevista. Passa hoje somente uma parte da semana em Itinguçu nos outros dias fica em Peruibe, onde mora sua atual namorada. Continua na terra para garantir seu direito de "propriedade" caso haja alguma indenização.

CASA 3:

Chefe: José Miguel

Companheira: Maria Jerônima de Moraes, 44 anos

A Maria é Atendente do Posto de Saúde, natural de Votuporanga, veio de São Paulo para Itinguçu. Mora com Miguel com o qual tem uma filha, Vanessa, de 18 anos que mora fora de Itinguçu, com uma tia. Está terminando o colegial e vai fazer faculdade. Miguel tem dois filhos do primeiro casamento que não moram em Itinguçu. Maria foi um grande ponto de apoio para a nossa inserção no campo. Através dela fomos introduzidas aos demais moradores. Grande parte dos dados referentes aos hábitos locais e comportamento sexual de jovens e adultos foram obtidos com ela.

CASA 4:

Chefe: Ozorinho Ribeiro dos Santos, 73 anos, aposentado, sitiante, produtor de banana e comércio, natural de Barra da Estiva - BA

Companheira: Santa Cabrera dos Santos, 65 anos, dona de casa, natural do Paraguai, (não mora em Itinguçu)

Ozorinho tem um grupo familiar extenso : Arineo, 32 anos, filho; Agileo, 35 anos, motorista de excursão, filho; Zacarias, 31 anos, marinha mercante, filho; Ozorinho Filho, 27 anos, filho; Noé, 23 anos, motorista em Peruibe, filho; Angelita, 29 anos, vendedora e motorista em Peruibe, filha; Raira, 25 anos, secretária, filha; Eva, 19 anos, filha. Mas mora sozinho em Itinguçu, antes de chegar na Cachoeira (local das barracas).

Foi muito receptivo à entrevista. Muito falante, narrou sua história apresentando documentos e fotos dos filhos e da mulher. Enquanto contava suas histórias mostrava fotos em jornais e certificados indicativos de sua participação em sindicatos. Diz que já participou ativamente da política local, porém hoje nem frequenta as reuniões da comunidade.

Mostrou sua quitanda, seu quarto, guarda-roupa, seu quintal, árvores frutíferas, a horta, onde planta alho e ervas e sua arma de bolso. A entrevista foi realizada caminhando pelo terreno, enquanto ensinava como adubar a terra e plantar. Explicou como se extrai o palmito, afirmando que são necessários 12 pés derrubados para render R\$50,00, não deixando de apontar que isto é proibido. Mostrou as galinhas chocando em fornos velhos na garagem.

Ozorinho vive hoje da aposentadoria e do dinheiro do comércio. Sua filha é quem abastece a quitandinha para a venda. Não sabe dizer quanto tira por mês, e vende apenas para os moradores locais. Somente quem é da área é que sabe do seu "mercadinho". Deixa claro que já trabalhou muito naquela terra e que produziu muita banana para a Cooperativa de Cotia.

CASA 5:

Chefe: Sebastião Murilo Rodrigo de Souza, 65 anos, agricultor e comerciante

Companheira : Maria do Carmo Ferreira de Almeida, 48 anos , doméstica em Peruíbe.

Murilo tem um grupo familiar extenso: Rosângela, 15 anos, 7 série; Sueli, 12 anos, 6 série,; Ricardo, 13 anos, 6 série; Sebastião, 10 anos, 4 série,; Luiz

Alexandre, 10 anos, 4 série; José Aparecido, 18 anos, 8 série; Rogério, 18 anos, 8 série; Anderson, 16 anos, 5 série; Roberto, 22 anos; Os menores vivem com ele.

Seu sítio localiza-se no caminho para a balsa e fica um pouco mais distante da Cachoeira. Sua casa é bem organizada e limpa. Quem cuida são os filhos. A mulher não mora com eles. Rosângela e Roberto foram os informantes. Todos os filhos se responsabilizam pelo cuidado do sítio e da casa.

CASA 6 + Barraca 1:

Chefe: Nelson Silva de Oliveira, sitiante, comerciante

Companheira: Maria Aparecida de Oliveira, 47 anos, comércio, 1 série.

Grupo de Residência: Ednelson, 17 anos, 6 série, filho; Silvana, 12 anos, 3 série, filha; Eneas 10 anos, 3 série, filho; e Daniel, 8 anos; 1 série.

A Cida foi a primeira referência que tive para entrevistas na Cachoeira Paraíso. Veio de Itariri, cidade próxima. A família dela trabalhava na roça em Ribeirão Preto. O Nelson é nascido em Santos. Foi-me indicada pela Francis, e ao chegar ao local das barracas (agosto 99) quem a identificou para mim foi a Maria, Agente de Saúde. Dirigi-me à sua Barraca. A Cida estava sentada numa mesinha defronte à porta da cozinha, juntamente com um senhor idoso e algumas crianças. Apresentei-me informando-lhe o meu objetivo. Sua reação foi rápida, dizendo que eu entrevistasse "ele", pois ele é que era o dono da barraca. Dirigi-me então ao Nelson explicando-lhe o que pretendia. Repondeu-me que não tinha tempo, precisava trabalhar. Voltei a insistir com a Cida. Disse que precisava conversar com as mulheres do local e desta vez concordou. Perguntei se não havia um lugar mais sossegado onde pudessemos conversar e ela respondeu secamente que o lugar

sossegado era aquele mesmo. Preocupava-me com o numero de pessoas que iam estar presentes ao seu depoimento e que poderiam interferir nas suas respostas. Vendo que não havia outra alternativa, sentei-me numa mesinha próxima, já que na outra não havia lugar. Ela foi respondendo as primeiras indagações. Nesse clima não havia condições para utilizar o gravador. Cida levantou-se e foi até o balcão da barraca, na volta sentou-se na mesa em que eu me encontrava. Fez comentários sobre o marido, dando a entender que eles estavam se desentendendo. Logo que retomamos a entrevista o Nelson sentou-se ao nosso lado para ouvir o que estávamos falando. Procurei integrá-lo à conversa e passados alguns minutos levantou-se e saiu.

Nesse momento a Cida fez novamente comentários sobre o relacionamento deles que não entendi bem. Fiquei com a impressão que ele tinha outra mulher. Somente mais tarde, após duas outras visitas é que soube que, de fato, ele tem outra mulher em Peruíbe e que não estava mais dando dinheiro em casa.

A Cida diz que o Nelson quer que ela saia da barraca, mas ela não tem para onde ir, pois, a casa do sítio caiu e eles (Ednelson, 17 a., Silvana, 12 a , Eneas, 10 a e Daniel 8 a) dormem todos na barraca, dentro do carro, um antigo corcel azul marinho.

Em visita posterior fui bem recebida por ela. Desta vez, como uma conhecida. Cobrou-me o fato de eu não ter voltado antes. Estava mais animada. Quem não gostou muito de minha chegada foi o Nelson. Em visitas posteriores fiquei sabendo que a Cida havia entrado com um pedido de separação e estava lutando legalmente para permanecer na Barraca.

CASA 7:

Chefe: Justino Vitalino Pereira, 54 anos, agricultor, 1 série.

Cônjuge: Alaide Santana Pereira, 54 anos

Filhos: Madalena, 9 anos, 3 série; Juventino, 17 anos, 6 série; Cleusa Pereira Santana da Silva, 23 anos, casada; Deusdete, 24 anos, casado, caseiro ; Claudia, 18 anos, casada.

Residem no sítio Alaide, Justino, Juventino, Madalena e eventualmente alguma filha casada. Em todas as ocasiões em que estive em Itingucu as melhores acolhidas foram de Alaíde e mesmo de Justino. Foi a família com a qual se estabeleceu uma maior empatia entre entrevistados e estrevistadora. Nas ocasiões em que lá estive e não os visitei, sempre que encontrava Alaíde esta me convidava a lhe fazer uma visita.

Todavia, na última visita tal qual em outras não avisamos da nossa ida. Chegando próximas da casa fomos atendidas pelo rapaz, o filho. Alaíde demorou alguns minutos para chegar. Alaíde tão logo apareceu reconheceu-me e pediu que adentrássemos à varanda da casa, o que fizemos. Enquanto nos acomodávamos, conversamos um pouco com uma outra filha da Alaíde e Justino, a Cleusa, que mora em São Paulo (São Caetano), é casada, tem três filhos e o marido está desempregado. Está com a Alaíde porque não tem dinheiro para pagar o aluguel, enquanto o marido não arranja outro emprego. Ao iniciar a entrevista pensei que desta vez conseguiríamos o depoimento dela. Iniciamos com as perguntas sobre sua vinda à Juréia, como ficaram sabendo da existência da terra, etc.. Após pouco tempo de iniciada a conversa, chega o Sr. Justino à varanda. Cumprimentos e ao

prossequirmos com a entrevistada fomos surpreendidas com o questionamento do Sr. Justino sobre a finalidade de estarmos obtendo tais informações. Ao tentar explicar que era um complemento da entrevista anterior argüiu que vêm muitas pessoas pedir informações e o Estado não faz nada. Tentei prosseguir com minhas explicações mas ele interrompeu com outra pergunta. Mas a senhora é funcionária do Estado, não é? Respondi afirmativamente e a essa altura já percebendo a agressividade nas palavras de Justino. Dirigia-se à mulher, repreendendo-a pelas informações que ela estava dando e que podiam futuramente prejudicá-lo. Na eventualidade de uma CPI dizia, as informações registradas no gravador poderiam prejudicá-lo, dizia que ela não sabia direito das coisas e que precisava dar informações certas. Minhas explicações não o convenciam, se é que ele as ouvia ou as entendia. Enquanto Justino falava, Alaíde falava ao mesmo tempo. Convidava-nos a ver a horta e a entrar em sua casa, desculpando-se por ser modesta. Pensando que ir ver a horta poderia atenuar um pouco o clima, aceitei mas Justino avisou para tomar cuidado com o cachorro que estava lá solto. Mandou que o Juventino, o filho, tomasse conta do cachorro para que pudéssemos ir para a horta. Mencionei que poderia ficar para uma outra vez...mas Alaíde e mesmo Justino insistiram dizendo que não havia mais problema, que o menino já tinha resolvido o caso do cachorro. Entramos pela casa que eu já conhecia, de um cômodo que seria a sala, mas tinha cama, um corredor que tinha uma outra cama de solteiro, desse, que levava até a cozinha, saía uma porta de um outro cômodo que supostamente era o quarto do casal chegou-se à cozinha que não tinha mais que um metro de largura por 3 de comprimento, onde no canto se situava o fogão a lenha e ao lado

uma pia com água corrente. A estrutura que suportava tanto a pia quanto o fogão de lenha era feita de barro e galhos de árvores (pau a pique).

Alaíde, sempre muito gentil mostrou-nos sua horta e momentos depois partimos sem termos conseguido o seu depoimento.

CASA 8:

Chefe: Adão Gomes dos Santos 66 anos, solteiro, agricultor, originário de Minas Gerais

Grupo de residência: Adão, Mariano Gomes dos Santos, 75 anos, viuvo, aposentado Funrural, originário de Minas Gerais, irmão ; Joana Gomes dos Santos, 83 Anos, aposentada Funrural. Originária de Minas Gerais, irmã.

A entrevistada nessa casa foi D. Joana, antiga moradora que mora com os dois irmãos. Não têm comercio, vivem da agricultura e de aposentadoria.

Para realizar essa visita como as demais feitas nos sítios, era necessário atravessar o rio, a pé. Perguntei à Agente de Saúde como passaria para o outro lado e ela me apontou uns cabos de aço suspensos a uns 3 metros de altura sobre o rio, restos de uma estrutura que sustentaria uma passarela para pedestres que nunca existiu. Afirmando que é assim que os moradores e as crianças fazem para vir à escola quando o rio está cheio. Maria, certamente estava zombando de mim. Nesse momento a Cida disse que a Silvana, sua filha, poderia me guiar na travessia indicando-me o lugar onde estivesse menos fundo. Tirei as botas e meias e foi-me emprestado um par de sandálias de borracha para a travessia pois o fundo do rio é muito pedregoso e poderia machucar os pes.

Atravessamos o rio com certa facilidade com água quase até a cintura. Silvana me instruiu como entrar na propriedade de D. Joana. Com um pedaço de pau na mão de modo a que o cachorro não mordesse. Foi o que fizemos.

D. Joana foi muito gentil, recebendo-nos sem resistência. Tive dificuldade para entender o que ela dizia. D. Joana sofrera um derrame e isto dificultava a articulação das palavras. Acredito que também ela tinha dificuldade em entender-me. D. Joana viera do Costão do Despraiado, ali mesmo na Juréia. Sua família era de Minas, onde trabalhavam na roça. É aposentada do FUNRURAL, assim como Mariano seu outro irmão. Apenas Adão trabalha na roça. D. Joana lava passa, cuida da casa e da comida. O sítio tem 5 alqueires. Não tem uma opinião crítica em relação à situação, acha que tudo está bom. Poderia melhorar só se o governo desse coisas...

CASA 9:

Caseiro: José Raimundo das Neves, (Major) 47 anos, solteiro.

José Raimundo das Neves, o Major, como é chamado pelos moradores, foi o último a ser entrevistado quando estávamos do outro lado do rio. Na volta das entrevistas Marcos, do IF, nos deixou na casa dele. Entramos na sua pequena casa, onde notamos uma peça de carne pendurada sobre o forno à lenha. Enquanto fazíamos a entrevista eu tentei visualizar o local no qual ele provavelmente dormia, mas não localizei. Às minhas costas existia um quarto, porém, estava cheio de coisas. Presumi que ele dormisse no local onde nos sentamos para fazer a entrevista, ao lado do fogão. Enquanto conversávamos com Major, Marcos esperava do lado de fora.

Nesta entrevista, contou-nos ter saído de São Paulo sem comunicar à nenhum familiar para onde estava indo e que não se importa nem um pouco em morar sozinho no meio do mato.

Quando questionado à respeito da influência da criação da reserva em sua vida, afirma não atrapalhar em nada e diz que nunca o proibiram de fazer nada. A presença do Marcos, representante do IF, do lado de fora, provavelmente o tenha inibido de falar.

O perfil independente ficou ainda mais evidente quando afirmou não precisar de orientação técnica alguma para a agricultura, já que "quem trabalha na terra entende dela". Aparece ser um homem batalhador. Trabalha todos os dias (com a exceção de dias chuvosos), afirma. Mostrou-se desinteressado com a vida política de Itinguçu. A entrevista foi rápida, já que ele respondeu de modo conciso a todas as indagações. Embora tenhamos perguntado a ele, não conseguimos saber o porquê do apelido Major.

CASA 10 - Casa de Veraneio fechada

CASA 11 – Barraca 3:

Chefe : Sebastião Victor Lima (Lagoa), 65 anos, casado, sitiante agricultor, e comerciante, escolaridade 4^a série.

Companheira : Jacyra Pereira da Rocha, 55 anos, casada , do lar.

Ao fazer a primeira visita (1999), me dirigi inicialmente a Jacyra, mas o Sr. Lagoa, como é conhecido (veio de Alagoas) postou-se próximo e à medida que eu perguntava à Jacyra ele respondia. Assim, vi-me na contingência de fazer uma

entrevista com os dois ao mesmo tempo. Esta família tem uma das maiores (4 quartos) e aparentemente melhores, casas de Itinguçu. A família é bastante numerosa. Não moram na barraca que também é uma das maiores e mais bem equipadas, com sistema de som e televisão. Moram no sítio depois do rio. Aparentava uma beleza sofrida, de compleição bastante magra, com grandes olhos verdes e cabelos castanhos escuros. Portava um chapéu masculino na cabeça. Em determinados momentos demonstrava uma eloquência desconexa com frases de efeito e posturas formais incompatíveis com o visual desalinhado, beirando o caricatural. Falava muito sobre família e amor familiar.

Em outra oportunidade que estivemos com o Lagoa foi no auge da "crise" do pessoal de Itinguçu com a SMA, a Promotoria do meio Ambiente e a Ong COATI. Tínhamos acabado de saber que eles estavam sendo ameaçados de perder as barracas, ou então de terem as barracas transferidas e passarem a pagar um aluguel.

Na sua barraca, onde se concentravam parte dos que iriam participar da reunião, pediu que lêssemos um documento muito importante. Supostamente o mesmo texto que eles estavam lendo quando chegamos. Insistiu o tempo todo que esse documento merecia a atenção da pesquisa que deveríamos lê-lo e gravá-lo. O documento tratava de uma proposta política de criação de uma Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, ligado à CUT. O Lagoa disse que eles estiveram em Botucatu, participando da fundação "desse partido" e que nele estaria a "solução para todo esse povo sofrido", referia-se ao Forum Nacional da Agricultura Familiar.

CASA 12:

Chefe: Antonio Rodrigues da Rocha (Bil), casado, Guarda Parque.

Cônjuge: Maria Barbosa da Rocha, 57 anos.

Moram nessa casa além do casal, Ilmar, 30 anos, solteiro, filho, 4 série, ex Guarda Parque, desempregado. Célio, 17 anos, filho, 8ª série, Simone, 16 anos, filha, 8 série, Juliana, 13 anos, 7 série, filha.

Maria, esposa do Bil, vende pastel e garapa na alta temporada em Itinguçu. Bil era um posseiro quando se deu a criação da Estação e passou a ser Guarda Parque, funcionário da SMA, com salário mensal. Está satisfeito com o emprego já que recebe um salário (R\$ 600,00 aproximadamente). Ilmar também foi Guarda Parque, mas quando houve cortes ele perdeu o emprego. Hoje está desempregado, vive de bicos e ajuda o pai no sítio. Maria foi uma das mulheres que faziam o doce de banana na década de 80.

CASA 13:

Chefe : Antonio José de Souza Neto, 37 anos

Companheira: Selma de Oliveira Queiroz de Souza, 33 anos, 2 série.

O casal mora com os filhos Reginaldo 15 anos, Alessandro, 14 anos, William, 11 anos, Cleidilene, 9 anos, Elton 8 anos, Jonas, 6 anos, 1 série,

Selma é parente de Antonieta (2ª mulher do Adalício). É sobrinha do Adalício e do João (Barraca), do Anísio (candidato a vereador de Peruíbe) que saiu de Itinguçu e prima do Nestor.

Cuida da roça com os meninos. O marido faz empreitas e em época de temporada vende pastel e cana na Cachoeira Paraiso.

CASA 14:

Chefe: Adalício Barbosa de Souza, 59 anos, 1 grau incompleto, agricultor, natural da Bahia.

Companheira: Antonieta Costa Pires, 47 anos, natural da Bahia

O casal vive com os filhos , Alex, 14 anos, 1 série, João , 16 anos, 1 Série, Ricardo, 15 anos, 5 série, Bethânia, 20 anos, 6^a série, filha, (tem carrinho de cachorro quente) Carolina 5 anos, neta, Caique, 3 anos, neto, Mateus , 1 anos, netos, filhos de Bethânia.

Antonieta é a segunda mulher de Adalício, teve com ela 10 filhos. Com Maria Miranda teve outros dez, com idades aproximadas, do que se deduz que teve convívio marital com as duas ao mesmo tempo por um longo período.

Bethânia, filha de Adalício com Antoniera é mãe solteira de tres crianças. Vende pastel e chachorro quente em carrinho na Cachoeira em época de temporada.

CASA 15:

Chefe: Conceição Leandro Nogueira, 67 anos, viúva, aposentada Funrural.

Tem vários filhos: Eunice Aparecida Nogueira, 44 anos, 4 série, dona de casa; Edésio Fernandes Nogueira, 43 anos, mestre de barco (Guarujá); Eraldo Fernandes Nogueira, 35 anos, dono fábrica de sorvetes (Santos) mas somente Everaldo, 45 anos, mora com ela em Itinguçu. Tem estreitas relações de amizade e companheirismo com Otacílio que mora no mesmo terreno, mas em casa separada (Casa 16).

O sítio da Conceição e Otacílio fica a uns 5kms. da Cachoeira, é um lugar mais afastado localizado após a travessia do Rio Pêssego. Juntamente com Narciso são os penúltimos moradores da estradinha que sai de Itinguçu e acaba no sítio do Narciso. A realização dessa visita foi possível graças ao auxílio e orientação de Marcos, Coordenador Operacional da Estação Ecológica, Base do Perequê, que nos conduziu de jipe até lá. Não existe acesso visível dessas moradias. Apenas os locais sabem onde estão as trilhas.

Chegamos no sítio com a intenção de entrevistar Otacílio. Esse é um sítio bem isolado. Logo que chegamos pudemos ver uma casa ao lado de outra e quem nos recebeu foi o filho de Dona Conceição, que disse que seu Otacílio não estava, mas que poderíamos falar com sua mãe. Marcos é que sugeriu que a entrevistássemos, já que morava no núcleo há um certo tempo. Fomos seguindo o filho de D. Conceição, passamos por baixo de uma grande pedra e demos em um poço com uma bica construída por eles. Dona Conceição estava lavando roupa, com os pés dentro da água e logo que chegamos e nos apresentamos, se preocupou em terminar logo a sua atividade para que pudesse dar atenção à gente.

Conceição é uma senhora muito alegre e simpática. Passa muita vivacidade e força. Ela nos levou para dentro de sua casa e já foi abrindo espaço em cima da mesa para que nos acomodássemos. Pediu que não reparássemos na bagunça. Parecia muito preocupada em nos receber da melhor forma possível, ofereceu bolacha, chocolate, café e bala.

Sua casa era muito agradável, iluminada e fresquinha. Tinha dois quartos, e um deles ela afirmou pertencer a Otacílio, quando ele ainda morava com ela. Porém, hoje ele vive na casa ao lado, de pau-a-pique e menor.

Se mostrou muito descontraída contando suas histórias com uma grande empolgação e fazendo gestos ao interpretar situações vividas. Contou que viveram juntos (ela e Otacílio), mas que ele, apesar da bebedeira, da irresponsabilidade, nunca tocou um dedo nela. Falou muito de sua relação com ele, que, segundo ela, não era nada boa. Xingou-o inúmeras vezes, mas naquelas palavras havia carinho. Isso se depreendia tanto nas entrelinhas do seu discurso e na frequência de vezes que dele se referia. Insistiu para que fôssemos entrevistá-lo, já que no decorrer da conversa percebeu-se que ele havia chegado. Nos fez sentir muito à vontade, sugerindo-nos que fôssemos conhecer as praias. Pediu que quando isto ocorresse passássemos para chamá-la. Muito acessível, Conceição deu um tom de proximidade na conversa, deixando transparecer muita força e independência.

CASA 17:

Chefe Narciso Alves da Silva, 73 anos, posseiro, aposentado.

Mora sozinho, sua mulher tem 70 anos, vive em Santos, ainda trabalha. O sitio é de lazer, fica mais afastado, quando termina a estrada e consta que vez ou outra Narciso recebe amigos em sua casa para caçar, por isto é um local que oferece certo risco de entrada sem aviso prévio. Fomos também acompanhados nesta empreitada pelo Marcos, Coordenador Operacional da Base do Perequê.

CASA 18:

Walter Cândido da Silva, 49, foi amasiado tem dois filhos: Walter Junior da Silva, 11 anos e Gláucia, 17 anos, que moram com a mãe em Peruíbe. É caseiro no

sítio do Capitão onde vive sozinho. Recebe um salário dos donos, em torno de um salário mínimo, que o depositam na Caixa e cesta básica.

CASA 19:

Eliseu, 57 anos, separado, a mulher foi embora, está em Peruíbe. Tem uma filha de 12 anos que foi adotada por um obreiro da igreja. Tem irmão que mora em São Paulo. Trabalha no sítio e faz alguma empreitada. Veio da Bahia com o irmão e o cunhado.

CASA 20 - Barraca 2:

Chefe: Geraldo Pereira da Silva, 60 anos, viúvo há 30 anos.

Companheira: Rosemary Bernardes de Lima, 35 anos, viúva de Adão de Paula falecido há 5 anos.

Moram com o casal Ana Letícia de 5 anos, filha de Rosemary e Patricia, de 14 anos, adotada. Rosemary tem outra filha, Ana Carolina de 10 anos que mora em Minas com a família dela. Geraldo foi garimpeiro e hoje quando não viaja fica no sítio. A Rose cuida mais da Barraca. É Evangélica, muito eloquente e bem informada sobre saúde, educação, cidadania.

CASA 21 - BARRACA 4:

Chefe: João Barbosa, 44 anos

O João é irmão do Adalício e do Anísio, ex-morador e ex-lider de Itinguçu. Estudou até o 2º Colegial. É muito eloquente e politizado. É solicitado a liderar o grupo de Itinguçu mas tem restrições a isto. Tem uma filha com 15 anos que mora

com a mãe em São Paulo. A mulher saiu de Itinguçu quando estava grávida. A casa do sítio caiu e hoje ele nem planta mais.

BARRACA 5:

Chefe: Nestor Martins de Souza, 33 anos

Companheira: Fátima de Souza Dias, 32 anos

Nestor é filho de Maria Miranda e Adalício. É primo de Selma. Foi camelô e depois que o avô morreu substituiu a mãe na Barraca. Tem quatro filhos. Ricardo de 11 anos que mora com a sua primeira mulher em Peruíbe. Com Fátima tem 3 filhos: Henrique de 5 anos, Gabriel de 2 anos e um bebê de seis meses.

CASA 22:

Chefe: Antonio José de Souza Neto

Companheira: Selma de Oliveira Queiroz de Souza

Selma é sobrinha do Adalício, do Anísio e do João, prima do Nestor. em época de temporada põe carrinho no Largo das Barracas, para vender pastel, cachorro-quente, refrigerante, etc.

CAPÍTULO V – FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

CAPÍTULO V – FAMÍLIA E RELAÇÕES DE GÊNERO

1 . (Des)Organização Familiar

A vida familiar e de parentesco foi e é ainda o grande, o mais forte agente integrador do agrupamento humano em Itinguçú. A família²⁷ é o "locus" social, moral, econômico e político.

Por esta razão, procura-se tratar aqui da forma da interação dos seus membros, como estão distribuídos os direitos e as obrigações, as responsabilidades sobre a manutenção da prole, a transmissão da propriedade e a obediência ou desobediência à autoridade paterna. Busca-se também entender os significados da família e como se constitui e se mantém enquanto forma sinérgica de sobrevivência social.

A família e o "casamento", ato através do qual ela se constitui, é a condição do homem para ser adulto. É necessária para a afirmação da sua virilidade. Trabalhar, ter uma família, são condições necessárias. Assim, nas indagações sobre o ideal de marido entre os moradores mulheres e homens obteve-se critérios usados para bom marido: ser honesto, trabalhador, ser responsável (referindo-se à provisão da mulher e dos filhos). A moral do homem provedor é muito presente entre os valores da "comunidade", embora as uniões não sigam estritamente as normas da sociedade tradicional, seus valores são preservados enquanto ideais, mesmo que não sejam observados nas suas práticas cotidianas. Nas famílias mais jovens, entretanto, existem mulheres provedoras tanto quanto os homens, e, se

²⁷Toma-se a visão de família enquanto espaço privado e atomizado da vida social, reservado à intimidade, onde se realizam a afetividade, a sexualidade e onde se constrói a subjetividade (ALMEIDA, 1987).

comparadas com as famílias dos mais velhos, o grau de subordinação feminina é menor.

Tomando-se como referência a sociedade colonial brasileira, com sua oposição entre a grande lavoura de exportação e a economia de subsistência, em Itinguçu identifica-se a herança da economia que se estabeleceu à margem da grande lavoura. Economia esta que se constituiu na forma possível de trabalho livre. Assim com uma ampla disponibilidade de terra, ausência de capital para sua aquisição, além da incapacidade dos centros urbanos absorverem a população, só restou à essa situar-se nas margens das cidades e dos polos de desenvolvimento, como produtores independentes, isolados e, inicialmente, auto suficientes.

Não por acaso a população de Itinguçu é originária de regiões que têm por excelência a economia de subsistência: Bahia, o sertão ou o agreste do Nordeste Minas Gerais.

Na história dos moradores a família sempre desempenhou um papel muito importante. A vinda para o local, tanto quanto a permanência aí, tem como base de sustentação o núcleo familiar. A família se apresenta como o grande mediador entre o indivíduo e a sociedade assumindo a provisão de uma carência institucional não resolvida por outros agentes.

A vida familiar orientou a migração, proporcionou a integração ocupacional e a possibilidade de habitar o local. No grupo familiar partilham o espaço, as atividades, recursos e carências, mas, sobretudo, adquirem a segurança necessária para enfrentar o anonimato de um meio desconhecido.

O núcleo familiar constituído sobre a unidade de produção econômica - o sítio - com sua relativa autonomia garante aos recém chegados a solução das

questões de sobrevivência além da definição de estratégias e projetos de ascensão social e garantia de certo grau de consumo, tal qual nos fala COSTA (1993) em seu trabalho sobre trabalhadores rurais temporários na periferia de Ribeirão Preto.

Devido à precariedade da inserção no mercado de trabalho por deficiências desse mesmo mercado, falta de instrução ou de qualificação técnica para o exercício de funções, a casa dos pais é o porto seguro para o qual voltam quando perdem o emprego ou quando desfazem as uniões, em geral não legais. As famílias nucleares são extensas e a essas agregam-se parte das novas famílias constituídas em novas uniões - filhas descasadas e netos, principalmente.

Para aquelas famílias que têm em suas atividades a combinação de sítio e o comércio das "barracas" há uma margem de renda maior para atender as necessidades familiares.

A maior parte dos moradores une-se consensualmente. São raros os casos de casais legalmente unidos. Não tão raros são os casos de maridos com duas famílias constituídas, simultaneamente, com filhos em ambas com as mesmas idades.

Dada a condição restritiva de uma Estação Ecológica, impedindo a construção de novas "residências", os filhos que se casam não têm o direito de edificar uma casa para si, restando como alternativas sair da área ou morar nos mesmos cômodos da casa originalmente concebida para a primeira família, já bastante exígua. Daí a afirmação dos moradores de que quem casa deva sair de casa, numa alusão à necessidade de se estabelecerem independentes dos pais.

Nesta disposição familiar o "posseiro" é o chefe da família. A sua condição de oferecer uma casa que abrigue a todos coloca-o numa posição hierarquicamente

superior. Ele é autoridade, secundado pela mulher, mas ao mesmo tempo vê limitada sua autoridade quando é forçado pela circunstância a receber um filho ou uma filha casada para morar em sua casa. Nesse momento dividem-se as opiniões entre o marido e a mulher. Geralmente a mulher é favorável. Para o chefe de família, que já luta com as dificuldades de sustentar sua família numerosa com o produto do sítio, coloca-se a situação difícil não ter como sustentar um número maior de pessoas, fragilizando sua condição de chefe.

A situação de escassez de moradia, de terra para plantar, de ponto para o comércio é motivo de inúmeros conflitos familiares dentro dessas famílias extensas. Leva também à busca de outras formas de sobrevivência nem sempre aprovadas. Não raro os filhos se iniciam no descaminho das atividades marginais. A falta de perspectiva para os jovens muitas vezes induz a delinqüência e uso de drogas.

A ocorrência de sérios conflitos entre membros das famílias observadas nem sempre são mencionados, mas pôde ser detectado através do cruzamento das informações.

O direito de posse é uma das principais razões dos conflitos familiares:

“O certo dessa barraca, o certo mesmo dessa barraca, seria ir pra D. Margarida, se a velha estivesse aí, qualquer filho de Benedita que viesse aí, fosse aí ajudar a vender o milho, uma coisinha, ela não ia empatar, só que aí entrou esse aí, ele não deixa nem a própria mãe entrar dentro. Quanto mais os irmãos, os sobrinhos lá não pode entrar, por que se entrar tá roubando. Pra ele né” (M.J.M., 44, 1999)

A conduta desviante dos filhos é, na maior parte das vezes ocultada pelos pais. Há casos de famílias muito extensas onde tais condutas foram absorvidas pela

família que se fecha e se defende, estabelecendo uma solidariedade no âmbito restrito do grupo doméstico. Outros casos existem, entretanto, onde os desvios são claramente apontados pelos familiares e, ainda, casos extremos em que o pai denuncia o próprio filho.

A rede de relações primárias, sobretudo do agrupamento doméstico revela-se de diversas formas nos depoimentos e estratégias de sobrevivência elaboradas pelos entrevistados. Os dados mostram um predomínio da família organizada em padrões tradicionais quanto a atribuições de papéis e lugar ocupado pela mulher no conjunto familiar entre os mais velhos.

As uniões consensuais parecem indicar uma transitoriedade relacionada a condição de moradores de uma Estação que, legalmente, não deve conter moradores, mas tem moradores, que não pode extrair palmito, mas na prática o palmito é extraído. Sugere a mesma transitoriedade dos laços que possuem com a terra. O que define sua condição de direito não é a lei mas a posse. A posse, a ocupação efetiva é que define a sua condição de morador agricultor. É um raciocínio coerente com o princípio que move a união não legalizada. A vida em comum, a constituição de uma família confere o estado civil "casado/a". A existência de filhos, associada ao projeto de vida comum consolida este estado. Todos os entrevistados, homens e mulheres, declararam-se "casados", embora apenas dois possuam o registro civil.

Os interditos que cercam a sexualidade hoje são frouxos. Não há notícias de reações paternas mais graves diante da iniciação sexual das meninas jovens, fato comum. A fuga é um recurso utilizado pelos jovens para "casar".

Essa transgressão sexual dos jovens não indica a alteração das regras de conduta tradicionais presentes e simbolicamente fortes entre os mais velhos no que se refere à subordinação da mulher ao homem.

A maior parte dos homens não só de Itinguçu mas da região são solteiros, mas têm uma ou duas famílias.

Os desentendimentos nas famílias assim constituídas se dão entre os filhos de uma e de outra por causa de "direito de herança da posse". Quando vivem em casas separadas, os filhos de uma freqüentam a casa de uma e outra sem problemas .

Nessa organização familiar há casos em que o marido não sustenta nem uma das famílias. As mulheres é que trabalham para se manter. Em outros o marido dá o dinheiro para a mulher mais recente, enquanto a anterior tem que brigar para obtê-lo. As mulheres do primeiro casamento são em geral ajudadas pelos filhos mais velhos, que também ajudam o pai.

Na vida familiar Itinguense predominam os traços da organização tradicional, que estão intrinsecamente relacionados às formas que toma a organização econômica. A agricultura familiar de subsistência desempenha um papel importante na manutenção desses moldes. Mesmo os que vivem do comércio têm o negócio na forma familiar, revezando-se nas barracas: pai, mãe, filhos. A economia familiar, traço característico marcante, é o comportamento padrão. Todavia já se notam adaptações dessas formas tradicionais aos novos valores disseminados através dos meios de comunicação e às novas formas de obtenção da renda, principalmente entre os jovens casais.

A união consensual, tal qual o casamento nas sociedades tradicionais, é um ato de interesse econômico e sexual e o primeiro passo para a vida adulta. E não existe maior constrangimento quanto ao fato de não serem legalmente casados, embora se observem contradições quanto à valorização desse ato social, como denotam os depoimentos das mulheres.

Nota-se a coexistência dos valores tradicionais - numa alusão à divisão sexual do trabalho, onde o homem é o provedor e a mulher, responsável pela casa e o cuidados dos filhos - e a modernidade das relações, onde a liberdade sexual é admitida pelas mulheres mais velhas às jovens tanto quanto a necessidade feminina de ter um homem.

A vida conjugal dos Itinguenses é marcada pela troca de parceiros ao longo da vida. Espancamento e ameaças são recursos que mantêm a sujeição feminina.

No "casamento" o homem goza de considerável liberdade de movimentos incluindo-se transgressões de caráter sexual. Antonio Cândido referindo-se à vida do caipira aponta algumas características aqui também encontradas, como o aspecto econômico das uniões dos sexos. A união dos sexos é a primeira forma de auxílio mútuo na lavoura e também a forma para a constituição de novos núcleos familiares. A união consensual é uma aliança que não só funcionou bem em Itinguçu, como se constitui na única forma de viabilidade da organização familiar. Igualmente a facilidade de uniões novas e livres, admitidas socialmente, facilita a manutenção do equilíbrio necessário. Daí não ser incomum a troca por parceiras mais jovens, que tenham boas condições físicas para auxiliar na lavoura.

A criação da EEJI, ao retirar dos posseiros a perspectiva de ter uma propriedade, de exercer as atividades de extração e agricultura comercial, alterou a

coesão familiar. Em suas relações com o meio externo muda a sua condição de morador para transgressor, e internamente à família, fragiliza o papel do chefe, enquanto provedor e autoridade.

Em alguns casos a criação da Estação promoveu a expulsão de moradores como o depoimento que segue:

"A SMA fechou a porta de sua casa. Para você não morrer de fome você vai ter que procurar um meio de viver. E o meio que eu achei foi vir para a cidade (Peruíbe). Eu fiquei aqui, uns 3 anos sofrendo aqui na cidade, porque não tem outro meio de trabalho. Nosso recurso é a construção civil. Quando eu morei lá, esses 7 anos que eu morei lá, nunca pedi nada pra ninguém, vivia sob o sustento dali mesmo, tinha meu caminhão que me servia e servia os próprios moradores dali". (A. B.S, ex-morador de Itinguçu,2000).

A dinâmica familiar em Itinguçu processa-se através de tendências de aglutinação e dispersão, dependendo da maior ou menor autonomia econômica dos jovens adultos.

As novas famílias que se constituem apresentam características diferentes das famílias mais antigas. Primeiro, porque não têm a base econômica em torno da qual se aglutinam todos os membros. Os jovens casais iniciam suas vidas sem ter uma terra que lhes garanta a sobrevivência. Quando permanecem no local se empregam como caseiros nas casas de veraneio existentes. Essas oportunidades, no entanto, são restritas e insuficientes para atender toda a demanda. Há casos em que os jovens adultos permanecem em situação precária de emprego. Fazem bicos nas barracas, em época de temporada, arrumam uma cerca ou qualquer outra coisa em troca do pagamento de uma diária que varia de R\$5,00 a R\$15,00. Esses

expedientes para obter recursos são instáveis e precários, insuficientes para a manutenção de uma família.

As relações sexuais que antecedem às uniões não legais predominam no grupo sem que isto represente qualquer motivo de vergonha. Ao contrário, a transgressão dessa sanção social, que legitima as relações entre os sexos, esse modelo alternativo de casamento é o comum.

Mesmo no caso de mulheres cujos maridos possuam simultaneamente outra família, a ausência da formalidade do casamento não interfere na "legitimidade" com que se referem ao "marido". Ambas sabedoras da existência uma da outra se dizem mulher de "fulano". As uniões representam uma oposição entre as leis e as normas de um lado, e a prática, de outro.

Os motivos pelos quais as mulheres são abandonadas não ficam claros, mas o que se observa é que as mulheres são substituídas por outras mais jovens, sugerindo que a existência da mulher está associada à noção de força de trabalho.

O amasiamento significa ser mais uma situação de subordinação da mulher nesse grupo a condição de não ter o direito da segurança advinda da situação legal. Tais circunstâncias são encontradas em casais em que a mulher se aproxima mais do padrão tradicional de segundo sexo, por isto, complementar e onde a autonomia (social e econômica) mínima inexistente.

Da perspectiva do homem, o casamento legal é sinônimo de "pensão":

"o juiz tá lá parado, esperando...ninguém vai lá para assinar nada...e o medo? É só assinar que já era...e tantos caras aí dando pensão...e cara foi reclamar e o advogado falou: a pensão está assinada, é por lei.." E.F., 57, Itinguçu, 2000).

A segurança de um casamento legal desejada por algumas mulheres refere-se às questões do patrimônio. Como a existência de mulheres e filhos de outros casamentos é recorrente, a preocupação das mulheres é em relação à partilha dos bens.

"para mim...o casamento não seria importante, só a única coisa que seria importante, seria assim, por exemplo, ele tem os filhos (de outra mulher)...se eu fosse casada com ele as coisas dele seriam só minhas, mas eu acho que agora, mesmo se eu casar com ele, acho que os filhos dele tem o direito, porque é filho dele registrado no nome dele, entendeu, só nessa parte aí..."
(M.J.M., 44, moradora, 1999)

Embora o comum na cultura local seja a união consensual o casamento legal é uma idealização que mesmo não tendo sido atingida permanece como desejo que se realize para os filhos:

"Hoje eu tenho uma filha, eu fui criada nessa geração, eu não acatei, fugi, sou amigada...só que eu criei uma filha, só que eu não aceito minha filha nessa situação...eu acho o casamento importante". (M.J.M., 44, moradora, 1999)

Paralelamente a persistência de comportamentos tradicionais da família e à dominação masculina, na prática, o desempenho das mulheres, tal qual se observa em outros agrupamentos, não tem diferenciação da do homem. A organização familiar desempenha função econômica importante pois as famílias extensas encontradas dependem dessa organização. Assim é comum haver um chefe que reúne em sua casa e ao seu redor os filhos e netos. Apesar de responderem que

quando se casam os filhos saem para morar em outras casas, observa-se com freqüência os netos morando ou sendo criados com os avôs.

Os valores e a autoridade do chefe da família coexistem com as uniões não legais dos filhos e com o acolhimento dos netos na moradia, o que denota um afrouxamento dos valores tradicionais no que se refere à sexualidade das jovens. A maternidade nem sempre é acompanhada da união, seja legal, seja consensual.

O ponto inicial de uma família é a escolha do cônjuge. Observa-se nesse grupamento que casar é necessário dentro das condições de vida sexual vigentes no meio. Só que os jovens se amasiam, tanto quanto os mais velhos. A iniciativa de escolher o cônjuge é dos próprios interessados, embora algumas famílias tenham declarado que a decisão é conjunta. Em muitos casos os cônjuges são da própria região e mesmo do núcleo. Há freqüentes casos de fuga para definir uma situação marital.

Não foi observada a existência de algum tipo de preconceito em relação à escolha dos cônjuges (cor, religião, etc.), nem a condição ou condições necessárias para isto, mas existe um ideal de homem e de mulher para fins de "casamento". Em famílias com laços de amizade pode haver o início das conversas e pretensões através dos pais, mas a união só se define com a decisão dos diretamente interessados.

As relações maritais do primeiro "casamento" podem persistir sem reprovação social explícita ou restrição social do grupo local. Os filhos se criam em ambas as casas e o dono transita de uma para outra, e como não são casados legalmente, não se distinguem os filhos legítimos dos ilegítimos. Conflitos podem surgir com relação aos direitos sobre os bens e sobre a posse da terra.

A constituição de uma nova unidade doméstica traz vantagens para os homens e permite preservar a sua liberdade de movimentos, com transgressões de caráter sexual, mas, sobretudo, com solução das necessidades básicas cotidianas: local para dormir, comer, roupas limpas, etc.

Do ponto de vista econômico, representa um auxílio mútuo. As uniões livres de casais servem para corrigir a fragilidade individual ante uma sociedade que não oferece oportunidades para o exercício da cidadania. Como não há condição do pertencimento enquanto cidadão, o acasalamento, mesmo que livre, confere uma identidade, um papel dentro da família que se constitui. Pertencer a uma família é uma forma de busca de uma identidade social.

A fecundidade das mulheres no núcleo é alta. Entre os antigos moradores, as famílias são numerosas já que não existia nenhuma restrição ou controle da natalidade. Já as novas famílias que se constituem apresentam características diferentes no que se refere ao número de filhos, já fazem o controle da natalidade; as mulheres não se sujeitam a continuar casadas quando seus maridos são violentos.

Pelas características encontradas em Itinguçu pode-se deduzir que as já sérias alterações que vem ocorrendo deverão se acentuar caminhando para a desorganização familiar pois a base econômica de sustentação está ruindo. As famílias antigas que já não conseguem sobreviver da agricultura e ainda agregam ao seu redor as famílias dos filhos que não conseguem autonomia.

A essas alterações do abandono gradativo dos valores norteadores das famílias, agrega-se a introdução de novos valores disseminados na sociedade abrangente e novas necessidades veiculados através dos meios de comunicação e

outros compatíveis com as novas "oportunidades" econômicas, isto é, as atividades não rurais.

O que se observa em Itinguçu é uma mudança da estrutura social calcada no trabalho familiar, na terra, na agricultura de subsistência substituída pelo comércio e serviços temporários apenas para pequena parte dos moradores, sem perspectivas futuras. Observa-se, também, a mudança gradual do quadro referencial de valores de uma sociedade como que numa adaptação à realidade diversa e adversa onde esta se aplica. Assim os princípios estruturais permanecem como modelo: o casamento, a herança do "patrimônio", os direitos e deveres contidos nas relações inter-família só que, adaptados aos impedimentos práticos e concretos. Para o casamento tem-se o amasiamento, para a propriedade tem-se a posse e a transmissão de seus direitos, para o trabalho tem-se as novas atividades não rurais como: "guardadores de carros", guias, etc. A composição familiar não se constitui mais no modelo tradicional. As famílias hoje agregam outras famílias "quebradas", filhos de maridos diferentes, filhos de mulheres diferentes, reunidos num mesmo núcleo residencial. Além destas há as famílias chefiadas só por mulheres, chefiadas por homens sós, e "marido" e "mulher" morando em casas separadas. No núcleo estudado há, também, pessoas que buscaram o isolamento, homens e mulheres que não se casaram novamente.

Com todas essas mudanças nos valores, trazidas pela flexibilização e instabilidade do trabalho hoje, mesmo assim, a família permanece como símbolo moral de referência, o lócus da segurança não só material, mas sobretudo emocional.

2. Casamento, maternidade, sexualidade

Pode-se dizer que em Itinguçu a vida conjugal representa uma situação desejada e imposta pelas condições econômicas e pelos valores no grupo de moradores. É também uma condição de estabilidade e segurança para a viabilização do projeto de vida: a autonomização dos indivíduos em relação à família.

As uniões consensuais, em sua maioria, é a regra local, isenta de desconsideração ou discriminação. Entre as mulheres observa-se maior desejo de que a união seja legal. Uma interpretação possível para isto é que seja devido à condição instável de sujeição e pelo grande número de filhos e ausência de outras alternativas de ganho ou sustento.

O casamento para as mulheres tanto quanto para os homens de Itinguçu significa adquirir autonomia sexual e existencial em relação aos pais. Significa a aquisição do estatuto de adulto.

Tal qual acontece no resto do País (QUINTEIRO,1990), observa-se o abandono do modelo nupcial tradicional - onde o namoro e o noivado que o antecedem servem para dar conhecimento um do outro. Neste caso "primeiro vivem juntos, depois vêem se dá certo" - e proliferam os arranjos conjugais alternativos. Embora consensual quase na totalidade dos casos, esse tipo de união representa tanto uma situação imposta pelas condições econômicas quanto pelos valores grupais. O casamento é a forma de manter a organização familiar e a estrutura que garantem a sobrevivência dos moradores de Itinguçu.

Na escolha do cônjuge, início de um novo núcleo familiar, observam-se critérios de ordem pessoal. Os casais se constituem, sem registro civil, nem festa. Existem casamentos entre a vizinhança mas não é a regra e não há imposição da

vontade do pai, "elas mesmo é que escolhem". Na opinião dos chefes da família um bom pretendente deve ser trabalhador, não deve judiar da mulher, deve ser responsável: "que cuide da mulher, que dê conta do recado, não que depois largasse, ficasse falando aí da pessoa".

"Acho que a gente para casar tem que saber primeiro o que vai fazer, porque depois voltar atras, não dá certo." (M.F.V.L., 21, caseira, Itinguçu, 1999).

Uma interpretação possível sobre esse processo de união é que, devido à precariedade das condições dos pretendentes, não podem oferecer a provisão necessária a uma família (falta de emprego, residência, etc.); o costume é criar uma situação de fato cuja solução seja morar juntos, muitas vezes na casa dos próprios pais. Não raro essas uniões se dão com jovens de terra idade e em razão de uma gravidez já em andamento.

Nas famílias mais organizadas as moças recebem, na puberdade, instruções sobre os pretendentes ideais: *"no nosso caso foi o meu pai e minha mãe. Os dois falaram com a gente. Eles falavam que "gente de dente aberto"²⁸ não dá nada não. Tinha que caçar uma pessoa que preste. Minha mãe também avisou a gente"*.

O casamento, enquanto situação definida, é a condição necessária para a aprovação do grupo social, mesmo que não seja registrado em cartório.

Estratégias para a consecução desse estado, mais recorrentes, são as fugas. A fuga é um ato que marca a mudança, é a quebra de um estado para outro. É um marco de emancipação, "independência" pessoal, a evidência da assumpção da responsabilidade por si mesmo.

²⁸Gente de dente aberto - expressão usada para definir "rapazinhos que vivem rindo para os lados das moças, só para enganar".

"O casamento não é caro...é porque foge...quando é um casamento fugido é uma coisa, quando é um namoro e o namorado querer, abertamente, usar a noiva, usar...perto da mãe e do pai é diferente...aí não tem nada de fugido, não...aí ela foi pra casa do noivo sem...não existiu fugir, não... Aqui a maioria faz isso. Eu já sou de uma criação que não aceita isso...a minha filha eu não aceito ela ficar beijando homem perto de mim...então vai muito da criação...eu acho que tem que ter para mais tarde ser feliz, porque se ela não tiver respeito ela não vai ser feliz... (M.J.M., 44, 1999)"

Não tendo conseguido a realização do seu projeto de família algumas mulheres projetam para suas filhas a realização desse ideal:

"As pessoas casam para ter uma casa...eu acho...quando eu era solteira eu sonhava em ter uma casa, uma geladeira, um fogão, ter minha casa, eu sonhava isso. Eu acho que a situação da minha filha é isso aí. Porque a criação que está hoje as moças não precisam casar para ter um homem, se sabe disso aí. Isso virou rotina, então eu acho que a maioria quer casar para ter a casa dela". (M.J.M., 44, 1999)

Embora afirmem que não há interesse no casamento por não haver direito de herança, existe a prática da transmissão do direito de posse. Muitas vezes em situações conflituosas com a SMA – Instituto Florestal. O direito hereditário da posse é o recurso utilizado constantemente pelos moradores em todas as situações em que vejam ameaçada a sua permanência no local. É o costume praticado e disseminado como norma de comportamento grupal.

"Aqui não adianta ninguém casar por interesse porque aqui não tem herança. E as meninas aqui não procuram casamento para ter uma casa,

porque elas não querem casamento para ter uma casa, elas querem um homem". "Os meninos casam com as meninas daqui...elas levam só a roupa do corpo. Não tem um pano de campana, então eu acho que nem os pais se preocupam com os filhos, nem os filhos...elas acham que casar é ter uma casa, uma casinha de brinquedo". (M.J.M., 44, 1999)

No discurso da moradora se apreende um modelo de casamento que serve de referência e parâmetro para as situações concretas, mesmo que a prática se mostre, muitas vezes, pela sua antítese.

"O casamento pra mim...eu achava uma coisa boa, e eu ... entrei bem, não era nada daquilo que eu sonhava. Eu esperava ter uma casa bonita, em ficar só dentro de casa. Não precisar trabalhar, não precisar sair. O casamento pra mim era como se fosse quando ele me conheceu, levar pra comer fora. Eu achava que ia ficar nisso a vida inteira. E não foi nada disso que eu pensei...por isso que eu falo, casamento não é como a gente pensa. O casamento é uma sujeira, pra mim eu acho que casamento não é importante, por isso que eu falo para as meninas, não casem cedo, porque casamento é uma ilusão, no começo tudo é flor". (M.J.M., 44, 1999)

A referência desta moradora ao casamento se aplicada às concepções e idealizações da família num reconhecimento da sua irrealidade. Depreende-se aí a frustração diante da impossibilidade absoluta da concretização do ideal.

É comum a consagração das relações sexuais anteceder ao casamento, e por esta razão a virgindade não é uma preocupação entre as jovens. A iniciação sexual das meninas se dá entre 12 e 15 anos.

"Eu acho que essas coisas nem existem mais. O povo agora só pensa em ficar, não tem mais compromisso, que nem, antes era sério, tinha que casar virgem. Tá tudo mais moderno. No mundo que nós estamos hoje, de treze anos para cima as meninas já tem vida sexual". "Os meninos devem ser mais caretas, as meninas que devem provocar...eu acho...porque eu conheço uns menininhos e eles não são tão apavorados. Tem rapaz de dezoito, dezenove anos que não tem mulher. São mais sossegados. Agora as meninas de treze para cima...já vem cartinha tal...fulano mandou um recado para você, conheço muitas assim".. (M.F.V.L., 21, 1998)

Pode-se depreender que as meninas têm mais iniciativa. Nessa faixa etária o uso de anti-concepcionais é conhecida como a forma utilizada para evitar filhos, mas nem sempre é adotada.

Diferentemente das mulheres mais velhas, a preocupação com evitar a gravidez está presente entre as jovens. Entre as moradoras mais velhas, a natalidade tinha outro significado. Filhos eram sinônimo de força de trabalho, o maior patrimônio da família rural. Da perspectiva do gênero, calcada na referência da sociedade tradicional a gravidez poderia ser o traço mais nítido da afirmação da feminilidade dessas mulheres, onde seus corpos são usados para o fim primordial reprodutivo e definidor de uma identidade pessoal e social.

Não existe nenhuma parteira em Itinguçu. Os nascimentos ocorrem no Hospital em Peruibe. Não existe nenhuma norma de comportamento familiar que oriente o período de gestação e pós-parto. Nem sempre as mães cuidam da filha ou nora e do bebê.

"Meu filho teve nenê esses dias, faz um mês e eles que estão cuidando, é a geração mais jovem e independente. Antigamente vinha a pessoa cuidar. Vinha a mãe, a sogra, ficava um mês. Agora, na verdade, meu filho não quer e a minha nora também não". (M.A.O., 47, 1998)

"...das meninas nossa que estão crescendo e não casam, amigam..".

"o casamento é importante, numa parte, na outra parte eu não sei, por que eu, por exemplo, não sou casada, mas veja bem, quando eu fui embora, fugi com meu marido, eu fugi, foi um casamento fugido, ele me enganou, eu não sabia que ele era casado" "...eu acho casamento importante". (M.J.M., 44, 1999)

Liberdade sexual é um fato recorrente:

"com a criação que está hoje, as moças não precisam casar para ter um homem, você sabe disso aí, isso hoje virou rotina, então eu acho que ela quer casar para ter a casa dela (referindo-se à filha).. eu acho que a maioria quer casar para ter a casa dela". (M.J.M., 44, 1999)

A dupla maritalidade dos homens, comum em Itinguçu, é vivenciada pelas mulheres submissas:

"...vão vivendo, fazer o que?... duas mulheres dentro de casa, a cama de uma lá e a outra aqui. Cada uma com uma cama, no mesmo quarto, isso aí, acontece aí, a cama da Bia aqui, a cama da Dita ali. (M.J.M., 44, 1999)

A aceitação dessa situação é vista pelas próprias mulheres como fraqueza, mas revela o alto grau de sujeição a que estão submetidas as mulheres, relacionado à dependência com que se inserem nessa estrutura familiar em desorganização.

A convivência das mulheres “casadas” com o mesmo homem é apenas aparentemente pacífica. A disputa pelos bens (sitio, lanchonete) e por recursos (renda) é intensa.

“a segunda mulher quer que vem para os filhos de cá, e a outra quer que..., você entendeu? Isso aí, é entre os filhos, é o filho da primeira mulher, brigando com a outra mulher, a esposa mesmo não abre a boca para nada” (M.J.M., 44, 1999)

As mulheres nessas situações não se vêem com direitos a reivindicar, resignam-se:

“ A e B conviveram, morando junto. Porta com porta na frente. Portanto, um filho da A nasceu hoje, da Dona B nasce amanhã. E o homem não sustentava nenhuma das duas famílias... elas que tinham que trabalhar pra se manter” (M.J.M., 44, 1999).

“(O marido)...não sustenta até hoje. Quem sustenta ela é os filhos. Os filhos que tem que “olhar carro”, que tem que trabalhar. Ele não trabalha para ninguém, sustentar com o quê? Ele não tem dinheiro, não é rico... o sitio não é dele. Quem sustenta eles são os filhos, inclusive os filhos do lado da mulher, do primeiro casamento, dão a maior força para ele... (M.J.M., 44, 1999).

A relação dos filhos com as diferentes mulheres pode ser boa, tanto quanto a dos filhos entre si, salvo quando tem algum interesse em jogo, que envolva patrimônio (sitio ou barraca).

“ A (segunda mulher) trata bem eles, não tem nada, só tem esse aqui da barraca que não são unidos, o resto tudo se dá com a Ana, se dá com os meninos, então os que moram em São Paulo vem aí, os daqui vão em São

Paulo, Luiza é filha de Ana, ela vive na casa das irmãs, pelo lado do pai, que é filho da primeira mulher, Luiza, não sai da casa da Dona Tereza... eles consideram a Dona Tereza como se fosse a mãe deles, o único que é desligado é o Neco, por que eu não sei, por causa dessa barraca, por que o certo dessa barraca era pra todos. O certo dessa barraca, o certo mesmo dessa barraca, seria ir para Dona Tereza, se a velha estivesse aí, qualquer filho da Ana que viesse aí, fosse aí ajudar a vender o milho, uma coisinha, ela não ia empatar, só que aí entrou esse aí, ele não deixa nem a própria mãe entrar dentro. Quanto mais os irmãos, os sobrinhos lá não pode entrar, por que se entrar tá roubando. Pra ele né". (M.J.M., 44, 1999)

O recurso de utilizar o auxílio e sustento dos filhos, contar com os filhos, traços da sociedade rural tradicional, permanece. Quando falam das expectativas para a vida dos filhos se constata a importância que dão ao casamento legal:

"a gente espera que essas crianças que tão aqui, não façam isso, por que a maioria dos filhos aqui, dos barraqueiros, nossos filhos estão indo no caminho dos pais, por que D. Joana, tem 4 filha, 5 filhos casados vamos dizer, os 5 filhos nenhum é casado, a Teca, a Marina, a Silvia, a Cleide e o Zé, né. Cinco filhos não é casado, foram no caminho da mãe e do pai. O Lauro aqui, tem a Marli, tem o João, a Jussara, o Calito, o Celio, nunca os pais não casaram, a maioria, eles vão no caminho do pai, o pai não casou". (M.J.M., 44, 1999)

A regra social da necessidade do casamento legal para a consagração das relações sexuais é uma arma, utilizada às vezes no momento necessário:

“... eu liguei pra minha filha, dando bronca nela (porque resolveu casar antes de entrar na Faculdade conforme combinado com os pais), ela disse para mim, a Sra. gostaria que eu fizesse o que a Sra. fez, ela jogou a arma na minha cara, então eu acho melhor ficar quieta, né . Eu falei: Mas não é isso que eu quero para você, não é isso que eu sonho para você, eu não sou feliz por causa disso”. (M.J.M., 44, 1999)

Para as mulheres o casamento legal é algo desejado, embora não fácil de se realizar. É como se ao casar o homem estivesse dando um “status” e um poder maior à mulher, principalmente no que se refere ao direito ao “patrimônio”, como denota depoimento de morador:

“Ele pegou o papel lá para ela assinar e ela não leu, que ela estava com pressa para vim cuidar da atividade. Ela não pegou para ver o que que era e assinou. Mas não tem problema, que eu não sou casado com ela no civil e ele perdeu o pulo. (Dirigindo-se à mulher): depois, se eu quiser passar para o seu nome, se eu quiser casar com você no civil eu caso. Ele perdeu o trabalho dele, a barraca é minha” “...ela é primária, chegou agora. Eu plantei a vida aqui.” (dirigindo-se novamente à mulher) “ele fez aquele negócio para regularizar o meu direito, pensando que eu fosse casado com você no civil”.
(G.P.S., 60, 2000)

Existe mágoa das mulheres em relação aos homens sobre isto. O casamento legal depende deles para se realizar, e como eles não se dispõem a atender essa formalidade, as mulheres se resignam com a situação. Daí as respostas às vezes contraditórias das mulheres, ora dizendo que o registro legal é

importante, ora dizendo que não é, num conflito entre o desejo, a idealização e realidade.

A aceitação da união não legal pelas mulheres denota uma condição de desvalia, de não imposição da sua vontade ou desejo, numa subordinação ao homem. Essa aceitação é uma responsabilidade difícil de ser assumida:

“só que eu quando fugi com o José, eu não sabia que ele tinha mulher...eu era moça, primeiro namorado”. (M.J.M., 44, moradora, Itinguçu, 1999)

A busca de um lugar afastado como Itinguçu sugere a possibilidade de afrouxar a coersão social vigente.

São inúmeras as ambigüidades:

“aqui não tem herança, aqui não adianta ninguém casar por interesse, por que aqui não tem herança” (M.J.M., 44, 1999)

afirmam. Mas a transmissão da posse é veementemente reivindicada por todos que se encontrem na situação de fazê-lo.

Na idealização da vida nota-se a relevância que tem a formalidade do casamento legal:

“porque a minha preocupação da minha filha pensar em casar, eu estou pensando em enxoval, enxoval que eu falo, não é levar um pano de prato que eu tenho usado aí na minha casa, e dar para ela, não é ela levar um chinelo e uma roupa, enxoval, eu explico para elas, para as moças aqui, enxoval não é isso, enxoval é levar bastante lençol, bastante toalha, não é isso? É levar bastante coisa que a mãe da noiva tem obrigação de dar, aí os meninos aqui casam com as meninas daqui, elas levam só a roupa do corpo. Não tem um pano de campana, então acho que nem os pais se preocupam

com os filhos, nem os filhos... Elas acham que casar, é ter uma casa, uma casinha de brinquedo". (M.J.M., 44, 1999)

"eu esperava em ter uma casa bonita, em ficar só dentro de casa. Não precisar trabalhar, não precisar sair, o casamento para mim, era como se fosse quando ele me conheceu, levar para comer fora, eu achava que eu ia ficar nisso a vida inteira, e não foi nada disso que eu pensei, por isso que eu falo, casamento não é como a gente pensa, o casamento é uma sujeira, para mim eu acho que casamento não é importante, por isso que eu falo para as meninas, não casem cedo, por que casamento é uma ilusão, no começo tudo é flor". (M.J.M., 44, 1999)

As mulheres mais antigas têm uma boa imagem dos homens mais novos:

"...Deus me livre, esses casamentos de hoje, os caras casam, só para prender a mulher dentro de casa, e eles querem aventura lá fora. Eles acham que eles não querem uma esposa, eles querem uma empregadinha, e eles continuam com a aventura deles lá fora, então se não for casado, os dois vão aventurar lá fora. O homem, ele casa e acha que a liberdade dele continua, e a mulher não. É, porque hoje as mulheres, elas acordam e se separam, e outras coitadas que acham que casamento...porque tem muitas mulheres que não têm coragem de enfrentar o mundo lá fora, você entendeu, tá ali, apanhando do marido, mas tá ali, acha que casou tem que ficar ali, não tem coragem, tem medo de passar fome, tem medo do mundo lá fora, tem medo de conhecer outro homem, a maioria das mulheres são assim". (M.J.M., 44, 1999)

Na opinião das mulheres os homens tem uma visão utilitarista do casamento:

“ eles acham que eles casaram, chegam em casa a comidinha está pronta, a roupa tá ali, tem mulher de graça pra eles, é isso que eles esperam”.

(M.J.M., 44, 1999)

Admitem as mudanças já observadas nas uniões e que se distanciam do ideal onde o homem é o provedor:

“casamento não é bom. Hoje, as mulheres casam, elas têm que se manter, se elas quiserem vestir um vestido elas têm que trabalhar, e mesmo assim, tem mulher que trabalha e nem dá pra comprar roupa, a maioria hoje tá assim”

(M.J.M., 44, 1999)

O ideal de "marido" para casar com a filha é relativizado diante das possibilidades reais:

“uma pessoa trabalhadora, que não tinha vício, de boa família, que tivesse pelo menos uma casa para morar, um bom emprego, isso aí, não quero homem rico, porque dinheiro não traz felicidade para ninguém, meu sonho não era arrumar homem rico, era ter uma pessoa que tem um emprego, que tem um teto para morar, que seja honesto, que não tenha vício (M.J.M., 44, 1999).

“O casamento no cartório é importante porque é a única coisa que consta, se eles tiverem alguma coisa, para os dias que eles se separarem ...ele não casou até hoje por que só me enrola, porque quando eu vou falar para ele assim para nós casar, ele joga na minha cara, ele joga na minha cara. ”O que eu tenho é dos meus filhos, entende, o que eu fiz é dos meus filhos.

Porque ele tem a casa em São Paulo, então ele joga na minha cara, então eu falo pra ele: José vamos casar, aí quando ele fica nervoso, ele fala, casar... o que eu tenho é dos meus filhos". (M.J.M., 44, 1999)

Os registros de nascimento são igualmente negligenciados. Os nomes dados às crianças ora são do pai, ora são do avô.

"Eles não dão essa importância, casamento é importante também nessa parte, uma pessoa que é casado legalmente, quando nasce o filho, o sonho é o batismo, e o pessoal aqui, o filho nasce é que nem bicho, não registra, demora para registrar, não leva na igreja..."E quando registra também, sabe, não se preocupam em guardar o próprio registro, batismo é a coisa mais difícil, ainda mais agora com essa estória de crente". (M.J.M., 44, 1999).

As relações de compadrio, com obrigações recíprocas, ainda existem trazendo o costume da família:

"Na minha família por exemplo, escolhe o padrinho e a madrinha? Da própria família, são irmãos, essas coisas assim. Geralmente, pessoas de família de descendência de italiano, espanhol, geralmente é família, não mistura estranho, agora geralmente nortista, procura gente estranha, você pode ver que nortista procura estranho, agora por que não sei. Por exemplo, as minhas filhas, quem é madrinha? Minha irmã, eu sou madrinha de dois sobrinhos, meu irmão, ele é padrinho de Márcio, ele é padrinho do Rivaldo, o compadre Zé, é padrinho de outro, sabe meus sobrinhos, nós somos em dezenove sobrinhos, os padrinhos acho que tem três que não é família, o

Rodrigo que é o Márcio, a Érica, a Érica foi o avô dela que é por lado do pai dela, o Daniel e o Márcio o resto é tudo família.” (M.J.M., 44, 1999)

A gente tem obrigação. A gente vai lá visitar e levar um presente. Principalmente quando é criança, depois de rapaz, aí eles vira, eles que dá presente. Meu sobrinho agora, ele que veio me visitar, e trazer presente, então é assim, minha irmã é madrinha da minha filha, é o respeito, e casamento também, quando minha família casa, é família, a gente não chama ninguém por interesse”. (M.J.M., 44, 1999)

Os casamentos podem se dar entre os moradores locais ou não.

“Tudo aqui mesmo. Essa daqui, o rapaz que ela casou, era do Ceará, mas ele já era morador daqui, ela arrumou casamento com ele e casou, a outra também, o rapaz que ela casou, era vizinho da gente, era posseiro também, e a Claudia mais velha não casou, ficou mãe solteira e a Silene também casou com um rapaz daqui...” (A. S.P., 54, 1999)

Os casamentos são realizados com pouca comemoração. Quando muito uma “jantazinha”.

O consentimento para o casamento é dado muito pelo risco iminente que têm de “se perderem”:

“a gente não pode impedir que case, a gente não quer a filha da gente tudo mãe solteira, tem que apoiar. ...É melhor a menina casar, com ela gosta e quer, do que ela casar com uma pessoa que ela não quer, e você quer e depois não dar certo, ela bate cabeça pelo mundo e depois volta par dentro de casa de novo”. (A. S.P., 54, 1999)

Não existem regras de comportamento relacionadas ao nascimento de crianças e aos cuidados com a parturiente do grupo como um todo. Em algumas famílias as mães ajudam suas filhas nesse período, em outras não.

Os métodos contraceptivos são do conhecimento das moradoras e utilizados em alguns casos.

O controle dos pais sobre as filhas principalmente, escapa a partir do momento em que se iniciam no trabalho.

“...a mais velha com 15 anos já começou empregar, aí eu falei você tem que falar com o seu pai, eu da minha vez, você pode se empregar para trabalhar, comprar suas roupas, seus sapatos, porque eu mais ele, não tem condições de dar, mas você tem que saber honrar o seu pai. Aí o pai deu ordem...a mais velha foi a que se perdeu. Não casou, é mãe solteira. Bateu cabeça para cá e para lá, quando chegou numa certa altura, chegou aqui esperando uma menina. Essa menina já fez 03 anos. Ela ficou com nós, até ganhar a menina, quando a menina fez 01 ano inventou de ir para São Paulo, está para lá agora. É filha, mas já é adulta”. (A S.P., 54, 1999)

3. Relações entre os Gêneros

Em Itinguçu como em outros lugares, não há separação acentuada de gêneros no que se refere ao trabalho efetivo na unidade familiar e doméstica. A hierarquização de papéis é mais evidente quando as relações de membros da família se dão com os de fora. Nesse momento a mulher se retira deixando a prioridade para o marido. No âmbito privado, no que tangem aos trabalhos domésticos, encontra-se certa flexibilidade muito embora, limpar a casa, fazer a

comida, costurar a roupa, cuidar das crianças, lavar a roupa, cuidar da horta, sejam tarefas próprias e de responsabilidade da mulher. Os homens (maridos) participam dessas atividades quando da ausência da mulher. Os jovens (filhos) contribuem mais freqüentemente que o maridos nas atividades consideradas "femininas".

A agricultura familiar é de responsabilidade do chefe da casa, mas no trabalho, a mulher, com alguma exceção, participa muito. Tarefas da lavoura como capinar, preparar a terra para o plantio, semeadura, colheita, são desempenhadas por todos da casa, mulher e filhos.

As famílias de modelo tradicional são chefiadas pela figura masculina. Mesmo que a mulher desempenhe um papel preponderante no trabalho e na economia da casa, nas famílias constituídas, em geral extensas, a figura do pai é preponderante. Nessas situações a mulher também se coloca em segundo plano. Somente entre os casais diferentes a mulher desempenha um papel mais destacado. É o caso de mulher mais velha "casada" com rapaz mais jovens, ou mulher viúva independente, que vive sem companheiro assumido.

Os filhos jovens se encarregam de algumas tarefas como cortar a lenha, cuidar do cachorro, das galinhas, dos porcos. Consertos na casa também são realizados por eles.

As mulheres têm uma diversidade maior de tarefas dentro da unidade familiar, conciliando estas com as do comércio. Nas famílias que possuem "barraca" a mulher fica cuidando da venda aos turistas, principalmente nos dias de maior visitação. As que possuem "carrinho", fazem em casa o pastel para venderem, além da garapa, do cachorro quente.

As mulheres não demonstram qualquer insatisfação quanto às suas atribuições domésticas "naturais" . Indagada se fazia algum artesanato ou outra atividade além da casa uma das entrevistadas arguiu o seguinte:

" não filha, só cuidado da casa, eu limpo a casa, lavo roupa, faço comida, ajudo os filhos irem para a escola, dou conselho para os filhos irem para a escola estudar, porque isso é o mais importante, para mim como mãe deles, em zelar, cuidar da roupa deles...o lanche, qualquer coisa, qualquer coisinha, para a escola. Para mim essa é a coisa mais importante que eu tenho na minha vida. É ajudar a família". (J.P.R., 55, 1999)

Na atividade de comércio existe uma situação de poder em que a mulher termina se subordinando ao marido. Se as relações entre o casal são boas a mulher pode trabalhar na barraca no balcão ou preparando comestíveis para a venda, recebendo dinheiro quando o solicita ao marido. Se houver um desentendimento a mulher perde o direito a esse recurso e só tem acesso ao produto do que ela efetivamente vender. Diga-se de passagem que como o balcão é domínio do homem, em geral, a mulher nessa condição vê restringida as possibilidades de obter seu próprio sustento.

As relações entre os gêneros é mais igualitária entre o jovens casais. Existem menos diferenças quanto às responsabilidades e regalias para ambos os sexos. Isto pode ser observado mais no que se refere ao trabalho:

"Acho que é tudo igual, mulher hoje em dia é motorista de ônibus, trabalho que o homem faz ela faz também...". 'A diferença que eu vejo as mulheres é que elas sabem melhor cuidar de um lar. Eu, por exemplo, posso trabalhar uma semana nesta casa e nunca vou deixa-la igual a que uma mulher deixa.

Elas têm um jeito carinhoso de fazer as coisas, se você colocar um homem para lavar uma roupa, nunca vai ficar igual..." (I.B.R., 30, 1999)

Embora a força do discurso aqui possa ser maior que a da prática cotidiana, o número de rearranjos matrimoniais entre os jovens casais pode ser um indicativo da menor subordinação da mulher ao "casamento". O mesmo jovem que afirma a igualdade entre homens e mulheres acha muito importante a virgindade e desejaria uma mulher "conservada" para si.

É comum casos de violências praticadas por homens contra suas mulheres. A violência está associada ao autoritarismo masculino vigente. A existência de outras mulheres, o alcoolismo e a divergência de interesses entre marido e mulher são as formas manifestas desse autoritarismo. Funcionários que atuam na Estação freqüentemente são testemunhas desse tipo de violência e tentam eventualmente dar orientação e coibir tais condutas. Ameaças de morte são feitas pelo marido à mulher, criando um clima de temor entre os filhos e tensão na família.

As mulheres desempenham papel muito importante na economia familiar. São as parceiras necessárias para o estabelecimento de uma nova residência, sem as quais os homens não têm condições de mudar de situação ingressando na vida adulta. Em todos os empreendimentos da economia familiar os homens contam com a participação das mulheres. Seja na agricultura, seja no comércio local, seja na venda da força de trabalho feminina como diarista, sem que isto encontre correspondente respeito pelo papel que desempenha. Os homens não reconhecem essa importância e as mulheres abdicam do seu direito, contribuindo assim para o fortalecimento da hegemonia masculina.

Em Itinguçu algumas heterogeneidades do gênero feminino merecem menção. Além das diferenças das faixas etárias, entre as mulheres moradoras antigas, acima de 40 anos; mulheres mais jovens casadas, mulheres mais jovens solteiras, adolescentes solteiras e meninas, observou-se diferenças de comportamentos, principalmente entre as mulheres casadas mais velhas. Não existe um padrão entre elas. A que se assemelha mais ao tipo mulher tradicional, subordinada, mulher de agricultor, típica dona de casa que se dedica à família, aos filhos, delegando ao marido o poder de decisão e a representação pública do casal. Outra igualmente subordinada, mulher de "barraqueiro" e agricultor, dedicada ao trabalho da barraca, combinando o cuidado dos filhos com o comércio, abandonou alguns traços da domesticidade, os filhos ficam soltos, sem muito cuidado, sem horários para refeições, às vezes sem refeições, delegando igualmente o poder de decisão e a representação pública da família ao marido, mas apresentando um comportamento de disputa e de resistência às decisões masculinas, o que resulta em surras e violências.

Existem mulheres que diferem do padrão tradicional e local de mulher. São mulheres de forte personalidade, têm maior iniciativa, não esperam dos homens, não se subordinam, não se restringem à situação familiar. Porém, não dispensam a ajuda da força masculina. Em dois casos pesquisados, uma sustenta o marido que tem metade de sua idade. É caseira em um sítio de veraneio e ele a ajuda nos trabalhos externos à casa e no seu próprio sítio. Tem uma história de um desquite e posteriores "casamentos" com homens mais jovens. Tem uma qualificação profissional de costureira, atividade que desempenhou ao longo de sua vida, "herdada" de sua mãe e que hoje não exerce mais. Outro caso que nos chama a

atenção é de uma senhora de 67 anos com uma disposição incrível. É viúva, há alguns anos, e tem uma relação muito estreita e ambígua de longos anos com um caseiro que mora há 30 anos em Itinguçu e hoje está numa casa ao lado da sua. É comentário corrente que ela não quer se casar com ele. Tem vários filhos adultos e um padrão econômico satisfatório, não aparenta sofrer qualquer privação, ao contrário.

O depoimento a seguir pode ilustrar a singularidade de outra mulher que não se enquadra no padrão tradicional:

"Eu vim morar aqui por causa desse infeliz (companheiro) aí. Por isso que eu vim morar aqui. Por que ele pediu para ajudar a fazer o barraco...porque (ele) não podia fazer, não é? Eu tinha um dinheirinho, as crianças ajudavam tudo. Eles já eram tudo grande...aí foi onde eu caí na besteira de ajudar ele fazer o barraco. Fiquei morando aqui. Mas nós brigava. Nos brigavamos, meu Deus do céu! Um dia ele sentado aí onde tu tá. Aqui Dona C... eu fiz o barraco. Eu fiz o barraco sozinho". Eu disse: tire esse dedo da minha cara. Tome!. Dei com as costas da faca no dedo dele. Ele foi sentou. "A senhora cortou o meu dedo. E eu ia cortar com as costas da faca? Começou a chorar, chorar. Virou um botoque o dedo dele. Desaforado! Falou que fez o barraco sozinho, Porque se não fosse tanta gente ajudar ele nunca que fazia. Nem esse (o que ela mora), nem aquele (o que ele mora)". Isso aqui já estava abandonado porque aqui não morava mais ninguém. Eu estava sossegada no Palhal, já tinha meu barquinho, meu motor. Já tinha aprendido dirigir a motor. Eu saia lá na barra do Una. Nem andava mais por quí. Andava prá lá. Parava na Barra do Una, pegava um ônibus e ia para Peruibe

fazer minhas compras. Ia, botava no barquinho, me mandava". (C.L.N., 67, 2000)

Entre as jovens mulheres existe uma concepção moderna sobre a divisão sexual do trabalho mesclada com a permanência dos valores tradicionais.

"se por exemplo o marido não puder trabalhar e tiver uma chance pra mulher eu acho que ela pode ir" (M.F.V.L., 21, 1999)

Mas apesar da "modernidade" o cuidado dos filhos e da casa é reconhecido como um atributo específica da mulher. Há caso de jovem mulher, mãe solteira, que não quer casar. Mora com os pais e tem projetos de estudos e sair do local para uma situação melhor, com emprego, etc.

Entre as jovens casadas também existem casos de violência doméstica, causados por bebida e desemprego, todavia as jovens suportam menos essas situações, encontrando alternativa na separação e/ou na busca de outro parceiro. Por isto é comum encontrar jovens famílias com filhos de casamentos anteriores.

Na concepção de uma das moradoras obtivemos a seguinte afirmação quando indagada sobre a diferença ou igualdade entre homens e mulheres.

O que está em jogo aqui são as responsabilidades diferenciadas dos gêneros numa estrutura de papéis tradicionais. O cuidado da casa, dos filhos, da roupa são tarefas intransferíveis e nesta condição a mulher não pode abrir mão das atribuições nesse arranjo.

Há mulheres que "chefiam" a família. Têm uma fonte de renda certa e uma autonomia em relação ao homem. Essa autonomia parece ser responsável pela autoconfiança que demonstram e pelas opções que fazem. Um dos casos que chama a atenção é aquele em que a mulher (caseira de um dos sítios) se casa com

homens mais novos, contando a avaliação que fez dos homens e o *porquê* escolheu um mais novo:

“os homens que tem aqui mais velhos, vocês mesmo por si vocês vão ver, são tudo uns pinguço de marca. E esse meu marido, não é. Ele toma cerveja, ele toma uma caipirinha, mas ele não é um pinguço, cê entendeu? De jeito de maneira nenhuma, agora os homens mais velhos, aí, eu olhava pra um, meu Deus, caído na estrada bêbado. Olhava pra outro, bêbado. E os que tão solteiro, ninguém quer, por quê, porque não presta, tudo bêbado, pinguço, quem quer isso?” (M.M., 59, 1999)

Neste caso a renda fixa da família é garantida pela mulher e a divisão do trabalho é a seguinte: ele fica com o serviço pesado da agricultura do sítio que ela tem e ela cuida do trabalho da casa do patrão. Eventualmente ela costura para fora. Ele trabalha como diarista ora aqui, ora acolá. Esta mesma moradora tem uma história anterior de um casamento desfeito, segundo ela:

“porque não sou tapete de ninguém...”. (M.M., 59, 1999)

O primeiro marido do qual se separou tinha farmácia e está bem situado, mas era infiel e ela não aceitou, arrumou outro:

“Parti para outra, arrumei um solteiro, um que morreu. Arrumei outro aí, solteiro também, que as mulheres não vinham correndo atrás, a única mulher que tem é eu. Tenho certeza, falo e provo”. (M.M., 59, 1999)

A violência faz parte do cotidiano das famílias moradoras e volta e meia os funcionários da Administração da Estação se vêem envolvidos nos conflitos entre marido e mulher. Quando os maridos arranjam outra mulher começam a maltratar a anterior para colocá-la para fora, do sítio ou da barraca. A estratégia de colocar as

duas mulheres sob o mesmo teto parece ter essa finalidade. A situação é bastante complexa, pois essas primeiras mulheres na faixa de idade em que se encontram (acima de 45 anos), com vários filhos de todas as idades, dificilmente têm condições para sobreviverem fora dali.

Em casos de dissolução da união a mulher preterida sai da casa que é ocupada pela outra e vai morar com algum parente, filhos casados. A mulher continua se autodenominando e sendo denominada mulher de fulano, tanto quanto a outra que passa a morar na casa do sogro ou ocupar a casa do marido, causando até certa confusão para os de fora. No caso de separação quem sai de casa é a mulher. Nos casos verificados, a troca de mulheres a morar na casa se dá em situações estratégicas de viagens, comuns entre os moradores de Itingucú que têm de se deslocar para São Paulo e Peruíbe para resolver problemas que não encontram solução local pelos poucos recursos. Assim quando a mulher volta encontra a outra morando na casa.

Nestes casos novamente vem à tona a discussão sobre o direito à "barraca" ou ao sítio e há intervenções do IF mediando os conflitos no sentido de manterem a família. A situação muitas vezes só é controlada por causa da ameaça da perda do direito à barraca ou à posse.

Referindo-se às diferenças entre homem e mulher, muitas mulheres apontam a preocupação que têm em administrar o dinheiro direcionando-o sempre para a família, enquanto os homens não se preocupam tanto com isto. Ou seja, a instituição do homem como provedor, que marca tão fortemente o referencial dos valores da sociedade tradicional é mais retórica que prática.

O espaço (privado) da mulher, fica muito bem marcado em ocasiões em que ambos estão presentes como denota depoimento abaixo em ocasião que indagávamos à mulher sobre sua vinda para o local. Saliente-se aqui que esta era a terceira visita que fazíamos a essa família pois queríamos entrevistar a mulher e não conseguíamos já que todas as vezes o homem tomava a frente respondendo às perguntas que dirigíamos a ela:

“Você tem que saber conversar para não me prejudicar. Por que tá gravando aí e você tem que fazer a conta certinho para não me prejudicar que eu não sou trouxa. Ela (a entrevistadora) quer saber a data que nós entramos aqui e não a minha idade. Tá gravando...aí...vai fazer a conta e...tá mentindo...e eu não sou trouxa, não. Tá gravando aí moça? O que ela fala não interessa, porque ela nem sabe. Eu fui lá na Praça da Sé, e é isso que marca, se a senhora quer o preto no branco, tá aí. Vou mostrar o requerimento do governo. (J.V.P., 54, 2000)

Não existe união organizada entre as mulheres atualmente. No passado, na época do conflito de terras, quando alguns maridos foram presos, um grupo de mulheres se reuniu para fazer doce de banana orientados por técnicos da SMA e um vereador local. Durou apenas algum tempo.

Os homens, por outro lado, estão mais organizados politicamente, participam de Sindicatos da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira, da CUT, do PT, Associações, etc.

Nas representações sobre os deveres de uma dona de casa as mulheres mencionam

“ser limpa, honesta, ter suas coisas, tudo organizado, seus filhos bem tratados, uma casa boa não uma casa como aquela lá, que não tem segurança nenhuma, é a pessoa ser limpa, honesta, trabalhadeira, não ter preguiça, tá bom para uma dona de casa”

A expectativa de provisão em relação ao marido fica clara no discurso que segue:

“o marido, tem que trabalhar, para dar o poder para a pessoa dentro de casa, é o dever dele”. (A.S.P., 54, moradora Itinguçu, 1999)

As mulheres consideram que a atitude dos homens em relação aos filhos é diferente da mulher:

“a preocupação que eu falo é porque, se adoecer um filho, a gente tem que se converter pro filho, e fica pensando, o homem não é tanto” (A S. P., 54, 1999)..

A opinião de um homem comparando seu trabalho com o da mulher é que elas sabem cuidar melhor da casa

“a diferença que eu vejo nas mulheres, é que elas sabem melhor cuidar de um lar. Eu por exemplo, posso trabalhar uma semana nesta casa, e nunca vou deixá-la igual a que uma mulher deixa. Elas tem um jeito carinhoso de fazer as coisas, se você colocar um homem pra lavar uma roupa, nunca vai ficar igual a uma roupa lavada por uma mulher”. (I.B.R., 35, 1999)

Da perspectiva dos homens as mulheres são mais unidas que os homens entre si.

"as mulheres sempre foram mais unidas; as meninas são mais unidas. Uma ajuda a outra, mas o homem nessa parte já é mais relaxado". (I.B.R., 35., 1999)

A mulher tem a representação de que é mais fraca que o homem, tanto para trabalhar quanto para as demais coisas:

"o homem tem força...quando Deus prepara uma empreitada ele pega para trabalhar, e a mulher não tem essa condição". (A. S.P., 54, 1999)

Na verdade a a força a que a mulher aqui se refere é a disponibilidade do homem para as atividades fora da vida doméstica que a mulher não tem dada a suas incumbências:

"Se eu for trabalhar fora, quem é que cuida da casa e das crianças...O homem quando pega um serviço, o dia amanheceu, ele já está pronto para ir. A mulher não...tem que ajeitar tudo, deixar a cozinha limpa, o feijão no fogo, a roupa do filho cuidada...o homem não, ele sai e não se preocupa com nada". (A. S.P., 54, 1999)

Nas relações de gênero em Itinguçu constatou-se haver uma forte relação de poder, onde o homem manda e a mulher obedece. Homens e mulheres sabem qual a sua posição no cenário familiar e social.

As características das relações hierárquicas entre homens e mulheres nas famílias constituídas há mais de 20 anos - sujeição da mulher, o trabalho intenso de anos a fio sem direitos, a infidelidade masculina, as ameaças e a violência física ante as discordâncias - são modificadas nas novas famílias (segunda geração em Itinguçu) que se constituem. A aceitação de maus tratos pelas mulheres é menor e a troca de parceiros é muito frequente.

O casamento enquanto norma é desejável e é o projeto de toda mulher adulta, mas, diante das condições objetivas adota-se uma variante deste, o morar junto ou amigamento, isto é, o casamento consensual, sem registro no civil, sem cerimonia religiosa, sem festa e presentes. Apesar disto, continuam denominando "casamento" para o ato e casado/a para a condição social: marido/mulher, genro/nora/sogro para os papeis na família, o que poderia significar uma transgressão prática às normas sociais .

A desorganização familiar decorrente da indisponibilidade de terras não permite a reprodução dos moradores como agricultores posseiros. Não há espaço nem condições, dadas as limitações legais da Estação Ecológica, para a constituição de roça para os filhos. Daí a prática de emigrarem ao se casar. A produção da roça é suficiente apenas no abastecimento ainda precário de uma família.

As condições atuais de (não)acesso à posse e ao uso da terra promovem reflexos dentro da esfera das relações familiares. Isto ocorre principalmente quando um filho ou uma filha se casa. Antes da criação da Estação Ecológica não havia impedimento para que fosse construída uma outra morada e que uma roça fosse colocada em área próxima. Atualmente não é mais permitida a construção de outra morada no mesmo sítio, muito menos uma lavoura ser estabelecida. A ampliação de cômodos na mesma morada do sítio também é controlada hoje. Assim observa-se uma dispersão familiar por ocasião da maturidade dos filhos, quando estes se casam.

Para finalizar, há que se acrescentar que a desordem aqui comentada se deve, entre outros fatores, à referência do modelo da família tradicional, cujos

valores ainda permanecem. No entanto, na prática quotidiana desse agrupamento social são elaboradas novas formas de vivência.

Podemos afirmar que essa população, ao viver sua história com a transformação gradativa das bases de sustentação familiar - agricultura, a introdução de valores urbanos, da sociedade de consumo e o desenvolvimento de atividades não rurais produziu outras formas de organização familiar dentre as quais podemos identificar o que CORRÊA (1982) define como "família conjugal moderna", produto do processo de urbanização, reduzida ao casal e seus filhos e onde a finalidade do casamento é a satisfação dos impulsos sexuais e afetivos.

Os relatos aqui trazidos sobre família, casamento, sexualidade revelam que as normas coletivas que determinam os comportamentos individuais da sociedade local não são mais reguladas por normas claras e coercitivas. Tais constatações foram possíveis pelo recorte de pesquisa sobre a família e as relações de gênero. Esta mesma perspectiva permitiu a apreensão do processo de anomia²⁹ aqui abordado.

O contato, principalmente dos jovens, com a sociedade mais ampla, moderna, a intensificação das atividades relacionadas ao turismo e do mundo do consumo sem o embasamento necessário cria um quadro valorativo superficial dando margem de autonomia aos sujeitos sociais. Uma autonomia induzida também pela falta de perspectiva de reprodução que rompe a solidariedade mecânica³⁰, levando à crise dos valores, da autoridade e conseqüentemente à exposição ao risco.

²⁹Anomia no sentido que aparece em Durkheim(1977), quando há dúvida e incerteza quanto aos fins socialmente valorizados.

³⁰Durkheim, E. *A divisão do trabalho social*. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1977.
_____. *O suicídio*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962

A complexificação do sistema social para esses moradores de vida rústica, a individualização dos membros, principalmente dos mais jovens, ocasionam efeitos de desregramento já que os objetivos a que se propõem não dispõem de meios para realização.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Os impactos da criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins sobre a população moradora do bairro de Itingucu observados a partir do modo de vida e nas relações familiares e de gênero, constituíram-se no foco privilegiado deste trabalho. Com essa perspectiva pudemos observar que muitos dos condicionantes se encontram nos dispositivos legais que regem a Unidade de Conservação. Este fato torna ainda mais relevante a consideração dos fenômenos, assim como a busca de soluções inclusivas para essa população.

Vimos também que, os rumos que tomaram os fenômenos encontrados e a sua conformação atual guardam estreitas relações com a história da região do Vale do Ribeira e do País. A retrospectiva da Região nos possibilitou situar o contexto natural, econômico, social e político no qual se inscreve a Unidade de Conservação facilitando o entendimento dos fatos que antecederam e sucederam à criação.

A reflexão sobre a imbricação e os reflexos de medidas políticas macro-sociais na vida cotidiana dos povos alerta-nos, igualmente, para a extrema necessidade da ação local das populações como contra partida e equilíbrio às decisões tomadas em nível nacional e mundial.

A criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins partiu da mobilização de grupos preocupados com a preservação socio-ambiental. Uma busca de colocar em prática uma política ambiental que à medida em que se implanta, na interação com os agentes sociais presentes (moradores, partidos políticos, empresas interessadas, governo, etc.) promove resultados de proporções não esperados. A ação prática acaba por definir a realidade inusitada e muitas vezes fora do controle de seus idealizadores. Mas esse é um preço que se paga pela ação social e política, o que

nem de longe indica não deva ser praticada. Ao contrário, é nessa interação que se dá o processo de mudança e a vida democrática.

Assim, se a criação da Estação resolveu alguns problemas de conflitos locais, promoveu outros relacionados com as restrições legais a partir daí. Não conseguiu até hoje solucionar as questões fundiárias e dominiais que são, do ponto de vista da sustentabilidade, prementes uma vez que, para os moradores, a indeterminação legal e dominial promove a estagnação, o abandono na atividade agrícola de subsistência e o redirecionamento das atividades para o setor da economia informal.

Do ponto de vista da administração pública essa pendência é também um impedimento pois a garantia legal e a incorporação das áreas ao patrimônio público não está concluída. Essa solução melhoraria em muito a definição de programas de associações, órgãos e entidades governamentais e não governamentais.

Muitos dos antagonismos existentes hoje entre população e os órgãos governamentais decorrem das dificuldades originadas da implantação de uma Unidade de Conservação sobre um espaço ocupado, habitado por pessoas que possuem costumes e necessidades quotidianas que nem sempre condizem com os princípios de preservação e nem foram levados em consideração.

O Estado, ao criar uma Estação Ecológica, não demonstrou capacidade de satisfazer minimamente as necessidades recriadas para possibilitar a inserção dessas famílias no mercado de consumo. Não houve a necessária inversão de recursos destinados à implantação de programas permanentes de educação ambiental destinados a moradores e visitantes, nem tampouco para a fiscalização

necessária da área por agentes específicos. Ao contrário, já há alguns anos reduziu-se o contingente de Guardas Parques.

A melhoria das condições de vida das comunidades é um passo imprescindível no caminho da preservação. Além dos aspectos do saneamento básico, da saúde, da educação, a busca de alternativas de manejo, compatibilidades vegetais e animais visando a introdução de novas espécies poderiam contribuir para melhorar a relação homem/mulher-natureza; homem/mulher-Estação. Descobrir caminhos para novas atividades econômicas com a participação e envolvimento dos moradores poderia facilitar o caminho da mudança da situação de conflito atualmente existente e a impermeabilidade da população em aceitar qualquer proposta que venha do Estado.

Como se pôde observar, a criação da EEJI foi, dentre outras, uma combinação da ação do movimento social com as estratégias governamentais de conservação, estabelecendo com isto uma nova relação entre os agentes sociais presentes. Entre homens/mulheres natureza, entre os moradores entre si, entre moradores e ambientalistas, técnicos e o Estado. O mais dramático nesse processo foi a transformação da condição de morador para transgressor, dadas as imposições legais restritivas que passam a vigir e incidindo sobre o modo da sobrevivência da população ocupante.

Se na instância econômica coibiu as praticas extrativistas de caça, as práticas agrícolas, no âmbito social e político erigiu um nova categoria: a de morador da Estação, definindo e redefinindo dessa forma uma identidade social com todos os desdobramentos para esse contingente humano.

As principais contradições observadas em Itinguçu resultam da incompatibilidade entre a presença humana em uma Unidade de Conservação do tipo Estação Ecológica. Este fato não pode descartar em nenhuma hipótese a busca de soluções alternativas seja da parte dos moradores, seja da parte do Estado.

Decorridos esses anos observa-se que foram congeladas as possibilidades de superação dos problemas da produção agrícola enquanto crescem as demandas, principalmente de consumo, devido ao aumento da intensidade dos contatos com o meio urbano e à diminuição relativa da capacidade de satisfazer as necessidades criadas.

Diferentemente dos migrantes que se dirigem para as cidades, em Itinguçu encontramos moradores que buscaram a Mata, migraram do campo para o campo aí permanecendo pela sua vocação camponesa. Seu ideal de autonomia, só a agricultura, atividade a que sempre estiveram afeitos, podia oferecer. O trabalho na cidade requereria do camponês uma drástica mudança em seu ritmo de vida, a que provavelmente os moradores de Itinguçu não estavam dispostos a se submeter. O trabalho na indústria exige disciplina e ritmo completamente diferente ao do agricultor.

Como vimos, a população de Itinguçu é uma população que não migrou do campo para a cidade, mas do campo de uma região pouco desenvolvida para uma mais desenvolvida. Veio em busca da mata porque desejavam continuar camponeses. O trabalho urbano para o camponês é um trabalho que se assemelha ao trabalho escravo: trabalho dirigido, regulado, disciplinado, ao qual não deseja se submeter. É a presença dessa cultura camponesa que os fez optar por um trabalho

mais livre com a terra, onde a subordinação se dá apenas em relação à natureza (clima, solo, vegetação).

Considerando-se que a realização da condição camponesa só é factível através da reprodução da base econômica, o patrimônio, a terra, tem-se que em Itinguçu, além da indivisibilidade e da condição instável do posseiro, a condição de Unidade de Conservação contribui para essa não realização.

O deslocamento da condição de "posseiro", "proprietário", para a condição de "morador" da Estação, impacta os moradores de Itinguçu, subtraindo de sua identidade o conteúdo histórico de sua existência até então direcionada para a luta pela terra e pela reprodução de sua condição. Tem um caráter reducionista na medida em que os secciona das demais camadas de camponeses que hoje lutam pela terra em todo o País.

No âmbito restrito da família, os impedimentos à reprodução social enquanto agricultor promove a desagregação da família. Com a criação da Estação ficaram comprometidas as regras camponesas de distribuição de terra e a reposição do patrimônio que assegura a realização da condição camponesa às futuras gerações. Não é permitido ao jovem adulto estabelecer-se na área da Estação ao constituir nova família. Com a criação da EEJI a autoridade do pai sobre a propriedade da terra é transferida para o Estado e com isto afrouxam-se os laços das relações pai-filho, minando a liberdade de escolha do chefe de família.

A abordagem das questões do modo de vida, das relações familiares e de gênero nos proporcionou a apreensão da situação anômica em que se encontra o agrupamento social hoje, situação essa que promove a desagregação familiar. O arcabouço de valores morais garantidos pelo universo da família foi enfraquecendo

ora dando lugar, ora se misturando com os valores exógenos de uma sociedade urbana industrial que, enquanto realidade objetiva, passa ao largo.

Outro impacto decorrente da criação da Estação é o deslocamento observado hoje em Itinguçu das atividades agrícolas para o comércio direcionado ao turismo. Isto é, diante dos obstáculos à produção agrícola os moradores criativamente buscam outra forma para a obtenção da renda. O comércio local, no entanto, é uma atividade incompatível para todos enquanto alternativa de sobrevivência. Por essa razão é objeto de disputas e conflitos. É motivo de conflito também com a Administração da Estação em cujas atribuições se inclui o controle e a organização do local, que bate de frente com o projeto de autonomia de autodeterminação dos moradores.

Não se pode deixar de observar na trajetória e condição atual dos moradores de Itinguçu o conflito muito atual de uma estrutura agrária histórica extremamente concentrada que continua excluindo e dando forma à violência vigente pelo desespero e desesperança de conseguir uma vida digna. Os moradores de Itinguçu são uma face tangencial do amplo consenso existente entre as classes sociais no campo brasileiro, onde o latifúndio é hoje a base da permanência da forma de dominação reatualizada pelo "agrobusiness".

Em quatro anos de contato o relacionamento entre pesquisadora e pesquisados teve momentos de maior e menor receptividade, muito em função dos problemas vividos pelos moradores e das ameaças de deslocamentos ou ingerência governamental em suas atividades. A questão política está sempre presente para essa população. Está na instabilidade de sua condição como na sua

história de luta. Talvez por essa razão tenham oferecido resistência a fornecer esse tipo de informação.

O que se observa em Itinguçu é uma mudança da estrutura social calcada no trabalho familiar, na terra, na agricultura de subsistência pelo comércio e serviços temporários apenas para pequena parte dos moradores, sem perspectivas futuras. Observa-se, também, a mudança gradual do quadro referencial de valores de uma sociedade numa adaptação à realidade diversa e adversa onde esta se aplica. Assim os princípios estruturais permanecem como modelo: o casamento, a herança do "patrimônio", os direitos e deveres contidos nas relações inter-família, só que adaptados aos impedimentos práticos e concretos.

A essas alterações do abandono gradativo dos valores norteadores da vida social das famílias, agrega-se a introdução de novos valores disseminados na sociedade abrangente e veiculados através dos meios de comunicação e outros compatíveis com as novas "oportunidades" econômicas, isto é, as atividades não rurais. Este quadro caracteriza um desregramento social nas relações dos indivíduos com a sociedade, característico de anomia.³¹

Embora não seja o único fator, a criação da Estação Ecológica contribuiu para a situação anômica em que se encontram hoje os moradores de Itinguçu, quando torna ilícitos os meios pelos quais a sociedade local obtém sua sobrevivência.

O estudo aqui realizado abre um leque de possibilidades e de problemáticas até então ocultas. Dentre essas, consideramos de elevada relevância a questão da identidade dos moradores de Itinguçu. As representações que têm hoje os indivíduos de origem rural, que vieram em busca de terra, encontraram na "posse"

³¹Anomia no sentido em que aparece em Durkheim e Parsons, quando há dúvida e incerteza quanto aos fins socialmente valorizados.

um caminho para se tornarem livres e sofreram todo esse processo de transformação. No que se refere ao caráter identitário desses moradores de Unidade de Conservação, o que guardam ainda do camponês?

As questões políticas foram inicialmente uma de nossas principais preocupações, mas o bom senso e a oportunidade nos indicou outro caminho que mostrou ser igualmente profícuo. No entanto, permanecem temas instigantes como o estudo das expectativas e propostas dessa população nos dias atuais, a rede de relações que mantém com CUT, PROTER, ONGs, Partidos Políticos e Movimentos Sociais Nacionais e a trajetória e a ação política desse agrupamento social. Hoje, após esses anos de contato, tais incursões parecem mais factíveis.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. M. de. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987.

ALMEIDA, W. R. **La creación de la reserva extrativista del Alto Juruá: conflictos y alternativas para la conservación**. [S.l.]: FAO, 1993. 22 p.

_____. **Levantamento sócio-econômico da reserva extrativista do Alto Juruá**. [S.l.]: ASREAJ, 1991. 79 p.

_____. **7 teses sobre o Conselho Nacional dos Seringueiros**. [S.l.: s.n.], 1989. Mimeo.

_____. **Rubber estates and labour control in contemporary amazon**. Cambridge: University of Cambridge, 1984. 14 p.

_____. **Rubber tappers of the upper Juruá river, Brazil: the making of a forest peasant economy**. Cambridge, 1992. 400 p. Tese (PHD) – University of Cambridge.

BENEDICT, R. **Padrões de cultura**. Lisboa: Livros do Brasil, 1934. 331 p. (Coleção Vida e Cultura).

BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 248 p. (Antropologia, 5).

BRANDÃO, C. R. Parentes e parceiros: relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás. In: COLCHA de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 91-135

BRUSCHINI, M. C. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, M. C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Ventos, 1992. p. 289-307.

CAMARGO, A. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. **Dados Revista de Ciências Sociais**, v. 27, n. 1, p. 5-28, 1984.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 284 p.

CARVALHO, M. C. P. de. **Histórias da ilha: temporalidade e apropriação do espaço da Ilha Comprida**. Campinas, 1999. 158 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CIPRIANI, R. Biografia e cultura: da religião à política. In: VON SIMSON, O. de M. (Org.). **Experimentos com história de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

CASTALDI, C. et al. A aparição do demônio no Catulê. In: QUEIROZ, M. I. P. de et al. **Estudos de sociologia e história**. São Paulo: Anhembi, 1957.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: COLCHA de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-38.

COSTA, E. B. **Cerrado e retiro: cidade e fazenda no Alto São Francisco**. Rio de Janeiro: Comissão do Vale do São Francisco, 1960.

COSTA, M. C. S. **Vidas em trânsito: trabalhadores rurais temporários na periferia de Ribeirão Preto**. São Paulo: 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CUNHA, L. H. O.; ROUGELLE, M. D. **Comunidade Litorânea e Unidades de Proteção Ambiental: convivência e conflitos: o caso Guaraqueçaba (Paraná)**. São Paulo: USP/UICN/Fundação Ford, 1989. (Série Estudos de Caso, n. 2).

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1994.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. 249 p.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1977.

_____. **O suicídio**. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

FELDMANN-BIANCO, B. **Capitalismo e família: os pequeno burgueses**. In: COLCHA de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 137-159.

FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1971.

FRANCO, M. C. P. **Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais**. Campinas, 2001. 508 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda., 1969.

FREIXÊDAS, V. M. **Evolução das práticas de manejo de recursos naturais: um estudo de caso da Comunidade "Costão do Despraiado" estação ecológica Juréia – Itatins EEJI**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1995. 51 p. (Relatório Final).

FUKUI, L. F. G. **Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sitiantes tradicionais**.

São Paulo: Ática, 1979. 257 p. (Ensaio, 58).

GEERTZ, C. **The interpretation of culture: selected essays**. New York: Basic Books, 1973.

HARRIS, M. **Town and country in Brazil**. New York: Columbia University Press, 1956.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n. 1, 1 semestre, p. 7-31, 1993.

HERITIER, F. Les dogmes ne meurent pas. In: **RELAÇÕES familiares, consanguinidade, afinidade, núcleo conjugal – grupo consanguíneo**. Paris, Autrement, 1975.

KINCHELOE, J., MCLAREN, P. L. Rethinking critical theory and qualitative research. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, I. S. (Orgs.). **Handbook of qualitative research**. California: Sage Publication, 1994.

KOFES, S. Categoria analítica e empírica: gênero e mulher. In: **REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA)**, 18., Belo Horizonte, 12-15 abr. 1992.

MARQUES, A. A. U.; VACCARO, S. **Relatório de estágio realizado na Estação Ecológica de Juréia-Itatins, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Departamento de Ciências Florestais**. Santa Maria, RS, 1992. Mimeo.

MARTINEZ, M. C. **A ação governamental e a resistência camponesa no Vale do Ribeira – 1968/1986**. São Paulo, 1995. 207 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARTINI, A. **Tecendo limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil**. Campinas, 1998. 193 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MAXIMILIANO, P. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1958.

MENDONÇA, R.; MENDONÇA, A. L. F. de. **Aspectos da presença humana na estação ecológica da Juréia-Itatins**. [s.N.t.]. 14 p.

MOREIRA, R. J. História de vida na pesquisa sociológica. In: QUEIROZ, M. I. P. **Varições sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo: CERU/USP/FFLCH, 1983. (Col. Textos, 4).

MONTEIRO, A. V. V. M.; PANZUTTI, N. da P. M. Política fundiária. **Prognóstico Agrícola**, São Paulo, v. 2, p. 88-99, 1998.

_____. O sindicalismo de trabalhadores rurais na região da Nova Alta Paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 26, n. 6, p. 9-27, jun. 1996.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978. 100 p.

MULLER, G. **Estado, estrutura agrária e população**: estagnação e incorporação regional. Rio de Janeiro: Vozes/CEBRAP, 1980.

MULLER, N. L. **Sítios e sitiantes no estado de São Paulo**. São Paulo: USP/FFCL, 1957. (Boletim 132, Geografia, n. 7).

_____. Uma vida no litoral paulista: Icapara. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 22-30, 1949.

OLIVEIRA, C. de; SILVA, L. A. **Programa de educação ambiental do Vale do Ribeira**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/Secretaria da Educação, 1992.

OLIVEIRA, R. C. de et al. **Anuário antropológico/81**. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. 203 p.

PÁDUA, A. R. C. et al. **Vale do Ribeira**: pesquisas sociológicas efetuadas em 1967. Orientação da Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: USP/FFCL, 1969. 260 p. (Convênio USP/DAEE).

PANZUTTI, N. da P. M. Agricultura familiar em Itinguçu - Estação Ecológica Juréia-Itatins (São Paulo). **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.48, t. 1, p.89-98, 2001.

_____. Agricultura familiar em Itinguçu: estação ecológica Juréia-Itatins, estado de São Paulo. In: LANG, A. B. da S. G. (Org.). **Realidade brasileira**: várias questões, muitos olhares. São Paulo: Humanitas/CERU, 2002. p. 11-27. (Textos Série 2, n. 9).

_____. Impureza e perigo para povos de floresta. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 69-77, 1999.

_____. Linguagem científica e interpretação. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 43, t. 2, p. 137-142, 1996.

_____. Mulher rural: eminência oculta. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 8, p. 59-79, 1997.

_____. Mulher rural: eminência oculta. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 31, Ilhéus. 1993. **Anais...** Brasília: SOBER, 1993. p. 1007.

_____. **As mulheres na produção familiar do algodão, Leme, SP (1960-1990)**.

Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade de Campinas .

_____. A política fundiária do Governo do estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 37, t. 3, p. 99-118, 1990.

PAOLIELLO, R. M. **Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira**: a posse como direito e estratégia de apropriação. Campinas, 1992. 475 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PETRONE, P. **A Baixada do Ribeira**: estudo de geografia humana. São Paulo: USP/FFCL, 1996. 366 p. (Boletim n. 283).

QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973. 157 p.

_____. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil (ensaios)**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científico; São Paulo: EDUSP, 1978. 314 p.

_____. Désorganisation des petites communes brésiliennes. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. 28, p. 159-173, Janvier/Juin 1960.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo: CERU/USP/FFLCH, 1983. (Col. Textos, 4).

QUEIROZ, R. C. de. **Atores e reatores na Juréia**: idéias e práticas do ecologismo. Campinas, 1992. 229 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

RICHARDS, A. I. The development of field work method in social anthropology. In: BARTLETT, F. et al. **The study of society**: methods and problems. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1962.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 334 p.

SAGMACS. **Mercado de transporte na futura hidrovía Ariri-Bertioga – Secretaria dos Transportes do Governo do Estado de São Paulo**. [s.N.t.], 1964.

SANCHES, R. A. **Caiçaras e a estação ecológica de Juréia – Itatins (Litoral Sul – São Paulo)**: uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem-meio ambiente. São Paulo, 1997. 209 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto Biociências, Universidade de São Paulo.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**,

Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Atlas das unidades de conservação ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo: 2.000

SILVEIRA, P. C. B. **Povo da terra, terra do parque**: presença humana e conservação de florestas no parque estadual turístico do Alto Ribeira, SP. Campinas, 2001. 301 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

STECKLER, A. et al. Toward integrating qualitative and quantitative methods: an introduction. **Health Education Quarterly**, v. 19, n. 1, p. 1-8, Spring 1992.

TAUBE, M. J. de M. **De migrantes a favelados**: estudo de um processo migratório. Campinas, 1986. 2 vols. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

TURNER, V. **La selva de los símbolos**: aspectos del ritual ndembu. Mexico: Siglo XXI, 1976.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J. (Coord.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica (estudo do homem nos trópicos)**. São Paulo: Editora Nacional, 1957.

WILLEMS, E. **Uma vila brasileira**: tradição e transição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961. (Corpo e Alma do Brasil, 4).

_____; MUSSOLINI, G. **Buzios Island**: a caiçara community in Southern Brazil. New York, 1952.

WOORTMANN, E. F. O sitio camponês. In: OLIVEIRA, R. C. de et al. **Anuário Antropológico**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 164-203.

ZALUAR, A. As mulheres e a direção do consumo doméstico: estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas. In: COLCHA de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 161-184.

ZAN, J. R. **Conflito de terra no Vale do Ribeira**: estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras. São Paulo, 1986. 177 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Decreto Estadual Nº 24.646, de 20 de janeiro de 1986.

Diário Oficial v.96, n.014, 21/01/1986. Gestão Franco Montoro
Assunto: Meio Ambiente

Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá providências correlatas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 2º, da Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981,

Decreta:

Artigo 1º – criada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins em terras dos Municípios de Iguape, Peruíbe, Miracatu e Itariri, com a finalidade de assegurar a integridade dos ecossistemas exigentes e de proteger sua flora e fauna, bem como sua utilização com objetivos educacionais e científicos.

Artigo 2º – A Estação Ecológica de Juréia-Itatins abrange uma área total de 82.000 hectares, aproximadamente, integrada pela reserva florestal da Serra dos Itatins, classificada como floresta remanescente pelo DECRETO n.º 31.650, de 8 de abril de 1958, por área declaradas devolutas estaduais, e outras compreendidas na faixa litorânea do Estado de São Paulo, entre os Municípios de Peruíbe e Iguape e no interior abrangendo terras dos Municípios de Miracatu e Itariri, compreendida entre 24º20' e 24º40' de latitude sul e entre 47º00' e 47º30' de longitude oeste, correspondendo a mais ou menos 820 Km² (oitocentos e vinte quilômetros quadrados) ou 82.000há. (oitenta e dois mil hectares) e com os seguintes contornos: inicia-se no ponto 01, localizado na foz do Rio Una do Prelado ou Comprido, próximo ao Porto do Prelado na praia da Juréia (ponto 01) segue a montante pelo Rio Una do Prelado at a confluência com o Ribeirão Piraçununga (ponto 02) segue em linha reta em direção Noroeste at a confluência do Rio das Pedras com o Rio do Engenho (ponto 03) segue a jusante pelo Rio das Pedras at a confluência com o Rio Itinguçu (ponto 04) segue a montante pelo Rio Itinguçu at a confluência com o Rio Branco da Serra (ponto 05) segue a montante pelo Rio Branco da Serra at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros (ponto 06) segue inicialmente em direção Oeste e depois em direção Leste pela curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros at o cruzamento com o Rio Itimirim (ponto 07) segue a montante pelo Rio Itimirim at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 400 (quatrocentos) metros (ponto 08) segue em linha reta em direção Nordeste at a confluência do Ribeirão Travessão com o Rio do Bananal (ponto 09) segue a montante pelo Rio do Bananal at a confluência com o Ribeirão Jacuguaçu (ponto 10) segue a montante pelo Ribeirão Jacuguaçu at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 400 (quatrocentos) metros (ponto 11) segue em linha reta em direção Oeste at o cruzamento da divisa dos municípios de Miracatu e Pedro de Toledo com a curva de nível de cota altimétrica 500 (quinhentos) metros próximo à nascente do Ribeirão Braço do Meio (ponto 12), segue inicialmente em direção Leste pela divisa dos municípios de Itariri e Pedro de Toledo e depois pela divisa dos municípios de Iguape e Pedro de Toledo at encontrar o limite do município de Itariri (ponto 13) segue em direção Norte pela divisa dos municípios de Itariri e Pedro de Toledo at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 700 (setecentos) metros próximo à nascente do Córrego do Açude (ponto 14) segue em direção Leste pela curva de nível de cota altimétrica 700 (setecentos) metros at o cruzamento com a divisa dos municípios de Peruíbe e Itariri próximo à nascente do Ribeirão do Cabuçu (ponto 15) segue em direção Leste pela divisa dos municípios de Peruíbe e Itariri at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 700 (setecentos) metros (ponto 16) segue em linha reta em direção Norte at o cruzamento do Ribeirão do Cabuçu com a curva de nível de cota altimétrica 400 (quatrocentos) metros (ponto 17), segue a jusante pelo Ribeirão do Cabuçu at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros (ponto 18) segue inicialmente em direção Leste e depois em direção Oeste pela curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros at o cruzamento com o Ribeirão Urubuçucaba (ponto 19) segue a jusante pelo Ribeirão Urubuçucaba at a confluência com o Rio Pereque (ponto 20) segue em linha reta em direção Sudeste at o cruzamento do Rio Tetequera com a curva de nível de cota altimétrica 20 (vinte) metros (ponto 21) segue à jusante pelo Rio Tetequera at a confluência com o Rio Guaraú (ponto 22) segue a jusante pelo Rio Guaraú at a sua foz no Oceano Atlântico (ponto 23) segue em direção Sudeste pela linha do litoral passando pelas praias do Guaraú, Arpoador, Juquiá, Una, Rio Verde e Ponta da Juréia at o ponto inicial e de fechamento deste perímetro.

Parágrafo único – Ficam excluídas da superfície compreendida nos limites geográficos descritos neste artigo, uma área de terras destinada ao estabelecimento dos índios Guaranis, objeto do Decreto n.º 41.535, de 23 de janeiro de 1962, e a área declarada prioritária, para fins de reforma agrária, objeto do Decreto Federal n.º 92.287, de 9 de janeiro de 1986.

Artigo 3º – Cabe ao Instituto Florestal, órgão da Coordenadoria de Pesquisa dos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a instalação e a administração da Estação Ecológica de Juréia – Itatins, que, para tanto, poderá vir a celebrar convênio com a Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Artigo 4º – Serão declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as eventuais áreas particulares encontradas no âmbito dos limites geográficos da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, fixados no artigo 2º deste decreto, observadas no processo ex-proprietário, as normas legais e regulamentares pertinentes à espécie.

Artigo 5º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 20 de janeiro de 1986.

FRANCO MONTORO

Nelson Mancini Nicolau, Secretário de Agricultura e Abastecimento.

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 20 de janeiro de 1986.

Lei Estadual Nº 5.649, de 28 de abril de 1987.

Diário Oficial v.97, n.079, 29/04/1987. Gestão Orestes Quéricia
Assunto: Meio Ambiente

Cria a Estação Ecológica da Juréia-Itatins e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - criada a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, em terras dos Municípios de Peruíbe, Iguape, Miracatu e Itariri, com área territorial definida no artigo 2.º desta lei, tendo por objetivo assegurar a integridade dos ecossistemas e da fauna e flora nelas existentes, bem como sua utilização para fins educacionais e científicos e demais finalidades estabelecidas na legislação federal sobre a matéria, notadamente na Lei Federal n.º 6.902, de 27 de abril de 1981.

Artigo 2.º - A Estação Ecológica da Juréia-Itatins abrange uma área total de 79.270 (setenta e nove mil, duzentos e setenta) hectares, aproximadamente, integrada pela reserva florestal da Serra dos Itatins, classificada como floresta remanescente pelo Decreto n.º 31.650, de 8 de abril de 1958, por áreas declaradas devolutas estaduais e outras compreendidas na faixa litorânea do Estado de São Paulo, entre os municípios de Peruíbe e Iguape e no interior, abrangendo terras dos municípios de Miracatu e Itariri, compreendida entre 24º 20' e 24º 40' de latitude sul e entre 47º 00' e 47º 30' de longitude oeste, e com os seguintes contornos inicia-se no ponto 01, localizado na foz do Rio Una do Pretado ou Comprido, próximo ao Porto do Pretado na Praia da Juréia (ponto 01); segue a montante pelo Rio Una do Pretado at a confluência com o Ribeirão Piraçununga (ponto 2); segue em linha reta em direção noroeste at a confluência do Rio das Pedras com o Rio do Engenho (ponto 3); segue a jusante pelo Rio das Pedras at a confluência com o Rio Itinguçu (ponto 4); segue a montante pelo Rio Itinguçu at a confluência com o Rio Branco da Serra (ponto 5); segue a montante pelo Rio Branco da Serra at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros (ponto 6); segue inicialmente em direção oeste e depois em direção leste pela curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros at o cruzamento com o Rio Itimirim (ponto 7); segue a montante do Rio Itimirim, rumo este por aproximados 1.100 metros, atingindo a cota 240m (ponto 8); segue daí em azimute N 175º por 450m, em ascensão do morro, para chegar ao (ponto 9); segue daí em azimute N 110º por 590m em uma crista ascendente atingindo (ponto 10); segue daí por 770m em azimute N 148º, cruzando uma drenagem, atingindo (ponto 11); segue em azimute N 63º por uma distância de 670 metros at o (ponto 12); daí segue em azimute N 128º por 190 metros at o (ponto 13); segue então por 345 metros em azimute N 60º atingindo o (ponto 14) em cota altimétrica aproximada de 560 metros; segue daí em azimute N 341º 30' por uma distância de 980 metros, cruzando uma drenagem, at o (ponto 15); então segue-se por 710 metros um divisor de águas em azimute N 88º at o (ponto 16); segue daí por 320 metros em azimute N 20º at (ponto 17); segue em azimute N 310º por 180 metros at atingir novamente o Rio Itimirim, na cota altimétrica 400 metros (ponto 18); segue em linha reta em direção nordeste at a confluência do Ribeirão Travessão com o Rio Bananal (ponto 19); segue a montante pelo Rio do Bananal at a confluência com o Ribeirão Jacuguaçu (ponto 20); segue a montante pelo Ribeirão Jacuguaçu at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 400 (quatrocentos) metros (ponto 21); segue em linha reta em direção oeste at o cruzamento da divisa dos municípios de Miracatu e Pedro de Toledo at a curva de nível de cota altimétrica 500 (quinhentos) metros próximo à nascente do Ribeirão Braço do Meio (ponto 22); segue inicialmente em direção leste pela divisa dos Municípios de Itariri e Pedro de Toledo at o cruzamento com o divisor de águas da Serra dos Moraes (ponto 23); segue em direção oeste pelo divisor de águas da Serra dos Moraes, at o (ponto 24), coordenadas Geográficas aproximadas Longitude 47º 23'12" Oeste e Latitude 24º 19'32" Sul; segue em linha reta em direção sul at o (ponto 25); coordenadas geográficas aproximadas, Longitude 47º 23'03" Oeste e Latitude 24º 23'04" Sul situado no divisor d'águas da Serra do Bananal; segue em direção nordeste pelo divisor de águas da Serra do Bananal at o (ponto 26); de Coordenadas Geográficas aproximadas, Longitude 47º 20'22" Oeste e Latitude 24º 21'50" Sul; segue em linha reta em direção norte at o cruzamento da linha de divisa dos Municípios de Iguape e Pedro de Toledo, no (ponto 27), de coordenadas Geográficas aproximadas, Longitude 47º 20'38" Oeste e Latitude 24º 19'51" Sul; segue em direção em sudeste pela divisa dos Municípios de Iguape e Pedro de Toledo at encontrar o limite do Município de Itariri (ponto 28); segue em direção norte pela divisa dos municípios de Itariri e Pedro de Toledo at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 700 (setecentos) metros próximo à nascente do Córrego do Açude (ponto 29); segue em direção leste pela curva de nível de cota altimétrica 700 (setecentos) metros at o cruzamento com a divisa dos Municípios de Peruíbe e Itariri próximo à nascente do Ribeirão do Cabuçu (ponto 30); segue em direção leste pela divisa dos Municípios de Peruíbe e Itariri at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 700 (setecentos) metros (ponto 31); segue em linha reta em direção norte at o cruzamento do Ribeirão Cabuçu com a curva de nível de cota altimétrica 400 (quatrocentos) metros (ponto 32); segue a jusante pelo Ribeirão do Cabuçu at o cruzamento com a curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros (ponto 33); segue inicialmente em direção leste e depois em direção oeste pela curva de nível de cota altimétrica 100 (cem) metros at o cruzamento com o Ribeirão Urubuçucaba (ponto 34); segue a jusante pelo Ribeirão Urubuçucaba at a confluência com o Rio Perequê (ponto 35); segue em linha reta em direção sudeste at o cruzamento do Rio Tetequera com a curva de nível de cota altimétrica 20 (vinte) metros (ponto 36); segue a jusante pelo Rio Tetequera at a confluência com o Rio Guaraú (ponto 37); segue a jusante pelo Rio Guaraú at a sua foz no Oceano Atlântico (ponto 38); segue em direção sudeste pela linha do litoral passando pelas Praias do Guaraú, Alpoador, Juquiá, Una, Rio Verde e Ponta da Juréia at o ponto inicial de fechamento desse perimetro (Fonte de Referência: Carta do IBGE, Escala 1:50.000, ano 1973).

Parágrafo único - Fica excluída da área compreendida nos limites geográficos descrito neste artigo uma área territorial destinada ao estabelecimento de índios Guaranis, delimitada pelo Decreto Estadual n.º 41.538, de 28 de janeiro de 1963.

Artigo 3.º - A instalação e a administração da Estação Ecológica Juréia-Itatins cabe à coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (vetado).

Parágrafo único - Para atender ao estatuido neste artigo, a coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais contará com a colaboração de outros órgãos da administração direta e indireta do Estado, bem como poderá firmar convênios com outras entidades.

Artigo 4.º - O Plano de Implantação será fixado em decreto e na sua elaboração participarão conjuntamente a Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, a SUDELPA - Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários, criada pelo Decreto n.º 24.814, de 5 de março de 1986 e o CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, bem como outros órgãos da administração direta e indireta do Estado, que tenham atribuições relacionadas com os objetivos da Estação Ecológica da Juréia-Itatins, ouvidos, quando for o caso, os órgãos competentes da União.

Artigo 5.º - As medidas necessárias à efetiva instalação e implantação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins serão adotadas pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei.

Artigo 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de abril de 1987.

ORESTES QUÉRCIA

Mário Sérgio Duarte Garcia, Secretário da Justiça

Antonio Tidei de Lima, Secretário da Agricultura

João Oswaldo Leiva,

Secretário de Obras e Saneamento

Jorge Wilhelm, Secretário do Meio Ambiente

Antônio Carlos Mesquita, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico Legislativa, aos 28 de abril de 1987.

| [Volta Índice Leis](#) |